



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXII — Nº 136

QUARTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 189ª SESSÃO, EM 1º DE NOVEMBRO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 100/77, que subordina a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), ao Ministério da Marinha.

— Projeto de Lei da Câmara nº 58/77 (nº 525-C/75, na origem), que estabelece normas gerais para a instalação de novas indústrias nos centros mais populosos do País.

— Projeto de Lei do Senado nº 174/76, que dispõe sobre a obrigatoriedade de depósito temporário dos rendimentos de capitais estrangeiros, auferidos em território brasileiro.

— Mensagem nº 196/76 (nº 376/76, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizado o SAM — Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (CE) a elevar em Cr\$ 453.700,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

— Projeto de Lei do Senado nº 269/75, que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União na parte que indica.

— Projeto de Lei do Senado nº 234/76, que assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 70/77 (nº 2.430-B/76, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído.

— Recebimento de comunicação do Sr. Senador Arnon de Mello de viagem ao exterior.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 243/77, de autoria do Sr. Senador Italo Coelho, que dispõe sobre a hora legal para todo o território da República Federativa do Brasil.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 451/77, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos no Círculo Militar de Porto Alegre, no dia 30 de outubro, na homenagem prestada ao Ministro do Exército, por seus ex-comandados do III Exército, Governadores e autoridades civis gaúchas, de saudação pelo General Antônio Carlos de Andrade Serpa — Comandante Interino do III Exército e o de agradecimento, do Ministro Fernando Belfort Bethlem.

— Nº 452/77, de autoria do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, por ocasião da solenidade de abertura da 4ª Conferência Nacional das Classes Produtoras.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, por ocasião da solenidade de instalação do simpósio "Democracia e Política Social", promovido pela Fundação Milton Campos.

SENADOR OTAIR BECKER — Temas debatidos na XVIII Convenção Nacional do Comércio Lojista, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Propósitos de modernização administrativa do País.

SENADOR MURILO PARAISO — Decisão do Presidente Geisel em tornar realidade o complexo porto-industrial de SUAPE, em Pernambuco.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Desempenho alcançado pela agricultura brasileira nos últimos anos.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 122/76, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta § 7º ao art. 586 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 205/76, do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o regime de trabalho, remuneração e demais vantagens dos empregados nas empresas signatárias dos contratos de pesquisa de petróleo com "cláusula de risco". (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 177/77, do Sr. Senador Saldanha Derzi, que altera a redação do parágrafo primeiro do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 142/76, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que regula a indenização à dependente, e dá outras providências. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 168/76, do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que dá nova redação às alíneas a e b do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei da Câmara nº 69/76 (nº 1.242-C/75, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados. **Discussão encerrada,** tendo sua votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Lei do Senado nº 22/77, do Sr. Senador Luiz Viana, que suprime o art. 93 e o parágrafo único da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973. **Discussão sobrestada,** por falta de quorum para votação do Requerimento nº 441/77, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 23 do corrente.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 183ª Sessão, realizada em 25-10-77

3 — CONSULTORIA-GERAL

— Parecer nº 82/77

4 — RELATÓRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES

— Referentes ao mês de outubro de 1977

5 — SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

— Relatório referente ao mês de outubro de 1977

6 — ATAS DE COMISSÕES

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

ATA DA 189ª SESSÃO, EM 1º DE NOVEMBRO DE 1977

3ª Sessão Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrónio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Milton Cabral — Murilo Paraíso — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Nelson Carneiro — Orestes Quêrcia — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Acciofy Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 880, DE 1977

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 1977, que "subordina a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) ao Ministério da Marinha".

Relator: Senador Heitor Dias

Subscrito pelo eminente Senador Vasconcelos Torres, o Projeto sob exame visa a subordinar ao Ministério da Marinha a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUPEDE, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura.

A justificação que acompanha o projeto salienta que é fácil identificar na atividade pesqueira, mormente a exercida no espaço marítimo, uma predominante ligação com as tarefas típicas e atribuições reservadas à competência do Ministério da Marinha.

Em que pese ao brilhante argumento que sustenta o projeto em tela, entendemos que a subordinação das atividades ligadas à pesca ao Ministério da Agricultura se apóia, notadamente, pela conveniência de se concentrarem, em área própria de abastecimento, as tarefas atribuídas à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE.

Nos termos do art. 54 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização Administrativa Federal, compete ao Ministério da Marinha administrar os negócios da Marinha de Guerra tendo como atribuição principal a preparação desta para o cumprimento de sua destinação constitucional, na condição de integrante das Forças Armadas, como instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina.

Como se vê, as diretrizes administrativas estabelecidas para o Ministério da Marinha não recomendam, sob pena de ferir a sistemática administrativa do País, que se coloque uma Autarquia, revestida de tamanhas peculiaridades, como a SUDEPE, — na esfera de um Ministério integrante das Forças Armadas.

Ademais, o binômio caça e pesca, não merece ser separado, tendo em vista, notadamente, pela indispensável repressão aos constantes transgressores dos Códigos de Caça e Pesca cuja salvaguarda está confiada aos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, os quais operam em todo o "hinterland" brasileiro, que abriga imensa malha fluvial.

Não bastassem as sobejas razões que lastram a inconveniência da medida, o projeto invade a competência privativa do Presidente da República para dispor sobre a estruturação, atribuição e

funcionamento dos órgãos da administração federal. (Constituição, artigo 81, V).

O projeto é inquestionavelmente contrário à Constituição, pois se relaciona com estruturação e confere atribuições a órgãos da administração federal, tarefa essa privativa do Presidente da República, na forma da regra jurídica citada.

Assim, inconveniente e inconstitucional, opinamos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 1977. — **Daniel Krieger**, Presidente — **Heltor Dias**, Relator — **Cunha Lima** — **Osires Teixeira** — **Orestes Quêrcia** — **Accioly Filho** — **Italvivo Coelho** — **Nelson Carneiro**.

PARECERES NºS 881 E 882, DE 1977

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 58 (nº 525 — C/75, na origem), de 1977, que “estabelece normas gerais para a instalação de novas indústrias nos centros mais populosos do País”.

PARECER Nº 881, DE 1977 **Da Comissão de Economia**

Relator: Senador Luiz Cavalcante

É submetido à deliberação da Comissão de Economia do Senado, o Projeto de autoria do Deputado Herbert Levy, que “estabelece normas gerais para a instalação de novas indústrias nos centros mais populosos do País.”

De acordo com a proposição em pauta, ressalvada a competência estadual e municipal no que diz respeito à localização de áreas, nas cidades com população igual a um milhão, dois milhões, três milhões ou mais de habitantes, as novas indústrias passarão a localizar-se respectivamente a quinze, vinte e cinco e quarenta quilômetros do fim do perímetro urbano.

O Projeto fixa ainda, em cinquenta o limite máximo de operários das indústrias referidas excluídos os casos de ampliação de indústrias existentes, desde que destinadas à mesma produção ou de produtos afins.

Finalmente, a proposição estabelece que nas cidades em formação, ou nas de população superior a trinta mil habitantes, fica proibida a instalação de indústrias no perímetro urbano delimitado por lei municipal.

A nosso ver, apesar das boas intenções de que se reveste a matéria, o tratamento conferido à mesma é inadequado.

Em primeiro lugar, ressalvando a competência estadual e municipal, não visualizamos competência específica da União no que diz respeito à localização de áreas para fins industriais.

Por outro lado, a produção de uma indústria envolve a utilização de recursos ou fatores de produção de acordo com as técnicas de produção específicas para cada produto. Logo, torna-se inviável a fixação de um limite máximo de operários em tais indústrias.

Da mesma forma, a localização de uma indústria requer a consideração de fatores, tais como, a proximidade das fontes de matérias-primas e insumos, bem como, da distância a ser percorrida pela força de trabalho.

Ainda com respeito à limitação de mão-de-obra nas empresas, deve-se ressaltar as implicações de ordem social que a mesma pode gerar, na medida em que contribuiria para agravar o desemprego, pela não absorção de mão-de-obra, compatível com o crescimento populacional.

Não podemos, também, incentivar apenas a ampliação de indústrias com vistas à mesma produção ou de produtos afins, pois, a diversificação industrial eleva os horizontes para os investimentos e estimula a realização dos mesmos.

Do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 58/77, pois, pretende adotar critérios inflexíveis para situações, do ponto de vista econômico e social, bastante diversificadas.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1977. — **Cattete Pinheiro**, Presidente, em exercício — **Luiz Cavalcante**, Relator — **Arnon de Mello** — **Milton Abral** — **Agenor Maria** — **Domício Gondim** — **Roberto Saturnino** — **Augusto Franco**.

PARECER Nº 882, DE 1977

Da Comissão de Legislação Social

Relator: Senador Ruy Santos

1. O nobre Deputado Herbert Levy apresentou, à Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei que ali tomou o nº 525, de 1975, estabelecendo “normas gerais para a instalação de novas indústrias nos centros mais populosos do País”. O autor justificou sua proposição em plenário, que o aprovou, com emendas apresentadas pela douta Comissão de Finanças da outra Casa.

2. No Senado, o projeto foi distribuído, inicialmente, à Comissão de Economia que lhe deu parecer contrário, de acordo com a opinião do Relator, o nobre Senador Luiz Cavalcante que diz:

“Em primeiro lugar, ressaltando a competência estadual e municipal, não visualizamos competência específica da União no que diz respeito à localização de áreas para fins industriais.

Por outro lado, a produção de uma indústria envolve a utilização de recursos ou fatores de produção de acordo com as técnicas de produção específicas para cada produto. Logo, torna-se inviável a fixação de um limite máximo de operários em tais indústrias.

Da mesma forma, a localização de uma indústria requer a consideração de fatores, tais como, a proximidade das fontes de matérias-primas e insumos, bem como, da distância a ser percorrida pela força de trabalho.

Ainda com respeito à limitação de mão-de-obra nas empresas, deve-se ressaltar as implicações de ordem social que a mesma pode gerar, na medida em que contribuiria para agravar o desemprego, pela não absorção de mão-de-obra, compatível com o crescimento populacional.

Não podemos, também, incentivar apenas a ampliação de indústrias com vistas à mesma produção ou de produtos afins, pois, a diversificação industrial eleva os horizontes para os investimentos e estimula a realização dos mesmos.”

3. A Comissão de Economia tem razão. O projeto é inócuo. Se ressalva a competência do Estado e do Município, nada feito. É que com a autonomia constitucional de um e de outro, hão de decidir a respeito de acordo com os seus interesses. E as normas não serão seguidas.

Indiscutivelmente, a idéia é boa, mas não para ser aplicada em legislação federal. Cada Estado e Município hão de decidir sempre quanto a localização das indústrias de acordo com o seu interesse.

Assim, o meu parecer é contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1977. Salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 1977. — **Jessé Freire**, Presidente — **Ruy Santos**, Relator — **Domício Gondim** — **Cunha Lima** — **Osires Teixeira** — **Orestes Quêrcia** — **Lourival Baptista** — **Nelson Carneiro**.

PARECER Nº 883, DE 1977

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1976, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de depósito temporário dos rendimentos de capitais estrangeiros, auferidos em território brasileiro.”

Relator: Senador Italvivo Coelho

De iniciativa do eminente Senador Marcos Freire, o projeto submetido ao exame desta Comissão dispõe sobre a obrigatoriedade de depósito temporário dos rendimentos de capitais estrangeiros, auferidos em território brasileiro.

Com efeito, a proposição estabelece que os juros, os lucros e dividendos auferidos pelo capital estrangeiro em território brasileiro, que devam ser remetidos para o exterior, ficam sujeitos a um depósito no Banco Central do Brasil, por um prazo de cinco anos, findo o qual serão liberados automaticamente. Esses recursos serão deposita-

dos em contas especiais, indisponíveis, rendendo juros de seis por cento (6%) ao ano e sujeitos à correção monetária, nos termos da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975.

No parágrafo segundo, estabelece a hipótese de liberação dos depósitos antes de decorridos cinco anos, desde que o balanço de pagamentos do País venha a ser reequilibrado, sem recorrer a empréstimos no exterior.

Embora reconheçamos os meritórios propósitos que nortearam o ilustre Autor, entendemos que o projeto não tem condições de tramitar, por colidir flagrantemente com a nossa Carta Magna.

Assim, a proposição incide na vedação do art. 57, inciso I, da Constituição, pois a *iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira é da exclusiva competência do Presidente da República*.

Pela razão exposta, patenteada a inconstitucionalidade do Projeto, opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 1977. — Daniel Krieger, Presidente — Itálio Coelho, Relator — Orestes Quêrcia — Nelson Carneiro — Accioly Filho — Cunha Lima — Osires Teixeira — Lenoir Vargas.

PARECERES Nºs 884 E 885, DE 1977

PARECER Nº 884, DE 1977

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 196, de 1976 (nº 376, de 1976, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizado o SAM — Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (CE) a elevar em Cr\$ 453.700,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Cattete Pinheiro

A Mensagem nº 196, de 1976, do Senhor Presidente da República, volta ao exame desta Comissão, em consequência de ter-se esgotado o prazo regimental deferido à diligência junto ao Conselho Monetário Nacional, solicitada por este órgão técnico, em atendimento ao nosso parecer. De fato, por duas vezes, a diligência foi renovada, sem que, no entanto, lograsse a resposta desejada. Agora, portanto, ainda por força regimental, cabe-nos apreciar a matéria, embora desacompanhada dos subsídios requeridos, que a esclareceriam mais facilmente.

Trata-se de solicitação do Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (CE) no sentido de obter autorização para elevar em Cr\$ 453.700,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), objetivando o financiamento dos serviços de ampliação do hospital existente e construção de cinco postos de saúde naquela cidade.

A diligência que recomendamos no parecer anterior a saber sobre a necessidade ou não de autorizar-se a elevação dos parâmetros de dívida consolidada, uma vez que os recursos seriam repassados do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) sendo, portanto, considerados extralimites, na forma do disposto no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal.

A operação de crédito obedecerá às seguintes características:

"A — Valor: Cr\$ 453,7 mil (em complementação ao financiamento a ser obtido junto à referida Instituição, no valor de Cr\$ 143,3 mil, independentemente de autorização específica do Senado Federal);

B — Prazos:

1 — de carência: 3 anos;

2 — de amortização: 12 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a.;

2 — correção monetária: 20% do valor da correção das ORTNs;

D — Garantia: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos Recursos: ampliação do hospital existente e construção de cinco postos de saúde nas sedes distritais daquela cidade."

Segundo registro do Departamento da Dívida Pública, a entidade interessada apresenta o seguinte quadro, no que tange a sua dívida consolidada:

ESPÉCIE	Posição em 31.12.75	Posição em 02.02.76	Operação a ser realizada independentemente de autorização	Operação ora sob exame	Situação posterior às contratações
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = B+C+D
1-P/títulos	-	-	-	-	-
2-P/contratos	nihil	nihil	146,3	453,7	600,0
3-Total(1+2)	nihil	nihil	146,3	453,7	600,0

(*) = Operação de crédito a ser realizada junto à Caixa Econômica Federal, dentro da disponibilidade apresentada pelo SAM — Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (CE) para contratações independentes de autorização do Senado Federal."

De acordo com o art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, a dívida consolidada interna do SAM deverá conter-se nos seguintes limites máximos:

"a) montante global: Cr\$ 422,8 mil;

b) crescimento real anual: Cr\$ 146,3 mil;

c) dispêndio anual: Cr\$ 32,8 mil."

Desta sorte, considerando o caráter reprodutivo do empreendimento, o qual proporcionará retorno na base de convênio com o INPS, e ainda que o compromisso, conforme aduz o Parecer do Banco Central, não acarretará maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios, opinamos pelo acolhimento da medida, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96, DE 1977

Autoriza o Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem — CE, a elevar em Cr\$ 453.700,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem, Estado do Ceará, autorizado, nos termos da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, alterada pela Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 453.700,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, por conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado a ampliação do hospital existente e construção de cinco postos de saúde nas sedes distritais daquela cidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1977. Luiz Cavalcante, Presidente, em exercício. — Cattete Pinheiro, Relator — Arnon de Mello — Milton Cabral — Augusto Franco — Agenor Maria — Domicio Gondim, com restrições à correção monetária — Roberto Saturnino.

PARECER Nº 885, DE 1977

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 96, de 1977, da Comissão de Economia, que "autoriza o Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem — CE, a elevar em Cr\$ 453.700,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada".

Relator: Senador Wilson Gonçalves

Apresentado pela Comissão de Economia, o Projeto de Resolução em exame autoriza o Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem, Estado do Ceará, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 453.700,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, por conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à ampliação do Hospital existente e construção de cinco postos de saúde nas sedes distritais daquela cidade.

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976 (alterou a Resolução nº 62, de 1975), pois os recursos serão provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e, dessa forma, considerada *extralimite*.

3. Anexo ao processado, encontram-se a Exposição de Motivos (nº 376/77) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o parecer do Conselho Monetário Nacional e as informações prestadas pelo organismo financiador, todos favoráveis ao deferimento da presente operação.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu ao disposto no artigo 42, item VI, da Constituição, às normas legais (Resoluções nºs 62, de 1975 e 93, de 1976) e ao estabelecido no Regimento (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação da matéria uma vez que constitucional e jurídica.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 1977. — **Daniel Krieger, Presidente — Wilson Gonçalves, Relator — Leite Chaves — Itálio Coelho — Nelson Carneiro — Dirceu Cardoso — Osires Teixeira — Heitor Dias — Orestes Quêrcia.**

PARECERES Nºs 886 887 E 888, DE 1977

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 269, de 1975, que "altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União na parte que indica".

PARECER Nº 886, DE 1977
Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Osires Teixeira.

De autoria do ilustre Senador Mauro Benevides, o Projeto sob estudo objetiva, alterando a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, atribuir competência ao órgão auxiliar do Congresso Nacional, para avaliar os resultados alcançados pela administração pública e analisar a política econômica e financeira durante o exercício encerrado.

2. Na Justificação, relembra o Autor os debates travados por ocasião da análise do parecer prévio do Tribunal de Contas da União sobre as contas do Presidente Emilio Garrastazu Médici, relativas ao ano de 1973.

Diz ele; "o debate travado no âmbito da Comissão de Finanças do Senado Federal, ao ser discutido o parecer exarado no trabalho do Tribunal de Contas, ensejou a que se arguisse a incompetência daquela Corte para manifestar-se sobre matéria que não dissesse respeito estritamente ao aspecto contábil e formal das contas.

Ao defender a inovação introduzida na importante peça submetida à apreciação do Congresso Nacional, alguns Senadores enalteceram a diretriz esposada pelo atual Presidente daquele Órgão julgador, compatibilizando-a com correntes doutrinárias que se

batem no sentido de elastecer as prerrogativas dos aludidos Tribunais".

Sobre os objetivos da Proposição, enfatiza que, "com o presente Projeto, o que se pretende é estabelecer a obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União pronunciar-se, igualmente, sobre aquele ângulo da Ação Governamental, sem que mais se lhe atribua incompetência legal para opinar sobre o mesmo. Cabendo, em última instância, ao Poder Legislativo, o julgamento das contas, os conceitos emitidos por aquele Órgão Auxiliar do Congresso instruiriam, abalazadamente, o Parecer que, em torno da matéria, teriam que emitir as Comissões Técnicas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados".

3. Quanto à constitucionalidade, parece-nos o Projeto viável.

Com efeito, a alteração pretendida não tira ao Tribunal de Contas da União o caráter de órgão auxiliar do Congresso Nacional para a fiscalização financeira e orçamentária da União, conforme o tipifica o art. 70, § 1º, da Constituição. Se houvesse mudança de natureza no órgão, então, sim, seria o Projeto inconstitucional.

Ocorre que a obrigatoriedade de fazer constar do relatório conclusivo sobre os resultados do exercício financeiro (art. 29, § 3º, do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967) "uma avaliação dos resultados alcançados pela administração pública... bem assim uma análise da política econômica e financeira durante o exercício encerrado" (§ 4º, que o Projeto acrescenta ao art. 29 do Decreto-lei nº 199/67) não desnatura a missão constitucional do Tribunal de Contas e é um meio de instrumentar o Congresso Nacional, através de seu órgão auxiliar, a melhor desempenhar suas atribuições fiscalizadoras. Mesmo porque o juízo final será sempre do Congresso.

4. O Projeto acrescenta atribuição ao Tribunal de Contas da União. Esse acréscimo não lhe descaracteriza, porém, como vimos acima, a índole de órgão auxiliar do Congresso Nacional, o que se compatibiliza, perfeitamente, com a sistemática jurídica vigente. É, pois, jurídica a proposição.

Face ao exposto, opinamos pela tramitação do Projeto, por constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1977. — **Daniel Krieger, Presidente — Osires Teixeira, Relator — Itálio Coelho — Otto Lehmann — Nelson Carneiro — Wilson Gonçalves — Vasconcelos Torres.**

PARECER Nº 887, DE 1977.

Da Comissão de Economia

Relator: Senador Luiz Cavalcante.

O Projeto, de autoria do nobre Senador Mauro Benevides, estabelece que no relatório prévio anual do Tribunal de Contas da União, deverá constar uma avaliação dos resultados alcançados pela administração pública, bem assim uma análise da política econômica e financeira do exercício encerrado.

Justificando a proposição, o representante do Estado do Ceará fundou a origem da iniciativa no debate que se desdobrou em seguida ao parecer prévio do Tribunal de Contas da União, relativo ao ano de 1973, quando foram expostas diversas observações críticas sobre a política econômico-financeira do País àquela época.

"O que se pretende — acrescenta o autor da proposição — é estabelecer a obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União pronunciar-se, igualmente, sobre aquele ângulo da ação governamental, sem que mais se lhe atribua incompetência legal."

A ampliação da competência do Tribunal de Contas da União objetiva, em última instância, aprimorar a função de controle e fiscalização de responsabilidade do Poder Legislativo.

Cabe, portanto, enfocar a matéria exatamente do ângulo da ampliação de competência que se objetiva para o Tribunal de Contas da União.

Obviamente, permitir que esse órgão auxiliar do Congresso Nacional externar um julgamento negativo ou mesmo laudatório à política governamental é conferir-lhe atribuição própria de política partidária, quando, na realidade, ele sempre foi e deve permanecer um órgão apolítico, isento de subjetivismo, cuja essencialidade é con-

trolar, sob o ponto de vista contábil e formal, o orçamento, bem como a correta aplicação dos dinheiros públicos pelos administradores.

A discordância no que tange à política econômico-financeira traçada pelo Governo, historicamente, e hoje em dia, é amplamente expressa no foro legítimo para tal, que é o Congresso Nacional, síntese das aspirações gerais.

Assim sendo, para evitar o desvirtuamento dos elevados propósitos do Tribunal de Contas da União, a proposição deixa de ser oportuna, daí por que opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 1977. — Marcos Freire, Presidente — Luiz Cavalcante, Relator — Orestes Quéricia — Augusto Franco — Milton Cabral — Franco Montoro, vencido.

PARECER Nº 888, DE 1977

Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Alexandre Costa

Na forma regimental, vem à Comissão de Finanças o Projeto de Lei do Senado, de autoria do ilustre Senador Mauro Benevides, que, alterando o artigo 29, do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, inclui parágrafo atribuindo ao Tribunal de Contas competência para inserir em seu relatório sobre as contas do Presidente da República, avaliação dos resultados alcançados pela administração pública.

Esta avaliação se procederá mediante comparação entre os programas estabelecidos e os dados relativos à sua execução, bem como análise da política econômico-financeira executada durante o exercício sob exame.

Afirma o autor da proposição, em sua justificativa:

"O debate travado no âmbito da Comissão de Finanças do Senado Federal ao ser discutido o parecer exarado no trabalho do Tribunal de Contas ensejou a que se argüísse a incompetência daquela Corte para manifestar-se sobre matéria que não dissesse respeito estritamente ao aspecto contábil e formal das contas.

Ao defender a inovação introduzida na importante peça, submetida à apreciação do Congresso Nacional, alguns senadores enalteceram a diretriz esposada pelo atual Presidente daquele Órgão Julgador, compatibilizando-a com correntes doutrinárias que se batem no sentido de elastecer as prerrogativas dos aludidos Tribunais".

Manifestou-se a douta Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, a Comissão de Economia, pela rejeição da iniciativa.

As atribuições fiscalizadoras do Tribunal de Contas estão fixadas na Constituição e o Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, regula o seu funcionamento.

Sem dúvida o projeto visa a considerável ampliação da competência do Tribunal de Contas da União.

Atribuir legalmente àquela Corte de Contas a competência para externar julgamento negativo sobre a ação governamental seria deslocar atribuição própria do Congresso Nacional.

O Tribunal de Contas deve ser um órgão apolítico controlador da execução orçamentária da União em seus aspectos contábeis e formais, verificando a correta aplicação dos recursos públicos por seus responsáveis.

Eventuais discordâncias em razão da política econômico-financeira executada pelo Governo devem ter seu curso no leito natural e próprio que é o Congresso Nacional.

Sob o aspecto financeiro — competência específica desta Comissão — entendemos que o Tribunal deve se ater ao exame das contas, sem desvirtuamentos para o terreno político.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados vêm exercendo amplamente o debate sobre a política econômica governamental, analisando-a profundamente, inclusive com a presença de Ministros de Estado, seja no Plenário seja nas Comissões Técnicas das duas Casas Legislativas.

Elas constituem o foro próprio para os debates e os julgamentos acerca da política e da ação do Governo.

Ante as razões expostas, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 1975.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 1977. — Domicílio Gondim, Presidente em exercício — Alexandre Costa, Relator — Cunha Lima, vencido — Saldanha Derzi — Magalhães Pinto — Virgílio Távora — Ruy Santos — Wilson Gonçalves — Heltor Dias.

PARECER Nº 889, DE 1977

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 1976, que "assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada".

Relator: Senador Nelson Carneiro

A Comissão de Legislação Social, por maioria de votos, aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 1976, pelas razões constantes do parecer do nobre Senador Otto Lehmann, na Comissão de Constituição e Justiça, ao examinar, quanto lhe competia, o mérito da proposição, *in verbis*:

"Atende, ademais, o projeto a um preceito de equidade, evitando que o empregador usufrua, por mais de dois anos, de uma qualificação empregatícia superior à paga salarial correspondentemente. Finalmente, a aprovação do projeto evitará o congestionamento da justiça trabalhista, na reiteração de julgados provocados por apelos à exegese, dispensáveis diante da clareza do novo texto legal."

Sala das Comissões, 6 de outubro de 1977. — Jesse Freire, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Ruy Santos, vencido, com voto em separado — Lourival Baptista — Cunha Lima — Orestes Quéricia.

VOTO EM SEPARADO DO SR. SENADOR RUY SANTOS:

1. Volta à Comissão de Legislação Social, para reexame, face à deliberação do Plenário, o Projeto de Lei nº 234, de 1976, de autoria do nobre Senador Franco Montoro, que "assegura direito à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada". Quando do primeiro exame nesta Comissão, fui o Relator, dizendo, no meu parecer:

"O nosso parecer é favorável. Em verdade o projeto trata apenas de regularizar o desvio de função que já existe no serviço público e que a Justiça do Trabalho tem reconhecido. Não se compreende que um empregador reconheça a capacidade de um servidor de menor categoria, e lhe dê atribuição mais alta sem lhe assegurar salário correspondente. O reconhecimento do mérito é útil a qualquer empresa; mas com a retribuição justa de salário. O autodidatismo nem sempre é censurável; tem aliás sido norma nas especializações em grau baixo. E há operários que se firmam às próprias custas, aprendendo e lutando."

2. O nobre Líder da Maioria Helvídio Nunes, pediu o reexame e apresentou várias razões, de que destaco:

— "O estabelecimento de níveis de carreira é constatado em empresas com grande número de empregados e numerosos profissionais da mesma categoria. As de menor porte, apenas estabelecem o quadro sem desdobrá-lo em níveis.

— Assim, introduzir a hipótese vertente na legislação consolidada acarretará redução no âmbito de aplicação da norma jurídica contida no artigo 461 da CLT. Hoje, a regra dos §§ 2º e 4º tem caráter mais genérico, visto deixar à conveniência das empresas e dos empregados os detalhes sobre critérios sob os quais se pautem as promoções. Em decorrência, nas empresas com grande número de empregados adota-se o desdobramento da categoria profissional em níveis que

obedecem a condições salariais e de tempo de serviço na empresa ou na função. Os quadros de carreira se encarregam de estipular como deverá ocorrer a promoção. Já nas empresas de pequeno porte, os quadros limitam-se a assegurar a promoção dentro da categoria profissional.

— O segundo aspecto que merece exame, refere-se ao exercício de atividades que “exija habilitação qualificada” por empregado que não possua essa habilitação.

Há que distinguir se ela é ou não privativa. Sendo privativa não há nem como ter o empregado acesso à função; e, se o tiver, jamais poderá vir a ter assegurado o seu direito a ela porque não preencheu, e nem preenche, a condição básica.

Se a condição para o exercício da função é a habilitação qualificada, também não há como se assegurar ao empregado que não a tenha o direito à função, porque lhe falta, exatamente, a condição primeira que é a habilitação.

— Se, por outro lado, a função não exige habilitação qualificada ou específica, e nem é privativa, a alteração contratual, respeitado o artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, ocorre desde que se altere a função. Tem-se admitido que o curso do prazo de dois anos aperfeiçoa a modificação, tornando-a inerente ao contrato. Neste particular, a própria CLT já assegura ao empregado a manutenção da alteração, desde que esta tenha sido sem prejuízo para o empregado e tenha havido o seu consentimento.”

Por outro lado, a Confederação Nacional da Indústria, em ofício ao Presidente do Senado, apresenta restrições ao projeto, dizendo:

— “Para tanto, o nobre parlamentar altera os §§ 2º e 3º do artigo 461 da CLT.

— O § 2º vigente estabelece que os preceitos do art. 461 e § 1º (que tratam da isonomia salarial) não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira, hipótese em que as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento.

— Remata o § 3º em vigor que, nesse caso, as promoções deverão ser feitas alternadamente por merecimento e por antiguidade dentro de cada categoria profissional.

— O § 2º proposto pelo projeto preconiza uma fusão desses dois parágrafos e estatui, ao final, que as promoções deverão ser feitas dentro de cada categoria profissional “nível de carreira”.

— Feito isso, passa o § 3º a dispor que, no caso do parágrafo anterior, o empregado que, desviado de suas funções na empresa, exercer por período superior a dois anos atividade privativa de habilitação qualificada, será aproveitado nas funções efetivamente desempenhadas, com os mesmos salários atribuídos a estas.

— A primeira alteração, *data venia*, apresenta-se tecnicamente impraticável, isto porque a promoção a nível de carreira pressupõe em primeiro lugar vaga no nível imediatamente superior e em segundo lugar a possibilidade de o empregado que atingir o último nível poder alcançar o patamar seguinte, abrindo claros, em consequência disso, em virtude de critérios habitualmente fixados para acessos a classificações mais elevadas, como, por exemplo, o grau de escolaridade.

— Quanto à segunda hipótese, isto é, o desnível de função por longo tempo, importa em alteração tácita do contrato de trabalho e isso os nossos tribunais têm atendido as reclamações quando justas, comprovadas e possíveis.

— Entretanto, transladar esse entendimento jurisprudencial para o corpo da lei, *venia concessa*, torna-se esdrúxulo, uma vez que cada caso há de ser necessariamente examinado em seus pressupostos. Pode dar-se até a circunstância de o desvio ser ilegal, isto porque algumas funções para serem desempenhadas dependem de diploma ou título de habilita-

ção. Se a lei, como se propõe, vier estabelecer imperativamente o aproveitamento de um leigo nessas funções que devem caber aos diplomados ou habilitados, será injurídica, insubsistente em face das outras leis que regulam o exercício das profissões. Entende-se assim que cada caso deve ser devidamente examinado em todas as suas circunstâncias, e decidido pela Justiça.”

3. Retifico, desse modo, o meu parecer anterior. E o faço ante os argumentos que são apresentados tanto pela Liderança da ARENA como pela Confederação Nacional da Indústria. O que se pretende pode levar uma empresa organizada ao caos. Um leigo não pode ter direito a ocupar, em definitivo, o lugar de um técnico, diplomado. Sente-se que há uma preocupação no Congresso, em atender reivindicações isoladas, tanto de servidores públicos, como de empregados em empresas. As daqueles esbarram no dispositivo Constitucional que deixa com o Presidente da República a iniciativa da lei; quanto às outras, a todo instante, se busca alterar, com ou sem razão, a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei da Previdência Social. E sempre, repito, casualmente. O meu parecer pois, já agora, é contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 234, de 1976.

Salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 1977. — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1977 (nº 2.430-B/76, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência recebeu comunicação do Senhor Senador Arnon de Mello de viagem ao exterior, em caráter particular.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, projeto lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 1977

Dispõe sobre a hora legal para todo o território da República Federativa do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Território da República Federativa do Brasil fica dividido, no que diz respeito à hora legal, nos seguintes fusos:

I — primeiro fuso — caracterizado pela hora de Greenwich “menos duas horas” compreendendo o arquipélago de Fernando de Noronha, as ilhas de Trindade e Martin Vaz, Penedos de São Pedro e São Paulo;

II — segundo fuso — caracterizado pela hora de Greenwich “menos três horas” compreendendo o Distrito Federal, todo o litoral do Brasil, os Estados interiores (menos Amazonas e Acre) e o Território do Amapá;

III — terceiro fuso — caracterizado pela hora de Greenwich “menos quatro horas” compreendendo os Estados do Amazonas e Acre e os Territórios de Roraima e Rondônia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, considerando o meridiano de Greenwich fundamental, em nosso Território, para “as relações internacionais e comerciais”, dividiu, em seu artigo 2º, o País em quatro fusos horários: o primeiro, abrangendo a Ilha da Trindade e o Arquipélago de Fernando de Noronha, com a hora de Greenwich, *menos duas horas*; o segundo, incluindo o litoral brasilei-

ro e os Estados Interiores, menos Mato Grosso, Amazonas e parte do Estado do Pará, "menos três horas" sobre a de Greenwich; o terceiro, "menos quatro horas" em relação àquele meridiano, abrangendo parte do Pará, parte do Amazonas e o Estado de Mato Grosso; finalmente, o quarto "menos cinco horas" em relação a Greenwich, abrangendo a parte ocidental restante do País, inclusive o Acre.

Há, assim, diferença de horário de um para o outro fuso e a linha geodésica tratada naquele decreto, embora irregular, coloca no mesmo horário grandes geoeconômicas então quase homogêneas.

No que tange aos Estados do Amazonas e Pará, a situação não se apresenta consentânea com as necessidades geoeconômicas dessas regiões, uma vez que distribuídas em fusos distintos, mediante fracionamento de seus territórios. O Acre, por sua vez, acompanha o fuso horário da Colômbia e do Peru, totalmente desvinculado, em termos de integração sócio-econômica, das regiões brasileiras que lhe são afins. Já o antigo Estado de Mato Grosso, com a divisão política em dos Estados, ficará melhor situado no fuso horário de Brasília, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, deslocando-se da região noroeste, para uma em que são mais intensas as suas relações comerciais, sociais e culturais.

O presente projeto, pois, reduz para três os fusos horários do Brasil, colocando o território nacional em posição de maior intervenção sócio-político-econômica.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 1977. — **Itálio Coelho.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 2.784, DE 18 DE JUNHO DE 1913

Determina a hora legal

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º Para as relações contractuales internacionais e comerciais, o meridiano de Greenwich será considerado fundamental em todo o território da República dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º O território da República fica dividido, no que diz respeito à hora legal, em quatro fusos distintos:

a) o primeiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich "menos duas horas", compreendendo o arquipélago Fernando de Noronha e a Ilha da Trindade;

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich "menos três horas", compreende todo o litoral do Brasil e os Estados interiores (menos Mato Grosso e Amazonas), bem como parte do Estado do Pará delimitada por uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira com a Guayana Francesa, vá seguindo pelo alveo do rio Peçuary até o Javary, pelo alveo deste até o Amazonas e ao sul pelo leito do Xingú até entrar no Estado de Mato Grosso;

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora média de Greenwich "menos quatro horas", compreenderá o Estado do Pará a W da linha precedente, o Estado de Mato Grosso e a parte do Amazonas que fica a E de uma linha (círculo máximo) que, partindo de Tabatinga, vá a Porto Acre;

d) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich "menos cinco horas", compreenderá o Território do Acre e os cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área a W da linha precedentemente descrita.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1913, 92ª da Independência e 25ª da República. — **Hermes R. da Fonseca — Pedro de Toledo.**

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O projeto será publicado e encaminhado às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 451, DE 1977

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos, no Círculo Militar de Porto Alegre, no dia 30 de outubro, na homenagem prestada ao Ministro do Exército, por seus ex-Comandados do III Exército, Governadores e autoridades civis gaúchas, de saudação pelo General Antônio Carlos de Andrada Serpa — Comandante Interino do III Exército e o de agradecimento, do Ministro Fernando Belford Bethlem.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 1977. — **Lourival Baptista.**

REQUERIMENTO Nº 452, DE 1977

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, por ocasião da solenidade de abertura da 4ª Conferência Nacional das Classes Produtoras.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 1977. — **Eurico Rezende.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os requerimentos lidos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tive a satisfação de ouvir, pessoalmente, durante a solenidade de instalação do Simpósio "Democracia e Política Social", promovido pela Fundação Milton Campos, nesta Capital, no dia 26 do corrente mês, o magnífico discurso proferido pelo eminente Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Usando a objetividade e a clareza que representam uma característica de todos os seus pronunciamentos, o Chefe da Nação abordou, com profundidade, o tema enfocado, enfatizando que a direção da Fundação Milton Campos não poderia ter sido mais feliz ao escolher, para o Simpósio que então se iniciava, "tema tão fascinante como o relacionamento complexo entre Democracia e Política Social".

Ilustrando sua manifestação sobre o assunto de tão palpitante atualidade, o Presidente Ernesto Geisel acentuou que a relatividade do conceito de Democracia "foi reconhecida sempre, desde Aristóteles a Stuart Mill, não se compreendendo, assim, como haja ainda quem se admire e espante com expressão tão coezinha como democracia relativa". Neste sentido, afirmou Sua Excelência.

"Entre o tipo ideal e puro, limite inatingível — e utópico, portanto — e o autoritarismo totalitário mais absoluto em seu arbítrio despótico, dispõem-se as nações sob variadas formas de Governo, mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias, numa busca sempre de equilíbrio, pouco estável, aliás, entre as liberdades do cidadão responsável e a autoridade responsável de Estado, entre os objetivos próprios de cada indivíduo e os valores e interesses sociais do grupo nacional."

Desenvolvendo o seu pensamento nessa ordem de idéias, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que o Presidente da República chegou, adiante, a reafirmar uma definição sua feita perante a primeira Reunião Ministerial do seu Governo, realizada em 19 de março de 1974, quando declarou o seguinte:

"O homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional."

Sr. Presidente, sem dúvida alguma, o eminente Presidente Ernesto Geisel tem conduzido o seu Governo dentro dessa diretriz que traçou o homem como meta fundamental, no sentido de lhe assegu-

rar paz, segurança e bem-estar. Distó é prova incontestável, entre tantos outros aspectos, a política social do Governo, com especial relevo no âmbito habitacional, como abordarei.

Com efeito, no período de 1974 a 1976, como frisa o Presidente da República em seu substancial discurso, o Sistema de Habitação atingiu o total de 1,5 milhão de unidades residenciais financiadas, com o acréscimo de 35%.

É inegável que a casa própria, antes privilégio exclusivo dos ricos, depois da Revolução de 1964 passou a ser um direito de todos os brasileiros, aos quais são concedidas todas as facilidades para essa tão importante aquisição, fundamental à tranquilidade de todas as famílias.

O Estado de Sergipe, que aqui tenho a honra de representar, tem sido muito beneficiado pela política habitacional do Governo Revolucionário e não temos dúvidas de que o mesmo ocorre nas demais Unidades da Federação. Mas não é somente no setor da habitação que o Governo do Presidente Geisel registra tão elevados índices no período de 1974 a 1976. Na área educacional, a taxa de alfabetização aumentou de 5%, enquanto as matrículas nos cursos superiores foram elevadas para 33%. E o treinamento profissional, a cargo do Ministério do Trabalho atendeu, no mesmo período, a nada menos de um milhão e duzentos mil aprendizes, acusando elevação de 28%.

No campo social, temos ainda que ressaltar os benefícios concedidos em 1976; pela Previdência Social Urbana, alcançando a cifra de 40 bilhões para um total de 105 milhões de consultas médicas e aproximadamente 7 milhões de internações hospitalares, enquanto os benefícios do FUNRURAL atingiram o valor de 6 bilhões e 500 milhões para 12 milhões e 500 mil consultas e mais de 1 milhão e 500 mil internações, sendo o Estado de Sergipe muito beneficiado nestes setores, com a instalação de novos ambulatorios, construção de hospitais e inúmeros convênios firmados com instituições locais.

É, por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o Presidente da República, General Ernesto Geisel, fala com autoridade incontestada e as suas palavras ecoam pelo País, levando a sua mensagem de otimismo aos ouvidos de toda a Nação. É que a política social de seu Governo vem sendo cumprida fielmente tal como foi consubstanciada no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Sr. Presidente, o discurso do eminente Presidente da República a que ora me refiro, foi entusiasticamente aplaudido quando a instalação do Simpósio "Democracia e Política Social" realizado sob o patrocínio da Fundação Milton Campos presidida pelo ilustre Deputado Rogério Rego. E isto aconteceu, realmente porque as palavras do Chefe da Nação não representam apenas uma promessa, mas retratam a verdade dos fatos.

O Brasil inteiro está atento e solidário à política progressista do seu Governo, reconhecendo e aplaudindo os atos de Sua Excelência, um estadista de grande porte que sabe conduzir com equilíbrio, serenidade e pulso firme o destino histórico deste grande País.

Assim é que a Nação acompanha com entusiasmo a concretização séria das suas metas de Governo, todas voltadas para o homem brasileiro como o seu objeto supremo, conforme o definiu o próprio Presidente da República, ao término de sua fala:

"O Governo tem consciência do muito que já conseguiu levar a efeito no campo da política social, seja esse muito ainda muito pouco em relação ao que resta para fazer-se por esse Brasil imenso e promissor, em benefício, sobretudo, da boa gente mais humilde de nossa terra.

E sabe o Governo que não lhe faltará, para obras tais, o apoio e a generosidade de toda a generosa comunidade brasileira."

Esta definição do Presidente Ernesto Geisel deixa patenteada a sua preocupação em ver o desenvolvimento nacional se realizar paralelamente com o progresso da população brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Otair Becker.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso). — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No fim do mês passado, durante a XVIII Convenção Nacional do Comércio Lojista, realizada no Hotel Nacional do Rio, foram amplamente debatidos numerosos problemas que dificultam ou impedem o aperfeiçoamento do comércio em nosso País, disso decorrendo graves prejuízos para a população e para a economia nacional.

Naquele Encontro, foi focalizado, com exuberância, o terrível problema de ordem legal que hoje nos caracteriza, com decretos, portarias e toda uma série de normas administrativas com força de lei e, não raro, à lei se opondo, numa situação profundamente prejudicial à economia popular, fruto do domínio e da proliferação da burocracia sobre a administração pública brasileira.

Do temário daquela Convenção destacaram-se dois assuntos apresentados pelo Clube de Diretores Lojistas de Joinville: "O crédito ao pequeno comerciante" e "Até que ponto podemos burocratizar nosso País". Foram esses temas objeto de intenso debate, revelador da gravidade da situação a que chegamos.

Ficou patente que, apesar de todos os propósitos e mesmo esforços governamentais, estamos longe de dispor de um sistema que efetivamente atenda às necessidades prementes do pequeno comerciante. É que à vontade e até às decisões do Governo se opõem os tentáculos da burocracia, muitas vezes anulando determinações superiores.

Os males da burocracia foram ampla e minuciosamente debatidos e expostos, na confirmação do afirmado pelo Clube de Lojistas de Joinville, de que o crescimento da burocracia se acelera em nosso País e hoje "vem ocupando tempo cada vez maior do empresário e das administrações de suas empresas, ao ponto de se pensar que é um verdadeiro milagre que algumas novas empresas surjam, já que todo tempo disponível tem que ser utilizado para o atendimento de tantas regras, dispositivos, leis, decretos, portarias, decisões, prejudicados e tantos outros.

Segundo se evidenciou, não há como sequer levantar o número de decretos, portarias, avisos e tantos expedientes que criam indevasável cipoal burocrático, retirando da lei toda eficácia, pois é ela facilmente anulada ou contrariada pela profusão de atos administrativos inferiores, que sobre ela prevalecem.

Sr. Presidente, outro assunto bastante examinado — e criticado — foi o ISTR, sobre o qual falei desta tribuna, mais de uma vez. Naquela Convenção, observou-se que este imposto veio dificultar e tornar ainda mais complexo o pagamento e cobrança de fretes. Isso precisamente quando o Governo se empenha na luta contra a inflação, numa contradição evidente, pois o novo imposto onera o transporte, eleva preços e se reflete na economia popular, desde que o produtor ou comerciante nada mais tem que fazer senão transferir para o consumidor o custeio de despesas sempre elevadas.

"Uma empresa tem que transferir seus custos para o consumidor, se quiser sobreviver. E como vamos falar em conter a inflação, se oneramos os custos das empresas com controles burocráticos totalmente inúteis?" — frisa o relatório apresentado à Convenção. A seguir, nota que mais fácil e prático teria sido aumentar a alíquota do Imposto sobre Lubrificantes, e Combustíveis, já conhecido e com mecânica própria, do que criar novo imposto — o ISTR — agravando mais a "já tradicional confusão de leis, decretos, etc".

Foi demonstrada a ilegalidade de portarias e outros instrumentos administrativos, na ênfase de uma babel burocrática, pernicioso à economia, à administração e, sobretudo, ao homem comum, que termina por ser vítima final de todos esses abusos que tiram a racionalidade e, assim, eficiência, da administração pública.

Sr. Presidente, segundo se informa, o Ministério da Agricultura, que completou 117 anos de existência, será objeto de uma ampla reforma. Com os recursos técnicos e humanos de que já dispomos, é de se esperar que a iniciativa do Ministro Alysso Paulinelli, de reconhecida competência, dinamize e aperfeiçoe a máquina daquele Ministério, eliminando os excessos burocráticos para o prevailecimento da eficiência e da racionalidade.

Noticia-se igual propósito por parte do Ministério da Educação e Cultura, sob o comando do ilustre Ministro Ney Braga.

A *Imprensa publicou, também, a íntegra da Consolidação do Imposto sobre a Renda, pessoa jurídica, elaborada pelo Ministério da Fazenda e a ser consumada através de decreto-lei. Finalmente, o Ministro do Trabalho, Deputado Arnaldo Prieto, submeteu à apreciação do Senhor Presidente da República projeto de lei, extraído do anteprojeto elaborado pela Comissão Interministerial de Atualização da Consolidação das Leis do Trabalho, que reformula o Capítulo V da CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho, cuja importância temos, repetidamente, salientado. Segundo esclarece em sua exposição de motivos o Ministro Arnaldo Prieto, outros projetos serão, oportunamente, encaminhados ao Presidente da República, para posterior envio ao exame do Congresso Nacional, a reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho se processando, assim, por partes.*

Sr. Presidente, são intentos e proposições do mais amplo interesse, que terão profunda repercussão sobre a economia e, em última análise, sobre a situação social do País. Eis por que, sem entrar no mérito dos dois projetos já conhecidos — de reforma do Capítulo V da CLT e da Consolidação do Imposto sobre a Renda, pessoa jurídica, formulamos votos para que esse conjunto de iniciativas, inquestionavelmente de grande interesse público, venha contribuir para a eliminação ou redução dos males apontados na Convenção Nacional do Comércio Lojista, que têm sido incansavelmente apontados pelas classes produtoras.

É justo que assim esperemos, pois o eminente Presidente Ernesto Geisel tem proclamado excepcional empenho na modernização administrativa do País, o que implica, inevitavelmente, no combate decidido ao mal decorrente da proliferação burocrática, conforme advertência feita pelo Clube dos Lojistas de Joinville, a que me referi inicialmente.

Expressamos nossos votos para que os Ministros Alysso, Paulinelli, Ney Braga, Arnaldo Prieto e Mário Simonsen, através das iniciativas a que aludi, contribuam para a concretização de uma aspiração do preclaro Chefe do Governo, que é, também, das classes produtoras e do povo brasileiro, este a grande e maior vítima. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Paraíso.

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Acaba o Governo Federal de reduzir o seu Orçamento de Investimentos, para o exercício de 1978, na proporção de 27% no setor rodoviário e 20% no ferroviário.

Se prejudicial ao nosso crescimento é a redução imposta às rodovias, muito mais nociva ao País é a restrição em termos ferroviários, pela necessidade que temos hoje, mais do que no passado, de incrementar o nosso sistema de transporte através de estradas de ferro.

Mas, se por um lado, são feitas essas limitações em âmbito nacional, para as quais esperamos possa haver uma oportuna revisão, notadamente no que concerne às ferrovias, por outro lado surge no cenário nordestino uma medida recém-adotada pelo Governo Federal que merece um especial destaque pela justiça deferida àquela Região e pelas benéficas conseqüências que nos trará, em termos de unidade nacional.

Trata-se do recente pronunciamento que fez o eminente Presidente Ernesto Geisel sobre o Projeto do Complexo Portuário-Industrial de Suape, em Pernambuco, quando anunciou, na reunião da SUDENE, ocorrida em 21 de outubro último, na cidade de João Pessoa, o reconhecimento, pelo seu Governo, de elevada prioridade para aquele empreendimento, que já se afigura como solução de magna importância para a economia da Região Nordeste.

Ao assim se externar, o Presidente da República evidenciou a sua sensibilidade para a solução dos problemas que vêm retardando

o desenvolvimento do Nordeste, de modo a equilibrá-lo com o estágio em que se encontra o Centro-Sul do País.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permite um aparte, eminente Senador?

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Deve estar recordado V. Ex^a quando, face às críticas, que não eram poucas, de representantes nordestinos, máxima de seu Estado, ensejo tivemos de afirmar que Sua Excelência o Senhor Presidente da República tinha como ponto de honra, em sua ação no Nordeste, o estabelecimento do Complexo Portuário-Industrial de Suape, e que brevemente os habitantes daquela Região, e principalmente os seus conterrâneos, veriam, não com palavras, mas através de medidas tomadas, a materialização dessa intenção. Felicitamos V. Ex^a pelo depoimento que, no momento, dá a esta Casa sobre o assunto.

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE) — Agradeço a V. Ex^a o aparte. Lembro que, na oportunidade em que o nobre colega fez referência ao fato que acaba de repetir, recebeu de minha parte também um comentário, no qual externava a satisfação de saber da decisão do Presidente da República em tornar o porto de Suape uma realidade.

Sr. Presidente, evidenciou ainda o chefe do Governo, em difícil hora de restrições de recursos outros, a correta política de promover, prioritariamente, investimentos oficiais em áreas de menor rentabilidade, compensando, deste modo, as aplicações levadas a efeito pela iniciativa privada, que busca sempre as áreas mais desenvolvidas para a obtenção de maiores e mais rápidas respostas econômico-financeiras.

Não é demais nesta oportunidade lembrar que coube ao ex-Governador Eraldo Gueiros Leite a concepção do porto de Suape surgida em momento de feliz inspiração, ao idealizar devolver àquela região a sua antiga condição portuária, quando, em passado longínquo, Pernambuco escoava, por ali, uma parcela dos seus produtos agrícolas e industriais.

E, neste particular, dos mais oportunos o editorial do *Jornal do Commercio*, do Recife, de 30 de outubro passado, de autoria do Escritor e Historiador pernambucano Nilo Pereira que passamos a transcrever:

“Suape, uma realidade

A verba destinada pelo Presidente Ernesto Geisel para o porto de Suape levou o Deputado Felipe Coelho a dizer que, agora, acreditava nessa realização.

Não tem faltado empenhos, desde o Governo Eraldo Gueiros Leite, no sentido de levar por diante esse sonho. O Governador Moura Cavalcanti vem dando a esse problema o melhor de sua compreensão e atividade. Que falta então? Apenas isso: — verba.

O empreendimento é tão grande que se inscreve entre as coisas maiores do nosso planejamento econômico. Suape é uma prova já tirada pela História. Seria apenas o caso de fazermos o caminho de volta; e nesse caminho, como diz o Sr. José Américo de Almeida, ninguém se perde.

Recordemos o que foi o porto de Suape nos primórdios do século XIX, quando a exportação do açúcar e do algodão impôs, por circunstâncias históricas internacionais, maior expansão por outras vias.

A História — é o que pretendemos fixar ligeiramente neste comentário — ajuda Suape a ser uma realização de todo ponto plausível.

Em 1808, como se sabe, D. João VI chegava ao Brasil, acossado pela invasão napoleônica em Portugal. As tropas do General Junot rapidamente se apoderaram das posições que desejavam alcançar. E o príncipe lusitano, para salvar o trono, num gesto previsto, desde D. João VI, pelo Padre Antônio Vieira, transferiu a sede da Coroa para o Rio de Janeiro.

ro. O Brasil passou a ser Reino Unido de Portugal e Algarves.

Ao passar pela Bahia, o economista brasileiro José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu e Constituinte de 1823, aconselhou o Príncipe português emigrado de sua pátria a abrir os portos brasileiros às nações amigas. Praticamente, essas nações amigas se resumiam à Inglaterra, com a qual Portugal tinha velha aliança.

Foi aí — vale recordar — que Suape tomou um impulso considerável, pois a grande exportação do algodão e do açúcar, como já foi referido, passou a ser feita por esse porto.

Numa conferência que fez — a última proferida no Recife na Associação Comercial de Pernambuco, o Prof. Jordão Emerenciano lembrou, com luxo de pormenores, essa lição histórica que tanto ajuda a realidade atual de Suape.

Houve um momento em que Jordão Emerenciano, caracterizando a decadência de Suape, afirmou que, após a “danação de 1817”, Suape declinou; e não voltou mais a ser o que foi na primeira década do século passado. A “danação” foi a Revolução Pernambucana de 1817, a maior revolução do Período Colonial brasileiro, como disse Oliveira Lima.

Não se compreende, realmente, que mais de um século tenha decorrido sem que Suape fosse levado em conta como porto de grandes proporções e de grande futuro.

Foi, certamente, o desenvolvimento, com todas as suas implicações e conjunturas, que ressuscitou Suape. Que trouxe Suape à tona. E levou os Governos a considerarem a sua importância.

O problema tem sido posto de diversas maneiras. Há também — é bom sempre assinalar — o aspecto cultural, histórico, paisagístico de Suape, que o Conselho Estadual de Cultura estudou amplamente, apoiando a iniciativa do Governo, mas advertindo quanto ao resguardo de sua riqueza histórica e artística.

Com efeito, não basta que Suape seja, como é, um pólo econômico, para que com isso se tenha esgotado o assunto. Não. Suape é também um trecho a defender da incompreensão e da destruição sistemática, que se tem desgraçadamente registrado em tantos outros casos, de triste memória.

“O Presidente Ernesto Geisel pratica um ato de patriotismo ao impulsionar o Projeto de Suape. Sua vinda recente ao Nordeste deixou esse traço vigoroso. Agora, podemos acreditar em Suape. Será uma realidade.”

E o plano do ex-Governador Gueiros não visava apenas o retorno nostálgico da tradicional condição portuária de Suape. Havia na sua concepção um alcance muito mais profundo: fomentar o surgimento de uma nova opção econômica para Pernambuco e para todo o Nordeste, mediante o racional aproveitamento de um conjunto de excepcionais condições ali ofertadas pela natureza, para a construção de um moderno ancoradouro capaz de permitir a movimentação de navios de grande calado e reunir, na sua periferia, empresas germinadoras, de alto porte, que se caracterizem pela constante necessidade de utilização portuária.

Assim, aquele Complexo funcionará como elemento gerador de riqueza e de ampla abertura de mercado de trabalho.

Também não é demais, nesta hora, ressaltar a continuidade assegurada a Suape pelo atual Governador de Pernambuco, José Francisco de Moura Cavalcanti, que não tem medido esforços para oferecer a contribuição do seu Governo, que já se pode considerar como das mais notáveis, na consecução do arrojado plano. Nessa tarefa, é de justiça salientar a atuação das Secretarias de Planejamento e de Transportes do Estado, em cujos comandos pontificam profissionais de alta capacitação técnica e de reconhecido espírito público.

O que agora enche Pernambuco de júbilo é o reconhecimento do próprio Governo Federal da importância do empreendimento, após estudá-lo e considerá-lo técnica, financeira e economicamente viável e, finalmente, concluir que a sua concretização trará ao Nordeste uma privilegiada infra-estrutura para indústrias que utilizam intensamente os serviços portuários.

Entre essas indústrias se situam a metalúrgica, ferrosa e não-ferrosa, a metal mecânica, a sucroquímica e petroquímica, a de fertilizantes e a de minerais não-metálicos, todas funcionando como um grande pólo de desenvolvimento da região.

Para que se possa avaliar a importância, nos dias atuais, dos transportes marítimos, ligados a empresas de alto porte, quando efetuados por navios de grande tonelagem, basta citar o exemplo do transporte de minério de ferro entre o Peru e o Japão. Em navios de 10.000 toneladas, em 1960, o custo era de 16 dólares por tonelada transportada. Em 1972, em navios de 100.000 toneladas, a despeito da substancial elevação do preço do petróleo já ocorrido esse custo foi reduzido para 3,75 dólares por tonelada transportada, ou seja, 23,4% do custo anterior.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE) — Com prazer ouço o nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Vê V. Ex^a no momento em que vozes as mais diversas, como tivemos a tristeza de ler, na imprensa nordestina, procuram minimizar a atuação da bancada da região em prol do seu desenvolvimento, este é um exemplo claro de como ela se adiantou até aquelas providências, aquele sonho do ex-Governador Eraldo Gueiros que, inegavelmente, deve ser recordado pelos pernambucanos como o batalhador maior por SUAPE. A COCENE, estudos nº 1, com seus adendos 2 e 3, traz inseridos correspondência — ofícios dirigidos por membro desta representação ao Governo Federal, no caso, ao seu dirigente maior, o Presidente da República — com esta reivindicação, reivindicação que não é de hoje, mas desde os anos de 1971. Mais uma vez V. Ex^a com o seu testemunho, dá um exemplo de que a bancada nordestina, ao contrário de julgamentos apressados, bate-se, indistintamente, por aquilo que, ao ver de seus membros, serve, num ou noutro Estado, não importa, para o desenvolvimento maior da região.

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE) — Muito obrigado, Senador Virgílio Távora.

Continuando, Sr. Presidente:

Reconhecemos, que o projeto SUAPE já havia sido incluído no II Plano Nacional de Desenvolvimento e que os recursos de 851 milhões de cruzeiros a ele alocados até o exercício de 1979 pouco representa, diante do seu valor global.

Reconhecemos ainda que na participação de tais recursos o Governo Federal contribuirá apenas com 241 milhões a fundo perdido e 40 milhões reembolsáveis, enquanto que, ao Estado, caberá a participação de 570 milhões, dos quais 472 milhões oriundos de empréstimos junto ao BNH.

Todos esses aspectos são sobejamente conhecidos dos pernambucanos que saberão, porém, lutar denodadamente pela aquisição de maiores recursos, tão logo o empreendimento se encontre em fase de poder absorvê-los magicamente.

Todavia, no momento, o que mais sensibilizou o nordestino, transcende às cifras anunciadas.

Foi o endosso que o Governo do Presidente Geisel deu à realização de SUAPE.

Foi a encampação pelo Governo Federal daquele projeto, com o indispensável apoio das suas equipes técnicas.

Foi o reconhecimento da importância que o Plano encerra para o desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste.

Foi, enfim, como disse o Historiador Nilo Pereira, o ato de patriotismo do Senhor Presidente Geisel que impulsionou o projeto de SUAPE.

O restante virá a seu tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não estamos vivendo no melhor dos mundos possíveis, em nenhum país desenvolvido, nem tampouco nesta potência emergente, nesta nação em vias de desenvolvimento, que é o Brasil. É que a economia mundial ainda não conseguiu absorver, inteiramente, os efeitos negativos da crise de combustíveis, desencadeada pela OPEP, sacrificando, decerto, de maneira mais clara, as nações em vias de industrialização e não aquelas que sediavam as multinacionais do petróleo.

Mas, nesse contexto mundial, a situação brasileira ainda é das melhores, porque, apesar de todos os percalços, continuamos como uma nação perfeitamente viável, capaz de manter, apesar da proclamada e procurada desaceleração, um desenvolvimento do Produto Interno Bruto da ordem de oito por cento, enquanto muitas nações industrializadas chegaram a contentar-se com um crescimento zero.

Forçoso reconhecer que, nesse esforço nacional que superou as expectativas mais otimistas, o papel desempenhado pela agricultura faz-nos crer na assertiva feita, há dois anos, por um secretário de Estado do Presidente Ford, segundo a qual "o poder agrário" é maior que o "poder do óleo".

Decerto a frase deve ser repensada. Sua análise teórica leva facilmente à conclusão de que, sendo o óleo um recurso que se esgotará, segundo os cálculos, no fim do século, com uma demanda crescente e uma produtividade decrescente, a exaustão virá, inelutável, mais dia menos dia, a exigir novos sucedâneos combustíveis e lubrificantes; enquanto isso, os recursos naturais do solo são renováveis, dependendo, ademais, de insumos igualmente substituíveis pelos produtos superficiais da terra.

Mas, também na prática, vemos como e quanto cresce de importância a produção agrária, principalmente diante da explosão demográfica e da crescente escassez de solos aráveis em condições climáticas ideais para seu cultivo com vista à produção de alimentos e outras riquezas essenciais.

Na ONU, a FAO não se cansa de lançar advertências a esse respeito, tanto quanto à necessidade de melhor utilização das reservas hídricas, para a recuperação dos espaços áridos, na produção primária, como, agora mesmo, preocupou-se com a escassez de celulose, anunciando que ela atingirá seu clímax de dez anos, se não forem mobilizados os potenciais brasileiros.

Finalmente, para corroborar a tese a respeito da importância do "poder agrário", devemos salientar que os resultados promissores da economia brasileira, nos últimos dois anos, multiplicadas suas exportações, se devem ao desempenho da agricultura: principalmente o café e a soja, depois o açúcar, o algodão, o cacau, frutas e sucos e sementes oleaginosas.

Assim, a produção nacional de matérias-primas e alimentos atendeu aos objetivos da política econômica do Governo, ou seja:

- a) o abastecimento do mercado interno;
- b) a geração de divisas, com a exportação dos excedentes produzidos;
- c) a oferta de qualidade e preços compatíveis com o poder de compra do consumidor nacional e com as exigências crescentes do mercado internacional;
- d) a garantia de preços remuneradores para o produto, evitando-se sua descapitalização, produzindo renda e empregos no meio rural, contendo-se as pressões migratórias.

O excelente desemprego da agricultura brasileira, nesses anos, consistiu numa resposta eloquente dos produtores aos incentivos governamentais.

Mais uma vez, o Presidente Geisel revelou, de público, a importância que merece ao Governo o setor agrícola, em sua colaboração para o desenvolvimento econômico-social do País.

Tal confiança e preocupação se traduziu no próprio quadro orçamentário, onde o Ministério da Agricultura e os órgãos vinculados a essa Secretaria de Estado obtiveram crescente participação. Assim, as dotações para esse importante setor da economia nacional

evoluiram de 954 milhões de cruzeiros, em 1973, para 15 bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros em 1977.

Em valores reais, ou seja, em moeda corrigida, o Orçamento do Ministério da Agricultura foi de cerca de 519 milhões de cruzeiros em 1969, elevando-se a um bilhão e seiscentos milhões em 1974 e ultrapassando 3 bilhões e cem milhões de cruzeiros em 1977.

Trata-se, nos últimos oito anos, de uma evolução orçamentária sem precedentes, tanto quanto aos valores nominais como encarados os dados em seus valores reais.

Esse incremento governamental teve a resposta esperada no desempenho do setor.

Tendo-se em vista que, para o período 1974/76, a taxa anual de crescimento demográfico foi de 2,8% e a média de crescimento do produto real do setor agrícola de 5,3%, chega-se à conclusão de que a agricultura, além de abastecer o mercado interno, pôde gerar apreciável cópia de excedentes exportáveis.

Tal resultado não se obteve em função de excepcionais condições climáticas, pois, ao contrário, houve enchentes nas Regiões Norte e Nordeste, enquanto as geadas prejudicaram a lavoura da região Centro Sul. Se, por um lado, esses fenômenos aleatórios influíram na queda da produção bruta, forçoso reconhecer que, no caso do café, a destruição de plantações inteiras no Paraná resultou numa crise de subprodução, que explicaria os preços altamente compensadores entre julho de 1976 e março de 1977.

No triênio que vimos referindo, das cinquenta e duas culturas analisadas, dezoito — o algodão, o alho, o amendoim, a banana, a batata-inglesa, o cacau, o café, a cana, a cebola, o feijão, a laranja, a mandioca, o milho, a soja, o tomate, e o trigo — plantados numa área de seis milhões de hectares, produziram mais de noventa por cento do valor bruto do setor agrícola no período 1970/73. Enquanto isso, as estimativas para 1977 asseguram uma expansão da fronteira agrícola de um milhão e setecentos mil hectares em relação a 1973.

Tais estimativas revelam uma evolução de 48.500 hectares para 90.900 ha de cevada; de 11.200 mil para 11.783 mil de milho; de 6.416.000 para 7.033.000 ha de soja, com o aumento também das áreas cultivadas de algodão, alho, banana, batata-inglesa, cebola, laranja, tomate, cacau, café (aumento de quase noventa por cento), cana, feijão e mandioca. Houve, assim, no total, um crescimento de mais de 1.700.000 hectares, entre 1976 e 1977, quanto à área colhida, muito mais expressiva a expansão da área cultivada.

Quanto à produção média por hectare, a adoção de melhores técnicas de cultivo fez crescer apreciavelmente tais rendimentos quanto ao alho, à batata, à cebola, à laranja, ao tomate, ao milho, ao cacau, à cevada e à soja.

Apesar do aumento das exportações de minérios e até da conquista de mercados para produtos manufaturados, verifica-se que a agricultura continua sendo o sustentáculo do nosso Balanço Comercial, embora consigamos, a cada dia, diversificar nossa pauta de exportações. Se, por muitos anos, desde o Império, até 1930, o café respondia por mais de cinquenta por cento desse esforço, quando se reduziu o seu desempenho, não tanto pela quantidade exportada senão pelos baixos preços obtidos, o certo é que outros produtos começaram a competir com ele, destacando-se a soja. Mas, com as geadas do Paraná, voltou o café, no ano passado, a uma posição destacada, bastante reduzido o volume exportado, fabulosamente compensadoras as cotações obtidas até o primeiro trimestre deste ano.

Mas, a participação do setor rural, nas exportações, não se restringe aos produtos *in natura*, senão também se estende ao fornecimento de grande parte da matéria-prima necessária à produção de itens industrializados exportáveis.

Assim, em 1976, dos dez bilhões e cem milhões de dólares FOB das exportações brasileiras, cerca de seis bilhões e seiscentos milhões corresponderam à exportação de produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados de origem agropecuária, representando

65,4%. Ressalte-se que, para esse levantamento, foram apenas considerados os valores dos principais produtos, claro que, considerados todos, essa participação ultrapassaria os setenta por cento.

Verificando-se esses dados no contexto mundial constata-se que, no período 1970/75, o Brasil ocupou o 5º lugar no mercado internacional de produtos agrícolas em termos de valor, e com uma evolução superior à média mundial, segundo estatísticas da FAO.

Informações recentes, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, apontam o Brasil em 3º lugar, no ano de 1976, no ranking mundial das exportações agropecuárias, superado apenas pela França e pelos Estados Unidos.

Por outro lado, as estimativas asseguram nossa possibilidade de atingir uma área cultivável de 251 milhões de hectares, enquanto, atualmente, só aproveitamos 45 milhões de hectares. De qualquer modo, a progressão do triênio nos garante que, muito breve, seremos o segundo exportador mundial de produtos agropecuários.

Contribuirá decisivamente para esse resultado a modernização do Ministério da Agricultura, ultimamente livre da descontinuidade administrativa (onze meses de gestão para cada ministro, até 1973), graças ao diagnóstico do seu sistema geral e a medidas de atualização burocrática programadas, com a adoção de modernas técnicas organizacionais, através dos sistemas de Planejamento, Produção e Abastecimento. Se em todos os Estados e Territórios já se desenvolvem atividades de Planejamento Agrícola, a pesquisa conta com a EMBRAPA, realizando um modelo de cooperação e integração com os Estados, universidades, organismos de prestação de assistência técnica e setor privado, a fim de evitar paralelismos e otimizar a utilização dos trabalhos científicos já desenvolvidos.

A partir de 1975, Sr. Presidente, o desempenho da EMBRAPA resultou na criação e funcionamento de 11 centros nacionais de Pesquisa por Produto (trigo, arroz, feijão, soja, milho, sorgo, mandioca, fruticultura, algodão, seringueira, gado de corte e leite, suínos, e caprinos); três Centros de Pesquisas de Recursos Naturais e sistemas de produção para o Trópico Úmido, os Cerrados e o Trópico Semi-Árido; um Centro Nacional de Levantamento e Conservação de Solos; um Centro Nacional de Recursos Genéticos; um Serviço de Produção de Sementes Básicas e 24 Unidades Estaduais de Pesquisas.

O Governo Federal fez maciços investimentos nesta área, atingindo a noventa milhões de dólares no triênio 1974/76, previstos, para este ano, a aplicação de 172 milhões de dólares.

Enquanto isso, a EMBRATER e o SIBRATER propiciam a transmissão de tecnologia agrícola, compreendendo o sistema empresas estaduais, que levam ao homem do campo os conhecimentos dos pesquisadores. A EMBRATER executa um projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas de Baixa Renda, cujo objetivo é proporcionar o aumento da renda dos produtos nordestinos, levando-os aos mercados de produtos e insumos e melhorando o padrão nutricional da área.

A política de preços mínimos vem sendo desenvolvida pela Comissão de Financiamento da Produção e, enquanto em 1973 tal suporte era proporcionado a 17 produtos, hoje beneficia 39 produtos, configurando as lavouras mais importantes de todo o País. Seu objetivo é evitar a descapitalização do produtor, com as quedas bruscas nas colheitas, e os resultados alcançados demonstram os benefícios propiciados a produtores e cooperativas por esse apoio irrestrito do Governo Federal.

Vem tendo grande incremento a política creditícia do Governo Federal, com relação à Agricultura.

Em 1973, aplicaram-se 876 milhões de cruzeiros, para financiar um milhão e 300 mil toneladas; em 1974, a tonalidade subiu a três milhões e duzentos mil e os recursos a dois bilhões e 600 mil cruzeiros; em 1975, elevava-se a tonalidade a quase 6 milhões, obtendo quase oito bilhões de cruzeiros; finalmente, no ano passado, chegou-se a oito milhões de toneladas, investindo-se 11 bilhões e 900 milhões de cruzeiros.

Quanto às aquisições pela Comissão de Financiamento da Produção pelo Governo Federal, foram:

Ano	Tonagem dos Produtos	Valor
1973	36.000 t.	20.000.000,00
1974	219.000 t.	122.000.000,00
1975	398.000 t.	1.200.000.000,00
1976	978.000 t.	1.800.000.000,00

Paralelamente, a Política de Crédito Rural revelou-se fortemente indutora das atividades agropecuárias, concedendo-lhe, para custeio, comercialização e investimento, trinta bilhões de cruzeiros em 1973, 130 bilhões em 1976 e devendo aplicar, este ano, 217 bilhões de cruzeiros.

Houve, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a partir de 1972, um crescimento médio anual, em termos reais, de 38,2% nos créditos para a aquisição de fertilizantes, corretivos, defensivos, medicamentos veterinários, concentrados e ingredientes para rações, sementes e mudas, sêmen e serviços de aviação agrícola.

Além dessas linhas normais de crédito, o atual Governo instituiu outras, destinadas a minimizar os efeitos danosos das perturbações climáticas, tanto no Sul como nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, sobretudo prejudiciais às lavouras do café, trigo, cana-de-açúcar, abacaxi, tomate, produtos agrícolas e pastagens, como ocorreu em 1975, na região meridional, atingindo, no Amazonas, Pará, Pernambuco, Alagoas, e Sergipe, as culturas de algodão, arroz, batata-inglesa, fumo e milho, além das pastagens.

As linhas de crédito abertas atenderam à aquisição e distribuição de sementes selecionadas e certificadas; à recuperação dos cafezais de São Paulo e do Paraná; crédito para a renovação dos canaviais; planos estaduais de aplicação de crédito rural.

Mediante subsídios, a partir de maio de 1975, foi incentivada a utilização de insumos modernos, possível, a partir de novembro de 1974, com o PROAGRO, oferecer ao produtor o seguro agrícola. Enquanto isso, a COMCRED procura desenvolver estudos destinados a orientar a política creditícia para o setor rural.

Ao encerrar-se o exercício de 1976, o Banco de Crédito Cooperativo havia administrado recursos da ordem de 2 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, representando um crescimento nominal de quase trezentos por cento sobre os recursos de 1973 e de 56,6% sobre os de 1974.

Embora cumpra ao BNCC incentivar o cooperativismo em geral, foi aos produtores rurais, organizados em cooperativas, a quem o banco destinou a maior parcela dos recursos aplicados em operações de crédito, para investimento e custeio das suas atividades produtivas, contribuindo no sentido de:

- modernizar e ampliar as cooperativas existentes;
- estimular cooperativas e associados a empregar melhor tecnologia;
- induzir à elevação da capacidade administrativa e gerencial das entidades financiadas;
- apoiar empreendimentos capazes de contribuir para a capitalização das cooperativas.

Também o INCRA contribuiu para o fortalecimento e integração do Sistema Cooperativo, elevando e mantendo os índices de aprimoramento empresarial das cooperativas, incrementando sua participação na economia nacional e aperfeiçoando os mecanismos econômico-financeiros das cooperativas.

Na área do INCRA, foram cadastradas 579 cooperativas em 1976; 19 auditorias e consultorias foram solicitadas; procedeu-se ao treinamento para parceiros técnicos e contadores de cooperativas, promovendo-se o intercâmbio entre cooperativas, através de 498 dirigentes e 15 seminários Cooperativistas.

O Plano de Padronização Contábil para Cooperativas — PLANCOOP — encontra-se em fase final de implantação, enquanto o de Assistência Técnica a Cooperativas e Sindicatos permitiu a contratação de 353 novos técnicos, de nível médio e superior, para o desenvolvimento desses setores.

Em 1976, o INCRA treinou 4.500 responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastramento, atingindo as desapropriações uma área de 263 mil ha, sendo criados o Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais e a Reserva Biológica de Poços das Antas, no Rio de Janeiro, mediante convênio com o IBDF e, no que tange à Discriminação de Terras Devolutas, a execução física atingiu a 4 milhões e 600 mil hectares. Em convênios da EMBRAPA com o Projeto RADAM foram levantados recursos de 6 milhões e 200 mil hectares.

Quanto aos Projetos Fundiários, em 1976 realizaram-se vitórias em 24.060 propriedades, numa área de 3,5 milhões de hectares; 1.496 demarcações de lotes, em 818 mil ha, 35.305 documentos de titulação expedidos; composição de litígios em 2.560 propriedades, num total de 406 mil hectares.

Também no ano passado foram assentadas 43 mil famílias, em sete milhões de hectares, destacando-se o Projeto Agro-Industrial Canavieiro Abraham Lincoln no qual já foram alocados 92 milhões de cruzeiros, além da criação da Cooperativa Integral de Reforma Agrária, visando à política de produção do álcool. Emprestou-se continuidade ao Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho, visando a reassentar a população rural da bacia de inundação da Barragem de Sobradinho, na Bahia, atuando em duas áreas: naquela bacia, visando ao cadastramento e transferência das famílias; e na área de assentamento, onde se realizam obras de infraestrutura e serviços de assistência técnica e social.

Foram estendidos 4.250 km de redes de eletrificação rural, com uma potência instalada de 2.530 kw beneficiando 8.350 propriedades e prevendo-se, para este ano, sejam atingidas 33.373 propriedades, expandida a rede em mais de 19.366 km.

O IBDF promoveu o levantamento aerofotogramétrico, delimitação, demarcação de terra e projetos de manejo em aproximadamente 2,5 milhões de hectares, nos Parques Nacionais e Reservas Biológicas, dando andamento a 40 projetos para a identificação das características de 66 espécies de madeira, com vistas à silvicultura. Plantaram-se, no triênio 74/76, 2,4 bilhões de árvores, numa área de 1,2 milhões de hectares, com vistas a atender às metas previstas no Programa Nacional de Papel e Celulose.

A SUDEPE procurou, através de uma sistemática de saneamento financeiro, possibilitar a fusão, incorporação, aquisição de controle acionário e recuperação das empresas pesqueiras e, até o primeiro trimestre deste ano, foram aprovados recursos da ordem de 285 milhões de cruzeiros, dos quais 269 milhões já liberados, beneficiando 32 projetos.

A CIBRAZEM promoveu grande desenvolvimento no setor de armazenagem nos últimos três anos e, no ano passado, a capacidade estatística de armazenamento nacional ultrapassou a casa dos 38 milhões e quinhentas mil toneladas, dos tipos silo, graneleiro, bateria, convencional e depósito, devendo ser ampliada a rede em três diferentes níveis: terminal, intermediário e de fazenda.

Em 1976 ocorreu uma elevação da capacidade estatística de armazenagem nacional da ordem de três milhões e 300 mil toneladas, cerca de 9,5% a mais sobre 1975 e representando um resultado mais de trinta por cento superior ao previsto no Programa.

A SUNAB realizou, em 1976, as seguintes atividades:

- a) controle de carne congelada, contribuindo para a estabilização dos preços no atacado e varejo na entressafra;
- b) normas para disciplinar a industrialização de alimentos, produtos, bens e serviços, para melhorar as condições de abastecimento;
- c) fixação de preços, com base nas resoluções do CONAB;
- d) exame de estoque, documentos e livros, ou requisição de informações e dados de pessoas físicas ou jurídicas, bem assim aplicação e execução das normas de intervenção no domínio econômico.

A COBAL atua na política de formação de estoques reguladores, para melhor abastecimento durante todo o ano, propiciando menor amplitude nas variações sazonais de preços, a fim de que não sejam injustamente onerados os consumidores.

O Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, compreendendo as CEASAS, Mercados do Produtor e Cadeias Voluntárias, já implantou vinte Centrais a partir de 1976, e em 1975 comercializou dois milhões de toneladas, beneficiando 23 milhões de pessoas. No ano passado, esse volume superou 2 milhões e 700 mil toneladas, favorecendo cerca de trinta milhões de pessoas.

Atualmente, nove áreas de produção hortigranjeira se beneficiam dos mercados produtores, estando em construção sete outros mercados e cinco projetados.

O POLOMAZÔNIA prevê investimentos da ordem de quatro bilhões de cruzeiros, no período 1974/79, estando em execução 110 projetos no setor agropecuário, abrangendo pesquisas, regularização fundiária, colonização, recursos naturais renováveis, abastecimento, comercialização, assistência técnica e fomento a produção, alocados recursos de 428 milhões de cruzeiros no período 1975/76, devendo ser aplicados, este ano, 292 milhões.

Os investimentos previstos pelo POLONORDESTE, no período 1975/77, são da ordem de três bilhões de cruzeiros, sendo que, em atividades de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, armazenagem, comercialização, foram liberados, ao Ministério da Agricultura, 125 milhões de cruzeiros em 1975 e 222 milhões em 1976.

O programa do POLOCENTRO, no período 1975/79, consiste em incorporar ao processo produtivo da agropecuária cerca de três milhões e 700 mil hectares de cerrados, dos quais setecentos mil com florestamento e reflorestamento, 1,8 milhão com lavouras e 1,2 milhão com pecuária, alocados recursos da ordem de 12 bilhões de cruzeiros. Até março deste ano, haviam sido liberados recursos de cerca de 333 milhões de cruzeiros para o Ministério da Agricultura promover repasses aos órgãos executores do POLOCENTRO.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — V. Ex^a dispõe apenas de 5 minutos para concluir o seu discurso.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (ARENA — GO) — Nesse tempo estarei concluindo, Sr. Presidente.

O PRODEPAN, destinado à infra-estrutura viária, energia, defesa sanitária e expansão agropecuária do Pantanal Mato-grossense, teve, em 1976, 211 milhões de cruzeiros para o desenvolvimento da bovinocultura de corte, prevista, para este ano, uma aplicação de 32 milhões de cruzeiros.

Quanto à área periférica do Distrito Federal, foi dada assistência a mais de 17 mil produtores, com a instalação de 13 unidades operativas e 54 campos de demonstração, aplicados, em créditos rural orientado, 664 milhões de cruzeiros.

O PRODEGRAN, destinado à região do Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, deverá aplicar, até 1979, 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros em crédito rural, assistência técnica e infra-estrutura, construindo 800 km de estradas vicinais e 8.000 km de estradas rurais melhoradas, além de aplicar, na rede armazenadora, recursos que ampliem sua capacidade em 400 mil toneladas.

O Programa de Desenvolvimento da Região Norte Fluminense prevê, entre 1975 e 1978, investimentos de cem milhões no setor agropecuário, enquanto o Projeto Sertanejo deverá aplicar, de 1976 a 1979, no Nordeste, um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, articulado com a SUDENE, DNOCS e Governos Estaduais.

Tais realizações, Sr. Presidente, e os planos do Governo no Ministério da Agricultura justificam o excelente e excepcional desempenho desse setor. Sem dúvida que a colaboração eficaz dos lavradores e dos pecuaristas, para promoverem não só o abastecimento interno, e, sobretudo, para atender às exigências do Brasil de hoje, para atender às exigências das nossas necessidades de exportação, têm sido fundamentais para que, numa ação conjunta, Governo e produtores abram perspectivas mais promissoras para a conquista definitiva do desenvolvimento nacional integrado, tão esperado e sonhado por todos nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Presentes 31 Srs. Senadores. Não há "quorum" para deliberação. Em consequência, as matérias constantes dos itens n°s 1, 2, 3 e 7, ficam adiadas para a próxima sessão.

São os seguintes os itens que têm sua apreciação adiada:

1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 122, DE 1976

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 122, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que acrescenta § 7º ao art. 586 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo PARECERES, sob n°s 763 a 765, de 1977, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de **Legislação Social**, favorável, com voto vencido dos Senhores Senadores Lenoir Vargas e Ruy Santos; e
- de **Finanças**, favorável.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 205, DE 1976

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n° 205, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o regime de trabalho, remuneração e demais vantagens dos empregados nas empresas signatárias dos contratos de pesquisa de petróleo com "cláusula de risco", tendo

PARECERES, sob n°s 953, de 1976 e 560, de 1977, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, 1º pronunciamento: pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido do Senhor Senador Nelson Carneiro; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário), ratificando seu parecer anterior, com voto vencido do Senhor Senador Nelson Carneiro, dependendo da votação do Requerimento n° 447, de 1977, de adiamento da votação.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 177, de 1977

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n° 177, de 1977, do Senhor Senador Saldanha Derzi, que altera a redação do parágrafo primeiro do art. 91 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966, tendo

PARECER, sob n° 712, de 1977, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 22, DE 1977

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 22, de 1977, do Senhor Senador Luiz Viana, que suprime o art. 93 e o parágrafo único da Lei n° 5.988, de 14 de dezembro de 1973, tendo

PARECERES, sob n°s 749 e 750, de 1977, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação; e
- de **Educação e Cultura**, favorável, dependendo da votação do Requerimento n° 441, de 1977, do Sr. Senador Heitor Dias, de adiamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (PETRÔNIO PORTELLA) — Item 4:

Discussão, em turno único, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n° 792, de 1977), do Projeto de Lei do Senado n° 142, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que regula a indenização a dependente, e dá outras providências.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra em sua discussão, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, é a redação final dada como aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Lei do Senado n° 142, de 1976.

Regula a indenização à dependente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A mulher que haja vivido, por mais de 5 (cinco) anos, sob a dependência econômica de solteiro, desquitado ou viúvo, e dele reclame indenização necessária à manutenção e tratamento, poderá valer-se do rito processual previsto para a ação de alimentos.

§ 1º Se a inicial não houver sido instruída com os documentos comprobatórios, o juiz determinará a sua juntada e procederá na forma do Código de Processo Civil.

§ 2º Além da prova testemunhal, poderá o juiz exigir outras provas complementares.

§ 3º A certidão do casamento religioso da autora com o réu prova a dependência econômica referida neste artigo.

Art. 2º A indenização não será devida se o réu provar que a dependência econômica cessou por culpa da autora.

Art. 3º Ao fixar a indenização, o juiz levará sempre em conta as prestações de pensões alimentícias devidas pelo obrigado a terceiros, bem como o tempo de sua convivência com a autora.

Art. 4º Salvo acordo entre as partes, homologado pelo juiz, a indenização deverá ser paga em prestações mensais.

Art. 5º A indenização não poderá ultrapassar o *quantum* necessário à manutenção e tratamento da beneficiada, durante um período de tempo equivalente ao da duração da vida em comum sob dependência econômica, e, para elaboração do cálculo, terá por base o salário mínimo vigente.

Parágrafo único. No caso de a autora ser inválida ou maior de 70 (setenta) anos na data do término do pagamento das prestações, determinado pela sentença definitiva, o juiz poderá dilatar o prazo e a indenização referidos neste artigo.

Art. 6º Se a sentença da 1ª Instância for favorável à autora, poderá o juiz determinar lhe sejam entregues, por adiantamento, prestações a serem descontadas da indenização total.

Art. 7º A indenização cessará:

- I — pela morte de qualquer dos interessados;
- II — pelo cancelamento, em juízo, a qualquer tempo, se a beneficiada vier a perder os requisitos de necessidade;
- III — se a autora vier a ficar sob dependência econômica de terceiros;

IV — pelo término dos prazos constantes do art. 5º e seu parágrafo único.

Art. 8º A indenização será suspensa se o indenizante provar que perdeu as condições financeiras para continuar a pagar as prestações.

Art. 9º Responderá por perdas e danos a autora que demandar por espírito de malícia, emulação, capricho ou erro grosseiro, devendo ser reconhecido o abuso na própria sentença que julgar a ação improcedente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 5:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 791, de 1977), do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1976, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que dá nova redação às alíneas a e b do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, é a redação final dada como aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1976.

Dá nova redação às alíneas "a" e "b" do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As alíneas a e b do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

a) para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de 1 (um) dia de serviço, computadas as horas suplementares;

b) para os que trabalham por hora, à de sua jornada normal de trabalho, incluídas as horas suplementares."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1976 (nº 1.242-C/75, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 561, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, ficando sua votação adiada por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está esgotada a matéria da pauta.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente, designando para a sessão de quinta-feira, dia 3 de novembro, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1976 (nº 1.242-C/75, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 561, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça.

— 2 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1976, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta § 7º ao art. 586 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 763 a 765, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável, com voto vencido dos Srs. Senadores Lenoir Vargas e Ruy Santos; e

— de Finanças, favorável.

— 3 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1976, do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o regime de trabalho, remuneração e demais vantagens dos empregados nas empresas signatárias dos contratos de pesquisa de petróleo com "cláusula de risco", tendo

PARECERES, sob nºs 953, de 1976, e 560, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento: pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido do Sr. Senador Nelson Carneiro; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário), ratificando seu parecer anterior, com voto vencido do Sr. Senador Nelson Carneiro, dependendo da votação do Requerimento nº 447, de 1977, de adiamento da votação.

— 4 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 1977, do Sr. Senador Saldanha Derzi, que altera a redação do parágrafo primeiro do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, tendo

PARECER, sob nº 712, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1977-DF, que autoriza a criação da empresa pública, sob a denominação de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal — EMATER-DF, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 824 a 826, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— do Distrito Federal, favorável, com voto vencido, em separado, do Sr. Senador Itamar Franco; e

— de Finanças, favorável.

— 6 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1977, do Sr. Senador Luiz Viana, que suprime o art. 93 e o parágrafo único da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1977, tendo

PARECERES, sob nºs 749 e 750, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação; e

— de Educação e Cultura, favorável, dependendo da votação do Requerimento nº 441, de 1977, de adiamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.)

ATA DA 183ª SESSÃO, REALIZADA EM 25-10-77
(Publicada no DCN — Seção II — de 26-10-77)

RETIFICAÇÃO

No Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1977, que assegura às entidades sindicais o direito de ajuizar reclamação perante a Justiça do Trabalho para reivindicar o adicional de periculosidade ou insalubridade em favor de seus associados:

Na página 6060, 1ª coluna, em seu art. 1º,

Onde se lê:

Art. 1º ..., na qualidade de substitutivo processual, ...

Leia-se:

Art. 1º ..., na qualidade de substituto processual, ...

CONSULTORIA-GERAL

PARECER Nº 82/77

Sobre expediente em que o advogado Pedro Augusto Musa Julião solicita ressarcimento de danos materiais ocorridos em veículo de propriedade de cliente seu, em acidente de trânsito com veículo pertencente ao Senado.

Através de Ofício dirigido ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Geral, o Dr. Pedro Augusto Musa Julião solicita seja estudada a possibilidade de composição amigável para ressarcimento de despesas no valor de Cr\$ 11.780,00, a quanto teriam orçado os danos em automóvel de seu cliente, Sr. Bartolomeu Arioaldo de Souza, em acidente de trânsito.

II — Informa o Requerente que a culpa pelo acidente é atribuída ao motorista que dirigia o Dodge Dart placa OF-5444-DF, de propriedade do Senado, que se evadiu do local.

III — Encaminhado o assunto à Subsecretaria de Serviços Gerais, foram prestadas informações, que se fizeram acompanhar de minuciosa narrativa do motorista Demerval Alves, e que colidem, frontalmente, com a versão dada ao pedido inaugural, Consta dessas informações, em resumo, que:

a) ocorreu efetivamente o acidente, na data indicada, 2-9-77, envolvendo os dois veículos;

b) o automóvel do Senado foi abalroado na sua parte posterior, sofrendo apenas a quebra da lanterna traseira esquerda e ficando com marcas de tinta no para-choque traseiro esquerdo;

c) o veículo Ford Maverick, particular, sofreu avarias um pouco maiores, pois atingiu com sua frente o para-choque de um carro de forte estrutura;

d) o motorista do Senado, conquanto entendesse não ter culpa pelo acidente, se pontificou a providenciar, às suas expensas, os consertos do Dodge Dart do Senado, por serem os danos de pequena monta (apenas a lanterna), enquanto o proprietário do outro veículo, assumindo a responsabilidade da colisão, se dispôs a promover, por sua conta, os consertos de seu carro, razão pela qual, de comum acordo, dispensaram a perícia; e

e) não houve prejuízo para o Senado, pois o motorista deste reparou, por sua conta, os pequenos danos sofridos pelo automóvel que dirigia.

IV — Dos autos, como se vê, o único fato indiscutível é o acidente. Não há prova de culpa; não há prova de ser o Peticionário procurador do Sr. Bartolomeu Arioaldo de Souza; não há prova de ser este proprietário do veículo particular envolvido; não há prova da extensão dos danos experimentados pelo Maverick ou do custo de sua reparação.

Contudo, de acordo com o entendimento desta Consultoria, externado em Pareceres anteriores (Pareceres nºs 5/76 e 11/77), ainda que todos esses fatos estivessem plenamente comprovados — e não estão — não poderia o Senado promover diretamente a indenização acaso devida, sob pena de perda do direito de regresso contra o funcionário eventualmente culpado.

V — Efetivamente, dispõe a vigente Carta Política, em seu artigo 107, reiterando princípio consagrado pelas Constituições anteriores:

“Art. 107. As pessoas jurídicas de direito responderão pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo único. Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo”.

Estabelece ainda o artigo 430, parágrafo 2º do vigente Regulamento Administrativo (Resolução nº 58/72), reproduzindo literalmente o artigo 197, parágrafo 2º da Lei nº 1.711, de 1952:

“Parágrafo segundo. Tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o servidor perante a Fazenda Nacional, em ação regressiva, proposta depois de transitado em julgado a decisão de última instância, que houver condenado a Fazenda Nacional a indenizar o terceiro prejudicado”.

A Lei nº 4.619, de 28-4-65, que “dispõe sobre a ação regressiva da União contra seus agentes”, considera a omissão no exercício do regresso como “falta de exação no cumprimento do dever”.

Assim, é de se concluir que:

a) ocorre para a União o dever de indenizar, no caso de culpa de seu preposto;

b) havendo culpa do preposto é obrigatório o exercício do regresso contra o funcionário;

c) condição para o exercício da ação regressiva contra o funcionário é o trânsito em julgado da sentença que houver condenado a União a indenizar o terceiro prejudicado.

VI — Por força das disposições do artigo 197, parágrafo 2º, da Lei nº 1.711/52 e artigo 430, parágrafo 2º, da Res. nº 58/72, a indenização direta ao terceiro prejudicado, sem que haja sentença condenatória, da União, implica em renúncia ao direito do regresso, que é obrigatório. Nem mesmo nos casos em que haja laudo pericial da polícia técnica, nos casos de acidente de trânsito, conclusivo quanto à culpa do funcionário, é permitida a indenização amigável, não só porque tais laudos podem ter suas conclusões não confirmadas pelo Judiciário, mas também porque o quantum das indenizações, nos casos de acidente de trânsito, é sempre discutível. O novo Código de Processo Civil, a seu turno, em seu artigo 70, III, estabelece nova condição para o exercício da ação de regresso, considerando obrigatória a denunciação da lide àquele que estiver, em última análise, obrigado à reparação do prejuízo.

Pelas razões expostas, entende esta Consultoria que o requerimento deve ser indeferido, encaminhando-se ao interessado cópia do presente parecer.

Brasília, 1º de novembro de 1977. — Paulo Nunes Augusto de Figueiredo — Consultor-Geral.

(*) Atas sucintas e circunstanciadas, das 10ª, 11ª, 13ª, 14ª e 17ª Reuniões, da Comissão de Educação e Cultura, destinadas, respectivamente, a ouvir a palestra, seguida de debates, do Sr. Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura; do Sr. Padre Vieira Vasconcelos, Presidente do Conselho Federal de Educação; do Sr. Tenente-Coronel Sérgio Valle, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial; do Sr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, ex-Ministro da Educação e Cultura; e do Sr. Clóvis Salgado, ex-Ministro da Educação e Cultura.

(*) Serão publicadas em Suplemento a presente edição.

**RELATÓRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES
CORRESPONDENTES AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977**

COMISSÃO DE AGRICULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR AGENOR MARIA

ASSISTENTE: CLAUDIO CARLOS RODRIGUES COSTA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 1 976 - Acrescenta dois parágrafos ao Artigo 98 da Lei Nº 4 504, de 30 de novembro de 1 864 (Estatuto da Terra).	25/05/76	Senador MENDES CANALE	25/05/76	Favorável, após o pedido de re-exame solicitado pelo Plenário.		O Sr. Presidente concedeu vista ao Sr. Sen. Itálio Coelho em 18/10/77.
		Redistribuído ao Sr. Sen. ROBERTO SATURNINO.	14/03/77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 1 976 - Proíbe a pesca da baleia no mar territorial brasileiro.	18/05/77	Senador EVELÁSIO VIEIRA	19/05/77	Favorável		O Sr. Presidente concedeu vista ao Sr. Sen. MATOS LEÃO, em 18/10/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, de 1 977 - Altera dispositivos da Lei nº 4 829, de 05 de novembro de 1 965, e do Decreto-lei nº 914, de 07 de outubro de 1 969.	20/10/77	Senador MURILO PARAISO	26/10/77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, de 1 977 - Acrescenta parágrafo ao artigo 29 do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1 967, que dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca.	26/10/77	Senador EVELÁSIO VIEIRA	27/10/77			

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias 01
 Projetos Relatados 02
 Projetos Distribuídos 02
 Pedidos de Vista 02
 Convites recebidos 12

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR DANIEL KRIEGER.

ASSISTENTE: MARIA HELENA E UENO BRANDÃO

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>PROJETO LEI SENADO Nº 156/77:</p> <p>(EMENDAS Nºs 2 (substitutiva), 3, 4 e 5 - Flóres).</p> <p>Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos.</p> <p>Autores: Senadores Nelson Carneiro e Accioly Filho.</p>	23.09.77	SENADOR HEI - TOR DIAS.	29.09.77	Constitucional e jurídica a emenda nº 2 (substitutiva) disseminada no Substitutivo que oferece. Inconstitucional as emendas nºs 3, 4 e 5.	APROVADO. (05.10.77)	
<p>PROJETO LEI CÂMARA Nº 67/77:</p> <p>Exige a inscrição do CPF e do RG dos devedores, nos títulos de crédito que especifica e dá outras providências.</p> <p>Autor: Deputado João Pedro.</p>	23.08.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	24.08.77			Vista ao Sen. Leite Carneiro. (05.10.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>PROJETO LEI SENADO Nº 164/77:</p> <p>Garantia de auxílio funeral para os amparados pela Lei nº 6.179, de 1974.</p> <p>Autor: Senador Vasconcelos Torres.</p>	01.09.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	01.09.77	Constitucional e jurídico. Favorável no mérito com substitutivo.	Inconstitucional. (05.10.77)	Relator do vencido Sen. Helvídio Nunes.
<p>PROJETO LEI SENADO Nº 224/76:</p> <p>Estabelece a obrigatoriedade de apresentação de música "ao vivo" nas emissoras de televisão e nas casas de diversões e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador Vasconcelos Torres.</p>	09.09.76	SENADOR LEITE CHAVES.	10.03.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. Vencido o Sen. Otto Lehmann. (05.10.77)	Redistribuído
<p>PROJETO LEI SENADO Nº 97/71:</p> <p>(EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS).</p> <p>Dispõe sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador José Lindoso.</p>	26.05.76	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	10.03.77	Constitucional e jurídica.	APROVADO. (05.10.77)	Redistribuído

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 273/76: Acrescenta dispositivos à Lei nº 5 988 , de 14 de dezembro de 1973 que regula os direitos autorais. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	28.10.76	SENADOR LEITE CHAVES.	10.03.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	Redistribuído.
OFÍCIO "S" Nº 9/77 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário nº 41 078, Estado de S. Paulo, inconstitucionalidade do Decreto nº 13 304, de 29.12.1972, do Município de São Paulo.	24.06.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	02.08.77	Favorável com Projeto Raso-lução.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 270/76: Dispõe sobre a proibição de abate de matrizes bovinas, pelo tempo que especifica e dá outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	27.10.76	SENADOR LEITE CHAVES.	10.03.77			Redistribuído. Vista ao Sen. Itálio Coelho. (05.10.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 282/76: Introduz alterações na Lei dos Registros Públicos no que se refere à averbação , no Registro de Imóveis, das sentenças de despejo, nulidade ou anulação de casamento. Autor: Senador Nelson Carneiro.	28.10.76	SENADOR ITALÍ VIO COELHO.	10.03.77			Redistribuído. Vista ao Sen. Nelson Carneiro. (05.10.77)
PROJETO LEI SENADO Nº 174/77: Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à Hanseníase e dá outras providências. Autor: Senador José Lindoso.	06.09.77	SENADOR ITALÍ VIO COELHO.	12.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO LEI CÂMARA Nº 43/76: Acrescenta dispositivo ao art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27.2.1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores e dá outras providências. Autor: Deputado Fernando Coelho.	09.06.76	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	10.03.77	Constitucional e jurídico. Contrário no mérito.	APROVADO. (05.10.77)	Redistribuído. Voto em separado do Sen. Osires Teixeira concluindo pela rejeição no mérito.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 94/77: Altera a redação dos arts. 791, 839 e 843 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Ruy Carneiro.	19.05.77	SENADOR ITALÍDIO COELHO.	23.05.77			Vista ao Sen. Leite Chaves. (05.10.77)
PROJETO LEI SENADO Nº 195/77: Altera o art. 1º da Lei nº 5 063, de 4 de julho de 1966. Autor: Senador Henrique de La Rocque.	28.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	28.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 197/77: Prorroga para 20 de junho de 1978 o início da vigência e prazo de regulamentação da Lei nº 6 435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre a Previdência privada, alterando, ainda, a redação de seu art. 42, § 5º. Autor: Senador Leite Chaves	29.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO	29.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	Votação com rejeição. Sen. Helvídio Nunes e Otto Lehmann.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 203/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 18.326.433,50.	21.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	22.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 220/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 18.559,050,00.	05.10.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	05.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 221/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado do Pará a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 187.582.324,00.	05.10.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	05.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A MENSAGEM Nº 213/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 7.098.139,00.	05.10.77	SENADOR NEL - SON CARNEIRO.	05.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A MENSAGEM Nº 219/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a PROCABE - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (Autarquia vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina) elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 4.004.100,00.	05.10.77	SENADOR HEITOR DIAS.	05.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO FINANÇAS AO SENADO Nº 10/77 do Sr. Presidente da República, solicitando autorização ao Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de vinte milhões de dólares a ser efetuado junto ao "The Tokyo Ltd" destinado à execução das obras pela Cia. Metropolitana de São Paulo.	06.10.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	06.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A MENSAGEM Nº 213/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 7.098.139,00.	05.10.77	SENADOR NEL - SON CARNEIRO.	05.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A MENSAGEM Nº 219/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a PROCABE - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (Autarquia vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina) elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 4.004.100,00.	05.10.77	SENADOR HEITOR DIAS.	05.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (05.10.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO FINANÇAS AO SENADO Nº 10/77 do Sr. Presidente da República, solicitando autorização ao Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de vinte milhões de dólares a ser efetuado junto ao "The Tokyo Ltd" destinado à execução das obras pela Cia. Metropolitana de São Paulo.	05.10.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	06.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (06.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 184/75: Da nova redação das letras "b" e "c" do inciso II e do inciso III do art. 39, acrescenta parágrafo aos arts. 10 e 11, todos da Lei nº 5.107, de 13.5.66, que cria o Fundo de Garantia no Tempo de Serviço. Atores: Senhores Nivaldo Silva, Nelson Carneiro, Nelson Dias, Orestes Quêrcia, Agostinho Maria, Franco Monteiro e Vasconcelos Torres.	03.03.77	SENADOR HELVIDIO NUNES.	03.03.77	Constitucional e jurídico, com substitutivo.	APROVADO. Rejeitado o PLS 303/76 e prejudicados os de nºs 128/74; 49, 159, 157, 193, 243/75; 13, 17, 79, 200, 231, 233 e 291/76; 002/77 (13.10.77)	Redistribuído.
PROJETO DE LEI SENADO Nº 190/77: Acrescenta parágrafo ao art. 143 do Decreto-lei nº 3.462, de 1.05.1943, passando a ser o 19 o parágrafo único. Autor: Senador Orestes Quêrcia.	20.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	29.09.77	Constitucional e jurídico, com emenda nº 1-CCJ.	APROVADO. (13.10.77)	
PROJETO DE LEI SENADO Nº 41/76: Altera o art. 17, "caput", do Decreto-lei nº 369, de 10.11.66, "disse" sobre a verificação judicial de insubordinação e periculosidade; 31/76: nova redação ao art. 39 do Dec.-lei 369; 12/77: Insere as alterações no Dec.-lei 369; 21/76: nova redação ao art. 34 do Dec.-lei 369; 11/77: dispõe a critério para a concessão de benefícios de insubordinação. Atores: Senhores Leite Chaves, Nelson Carneiro.	20.04.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	20.04.77	Constitucionais e jurídicos os PLS nºs 41 e 210/76 e prejudicados os demais.	APROVADO. (13.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI CÂMERA Nº 36/75: Altera redação § 4º do art. 2º do Dec.-lei 3.363, de 21.6.41, dispõe sobre desapropriações por utilidade pública; 35/76: Altera a redação § 2º do art. 2º do Dec.-lei 3.363; 34/76: Acrescenta dispositivos ao Dec.-lei 3.363. PROJETO DE LEI SENADO Nº 257/76: Modifica dispositivos do Dec.-lei nº 339. Atores: Deputados Joaquim Devilacqua, Cândido Sampeio, Silvio Lopes Senador Nelson Carneiro	22.03.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	23.03.77	Constitucional e jurídico o PLC 36/75; prejudicado em parte o PLS 257/76 e prejudicados os demais projetos.	APROVADO. Votando contra o mérito Sen. Helvidio Nunes. (13.10.77)	
PROJETO DE LEI SENADO Nº 102/76: Dispõe sobre a obrigatoriedade de prévia aprovação oficial a fabricação em série de novos modelos de veículos automotores e de suas providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	14.10.76	SENADOR LEITE CHAVES.	10.03.77	Constitucional e jurídico. Voto com reservas os Sen. Helvidio Nunes, Itálio Coelho e Nelson Carneiro.	APROVADO. (13.10.77)	Redistribuído.
OFÍCIO Nº-300, 4.8.77, do Sr. Presidente do Senado Federal, submetendo à apreciação do CCJ consulta formulada pelo Sen. Marcelo Pinheiro, suplente Sen. Paulo Guerra, sobre incompatibilidade entre o exercício de mandato de Senador e as atividades por ele exercidas como Diretor de Sociedades Comerciais.	04.03.77	SENADOR WILSON GONÇALVES.	04.08.77	Não há incompatibilidade.	APROVADO. Vota vencido Sen. Otto Lehmann. (13.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 142/77: Adressando parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	30.06.77	SENADOR HEI - TOR DIAS.	02.08.77	Constitucional e jurídico, com emenda nº 1-CCJ.	APROVADO. (13.10.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 193/77-Complementar. Adressando, 1º ao art. 1º da Lei Complementar nº 36, de 11 de setembro de 1975. Autor: Senador Nelson Carneiro.	16.09.77	SENADOR OTTO DINIZ.	20.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. Nota sem restrições. Sen. Heitor Dias. (16.10.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 227/76: De nova redação do § 1º do art. 3º e ao § 2º do art. 31 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	16.09.76	SENADOR HEI - TOR DIAS.	19.03.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. Votou: Sen. Nelson Carneiro "sem voto"; Sen. Cássio Lima e Dirceu Corrêas: com restrição; Sen. Heitor Dias: "sem voto"; Sen. José Carlos de Sá: "sem voto". (16.10.77)	reistribuído

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 130/77-Complementar. Introduz alteração na Lei Complementar nº 36, de 11.09.75, que "estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração dos funcionários". Autor: Senador Orestes Quércia.	24.05.77	SENADOR OTTO DINIZ. Voto em separado do Sen. Benedito Ferreira de acordo com o Relator.	02.08.77	Constitucional e jurídico. Votável no mérito.	APROVADO. (16.10.77)	
PROJETO LEI Nº 15/77, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário nº 22.403, Estado do Rio de Janeiro, inconstitucionalidade do art. 1º da Resolução nº 1.003, de 1963, do Município de Campos. daquele Estado.	05.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	03.10.77	Favorável, com PMS.	APROVADO. (16.10.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 114/77-Complementar. Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS. Autor: Senador Nelson Carneiro.	26.05.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	31.05.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. Sen. Nelson Carneiro assina "sem voto". (16.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
DECISO Nº 14/77 do Sr. Presidente do Senado e Tribunal Federal, recusando extradição de Nelson Carneiro, Estado do Rio de Janeiro, inconstitucionalidade da Resolução nº 1/667, de 20.11.1963, Município de Campos, daquela Estado.	05.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	05.10.77	Favorável, com PRS.	APROVADO. (18.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 32/77: Disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais e dá outras providências. Autor: Deputado Aldo Fajundes.	21.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	22.09.77	Constitucional e jurídico, com emendas nºs 1 e 2-CCJ.	APROVADO. (18.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 244/77: Revigora, por 10 dias, prazo do par.º. Único do art. 19 do Estatuto da Lei de 21.2.67, dispõe sobre a extinção de legislação sobre FGTS às entidades não filantrópicas. PROJETO DE LEI Nº 244/77: Dispõe sobre revogamento de decreto do direito previsto no Dec. 104.911/77. Autor: Senadores Nelson Carneiro e Orestes Quêrcia.	24.08.77	SENADOR ITALI VIO COELHO.	02.08.77	Constitucional e jurídico, com emendas nºs 1 e 2-CCJ. Contrário no mérito.	APROVADO. Assinam "sem voto" Senadores Nelson Carneiro e Orestes Quêrcia. (18.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53/77: Assigura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito. Autor: Senador Franco Montoro.	29.03.77	SENADOR OTTO LEMEINER.	30.08.77	Constitucional e jurídico, com emenda nº 1-CCJ.	APROVADO. Votaram Sen. Nelson Carneiro e Vitor Nunes. (18.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 201/77: Limita o comércio de livros a estabelecimentos especializados no ramo e dá outras providências. Autor: Senador Heitor Dias.	29.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	29.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (18.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 191/77-DF Fixa idade mínima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em empregos e cargos do Serviço Civil do D. Federal. Autor: Poder Executivo.	22.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	27.09.77			Dada vista ao Sen. Heitor Dias. (18.10.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 94/77: Dispõe sobre o limite de permanência dos prefeitos nomeados, em seus respectivos mandatos. Autor: Deputado Italo Conti.	11.10.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	13.10.77	Inconstitucional e ineficaz.	APROVADO. (18.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 12/76: Alteração da Lei CCS nº 314/77: Abolição do novo critério para a distribuição da contribuição sindical e das outras contribuições. Autor: Senador Franco Monteiro.	15.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	15.09.77	Inconstitucional.	APROVADO. (18.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 126/77: Dispõe sobre correção monetária nas cadastros de poupança. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	14.06.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	15.06.77	Inconstitucional.	APROVADO. (18.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 67/77: Dispõe sobre aposentadoria especial para metalúrgicos. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	04.05.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	05.05.77	Adiçada. do Ministério do Trabalho.	APROVADO. (18.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 215/77-DF. Autoriza o Governo do D.Federal a abrir créditos suplementares até o montante de R\$ 1.150.000,000,00 para o fim que se justifica. Autor: Poder Executivo.	11.10.77	SENADOR WILSON CONÇALVES	19.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (27.10.77)	Prazo regulamentação concedida na CCS até 10 outubro.
PROJETO DE LEI Nº 194/77: Interclui alterações no art. 791 da CLT para conceder aos sindicatos poderes de representação, independentemente de mandato. Autor: Senador Nelson Carneiro.	28.09.77	SENADOR IWALDO CORREIA.	28.09.77	Constitucional e jurídico. Passível no mérito.	APROVADO. (27.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A SENADOR Nº 196/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal a criação da Autarquia do Saneamento - Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (SAM) e elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 453.700,00.	19.10.77	SENADOR NIL-SON GONÇALVES	20.10.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (27.10.77)	
PROJETO DE SENADO Nº 131/77: Acrescenta parágrafo ao art. 406 da CRT (disposição sobre a vinculação do Imposto). PROJETO DE SENADO Nº 10/77: Acrescenta parágrafo ao art. 406 da CRT. Relator: Senadores Nelson Carneiro e Mendes Carneiro.	20.01.76	SENADOR ITALÍVIO COELHO	16.08.77	Constitucional e jurídicos, com substitutivo. Voto em separado Sen. Osirias Teixeira y/const. jurid. favorável o PLS 182/75 e prejudicado o PLS 16/76	APROVADO o voto em separado do Sen. Osirias Teixeira, vencido o Relator. (27.10.77)	Reatribuído.
PROJETO DE SENADO Nº 94/77: Alteração do art. 55, inciso II, da Lei Complementar nº 1, de 21.11.1967, que "disponha sobre o regime de novos municípios e suas demais providências". Relator: Senador Mendes Carneiro.	17.10.77	SENADOR NIL-SON GONÇALVES	17.10.77			Passa vista ao Sen. Itelvio Coelho. (27.10.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE SENADO Nº 100/77: Disposição sobre o tombamento em bens de Patrimônio Cultural, em Valença, Estado do Rio de Janeiro, antiga propriedade do Duque de Caxias, onde se localiza o Cemitério de São João, e viram a falésia. Relator: Senador Otto Leizaola.	01.03.77	SENADOR OSIRIAS TEIXEIRA	01.03.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO, designando "sem voto" Sen. Mendes Carneiro. (27.10.77)	
PROJETO DE SENADO Nº 150/77: Instituição que a concessão do cargo de Senador, prevista em atividades insalubres ou de risco segundo critérios especiais. Relator: Senador Franco Montoro.	19.03.77	SENADOR BIRCEU CARMOLO	19.03.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO pelo voto de desempate do Presidente, votando vencidos os Sen. Wilson Gonçalves, Montoro Dias, Itelvio Coelho e Osirias Teixeira. (27.10.77)	
PROJETO DE SENADO Nº 210/77: Alteração do Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969) e do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21.10.69) e de outras providências. Relator: Senador Henrique de La Roque.	26.10.77	SENADOR HEITOR DIAS	27.10.77	Constitucional e jurídico. Favorável mérito com emenda nº 1-CCJ	APROVADO. (27.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 79/77: Alteração à aplicação mínima de 30% da receita líquida da Loteria Esportiva nos Municípios de procedência da receita. Autor: Senador Franco Montoro.	14.05.77	SENADOR OSIRIS GUINEIRA.	17.05.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO, votado 33 com restrições Sen. Wilson Gonçalves. (27.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 111/77: Lei sobre a exigência de prova de autenticidade para a comercialização de obras de arte. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	26.05.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	31.05.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (27.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 174/76: Lei sobre a obrigatoriedade de depósito temporário dos rendimentos de capitais estrangeiros, auferidos em território orgânico. Autor: Senador Marcos Freire.	02.08.76	SENADOR ITALVIO COELHO.	10.03.77	Inconstitucional.	APROVADO. (27.10.77)	Redistribuído.
NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 106/77: Poderina a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDPE) ao Ministério da Marinha. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	19.05.77	SENADOR HEITOR DIAS.	23.05.77	Inconstitucional.	APROVADO. (27.10.77)	
PROJETO DE LEI Nº 299/76: Lei sobre o dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	20.11.76	SENADOR HEITOR DIAS.	10.03.77			Redistribuído. Vista ao Sen. Italo Coelho.
NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 203/77: Alteração do dispositivo à Lei nº 5.107, de 29 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Amparo ao Tempo de Serviço". Autor: Senador Nelson Carneiro.	29.09.77	SENADOR HELVIO NUNES.	03.10.77			
PROJETO DE LEI Nº 207/77: Alteração do dispositivo da Lei nº 5.301, de 17 de dezembro de 1966. Autor: Deputado Rômulo Simões.	30.09.77	SENADOR OTTO LEMOS.	03.10.77			
PROJETO DE LEI Nº 217/77: Alteração do dispositivo da Lei nº 5.301, de 17 de dezembro de 1966, que "cria o Fundo de Amparo ao Tempo de Serviço". Autor: Deputado Rômulo Simões.	30.09.77	SENADOR HEITOR DIAS.	03.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 204/77: Prorroga o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiro. Autor: Senador Henrique de La Rocque.	03.10.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	03.10.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 205/77: Estabelece pena para o agente que inaugurar obra pública no período de 90 dias anteriores à realização de eleições. Autor: Senador Leite Chaves	03.10.77	SENADOR ORESTES QUÉRCIA.	03.10.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 206/77: Permite a entrega de correspondência comercial por menores encaminhados às empresas por entidades de serviço social ou pelos Juizes de Menores. Autor: Senador Franco Montoro.	03.10.77	SENADOR OSÍRES TEIXEIRA.	03.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
OFÍCIO "S" Nº 14/77 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário nº 07 354, Estado de São Paulo, inconstitucionalidade do § 1º do art. 49 da Lei nº 132, de 31 de dezembro de 1969, Município de Ipaú, daquele Estado.	03.10.77	SENADOR OTTO LEMMANN.	03.10.77			
OFÍCIO "S" Nº 15/77 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário nº 07 424, Estado do Rio de Janeiro, inconstitucionalidade do art. 4º da Resolução nº 2 - JUC, de 1965, do Município de Campos, daquele Estado.	03.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	03.10.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA Nº 220/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 10.000.000,00.	05.10.77	SENADOR OTTO LEMMANN.	05.10.77			

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PAP. CÉR DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROPOSTA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A RESOLUÇÃO Nº 221/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado do Pará a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$187.532.324,00.	05.10.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	05.10.77			
PROPOSTA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A RESOLUÇÃO Nº 215/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 7.089.139,30.	05.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	05.10.77			
PROPOSTA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A RESOLUÇÃO Nº 211/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a PROCAP - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (Atividade vinculada à Secretaria de Trabalho do Estado de Santa Catarina) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 4.004.100,00-.	05.10.77	SENADOR HEITOR DIAS.	05.10.77			

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PAP. CÉR DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
OPINION Nº 16/77 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário Nº 55.040, do Estado do Rio de Janeiro, inconstitucionalidade da Resolução Nº 1.100, de 23.11.1965, do Município de Campos.	05.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO	05.10.77			
OPINION Nº 17/77 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário Nº 79.956, inconstitucionalidade dos Artigos 5º e 4º do Provimento Nº 141, de 17.01.1971, da Corregedoria da Justiça do D.Federal.	05.10.77	SENADOR OTTO LONNANN.	05.10.77			
PROPOSTA DE SENADO Nº 257/77: Declarar transferência de matrícula a universidade que, por motivo de casamento, mudar de domicílio e as outras providências. Assin: Senador Italcio Coelho.	05.10.77	SENADOR HEITOR DIAS.	05.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 208/77: Adaptação parágrafo ao art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	05.10.77	SENADOR ORES TEI QUÉRCIA.	05.10.77			
PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS DO SENADO Nº 10, de 1977, do Governador do Estado de São Paulo, solicitando ao Banco Central autorização para contratar empréstimo externo no valor de R\$ 100.000.000,00 a ser alocado junto ao "Banco de São Paulo S.A." destinado a executar obras e obras pela Cia. de Metropolitano de São Paulo.	06.10.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	06.10.77			
PROJETO DE LEI Nº 203/77: Institui alterações na Lei nº 5.107, de 1966, que institui o regime do tempo de serviço do tempo de serviço. Autor: Senador Nelson Carneiro.	06.10.77	SENADOR HELVIO DIO NUNES.	06.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 210/77: Institui o funcionamento dos práticos e o ensino de Física. Autor: Senador Ricardo Montoro	06.10.77	SENADOR HELVIO DIO NUNES.	06.10.77			
PROJETO DE LEI Nº 211/77: Institui a exigência de exame psicotécnico para o concurso público. Autor: Senador Viscondes Torres.	06.10.77	SENADOR CUNHA LIMA.	06.10.77			
PROJETO DE LEI Nº 212/77: Institui a comercialização do cimento Portland de 15 quilos. Autor: Senador Viscondes Torres.	06.10.77	SENADOR CUNHA LIMA.	06.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 213/77: Fixa prazo-limite para o registro de diplomas do curso superior. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	06.10.77	SENADOR LEITE CHAVES.	06.10.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 179/76: (SUBSTITUTIVO DA CLS) Acrescenta e modifica dispositivos no Decreto-lei nº 18, de 24.8.1966, que dispõe sobre a profissão de aeronauta. Autor: Senador Nelson Carneiro.	07.10.77	SENADOR ITALVIO COELHO.	11.10.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 214/77 Acrescenta dispositivo à Lei nº 1 046, de 02 de Janeiro de 1955, que dispõe sobre a consignação em folha do pagamento. Autor: Senador Nelson Carneiro.	07.10.77	SENADOR OTTO LEMERLE.	11.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 93/77: Fixa prazo máximo de permanência dos prefeitos nomeados, em seus respectivos cargos. Autor: Deputado Italo Conti.	11.10.77	SENADOR MELVÍDIO NUNES.	13.10.77			
PROJETO LEI CÂMARA Nº 74/77: Altera dispositivos da CLT e da Lei nº 4 090, de 13.7.62, para o fim de tornar expressa a obrigatoriedade de computar horas extras nos pagamentos de férias e 13º salário devidos ao trabalhador. PROJETO LEI SENADO Nº 81/76: Manda incluir no pagamento de férias as horas extraordinárias habitualmente prestadas pelo empregado. Autor: Deputado Argilino Dariso. Senador Italo Conti.	11.10.77	SENADOR ITALVIO COELHO.	13.10.77			Arquivado pelo DES 3.4/77.
PROJETO LEI SENADO Nº 215/77-EF Autoriza o Governo do Distrito Federal a abrir créditos suplementares até o montante de Cr\$ 1.140.000.000,00, para o fim que especifica. Autor: Poder Executivo.	13.10.77	SENADOR WILSON GONÇALVES	19.10.77			Deleg. Facult. Contos e Despesa 5.000.000,00. Acresc. 12 - 10.000.000,00. Total: 17.000.000,00.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 216/77: Seguro de vida obrigatório nas vendas de eletrodomésticos e veículos automotores. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	13.10.77	SENADOR CUNHA LIMA	13.10.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 217/77: Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	13.10.77	SENADOR HEITOR DIAS.	13.10.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 218/77: Lei que proíbe a proibição de financiar ou construir a construção de edifícios de habitação de baixa renda pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro de Habitação e das suas providências. Autor: Senador Orestes Quêrcia.	14.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO	17.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 219/77: Parágrafo adicional ao art. 59 da Lei nº 2.077, de 24 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) Autor: Senador Nelson Carneiro.	14.10.77	SENADOR HEITOR DIAS.	17.10.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 24/77-Complementar. Autor: a respeito do art. 59, caput., da Lei nº 2.077, de 24 de agosto de 1960, que institui a criação de novos municípios em determinadas providências. Autor: Senador Nunes Rocha.	17.10.77	SENADOR WILSON GONÇALVES	17.10.77			
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL APROVADO Nº 5/77 do Sr. Presidente da República, relativo à aprovação de projeto de Lei do Senado Federal para que seja autorizada a emissão de notas de 100 e 200 reais, e a elevação do valor de sua cédula consolidada para R\$ 1.000,00.	19.10.77	SENADOR OTTO LETHBRIDGE.	20.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DA COMISSÃO ECONÔMICA. A RECOMENDAÇÃO Nº 154/77 do GE. Presidente da República, encaminhada ao Senado Federal, para que seja autorizada o S.A.M. - Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (CS) a pagar o montante de sua dívida consolidada de CR\$ 403.700,00.	19.10.77	SENADOR NILSON GONÇALVES.	20.10.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 220/77: Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	19.10.77	SENADOR OSIRIS TEIXEIRA.	25.10.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 221/77: Complementar artigo sobre a fiscalização das entidades parafiscais vinculadas à União pelo Congresso Nacional e às outras providências. Autor: Senador Roberto Saturnino.	19.10.77	SENADOR OSIRIS TEIXEIRA.	25.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 222/77: Altera redação do art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Itálio Coelho.	20.10.77	SENADOR ELIOTOR DIAS.	25.10.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 223/77: Altera redação à letra g do item III, do artigo único do art. 205 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	20.10.77	SENADOR ITALVIO COELHO.	25.10.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 224/77: Altera sobre legislação de saúde devedor de obrigações de financiamento. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	20.10.77	SENADOR OSIRIS TEIXEIRA.	25.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROPOSTA DE LEI Nº 225/77: Trata o regime de regularização por uso de imóveis de propriedade do Estado. Relator: Senador Visconde das Torres.	20.10.77	SENADOR OTTO LEME.	25.10.77			
PROPOSTA DE LEI Nº 226/77: Trata o regime de regularização do conjunto urbano, urbano e do predomínio das espécies de regularização do conservatório, distrital e municipal de Valença. Estado do Rio de Janeiro. Relator: Senador Visconde das Torres.	20.10.77	SENADOR CUNHA LIMA.	25.10.77			
PROPOSTA DE LEI Nº 227/77: Trata o regime de regularização imobiliária de imóveis urbanos e rurais. Relator: Senador Francisco Monteiro.	20.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	25.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROPOSTA DE LEI Nº 228/77: Trata o regime de regularização de imóveis urbanos e rurais. Relator: Senador Francisco Monteiro.	20.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	25.10.77			
PROPOSTA DE LEI Nº 229/77: Trata o regime de regularização de imóveis urbanos e rurais. Relator: Senador Francisco Monteiro.	20.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	25.10.77			
PROPOSTA DE LEI Nº 230/77: Trata o regime de regularização de imóveis urbanos e rurais. Relator: Senador Francisco Monteiro.	20.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	25.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 231/77: Complementa normas gerais sobre desportos, e de outras providências. Autor: Senador Evellásio Vieira.	25.10.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	25.10.77			
PROJETO "S" Nº 21/77 (L.º 16-2/10/77) do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, recurso extraordinário nº 71.410, do Estado de S. Paulo, inconstitucionalidade das inscrições de 5/73, de 23.4.1966, do Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda, daquele Estado.	25.10.77	SENADOR OTTO LEHRMANN.	25.10.77			
PROJETO "S" Nº 21/77 (L.º 47-P/10/77) do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, recurso extraordinário nº 31.599, do Estado de S. Paulo, inconstitucionalidade das Resoluções nºs 42/72 e 1/73, da Secretaria de Educação daquele Estado.	25.10.77	SENADOR OTTO LEHRMANN.	25.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 232/77: Dispõe sobre a ocupação de terrenos federais e de outras providências. PROJETO DE LEI SENADO Nº 233/77: Dispõe sobre a proteção de áreas portuárias, de marinha e de outras providências. Autor: Deputado Passos Porto. Senador Vasconcelos Torres.	25.10.77	SENADOR LEITE CHAVES.	26.10.77			Encaminhado para RES 303/77.
PROJETO DE LEI SENADO Nº 232/77: Dispõe sobre a assistência especial para o povoamento rural e para a eletrificação de grupo de instalações elétricas, gás, telefônicas e sanitárias. Autor: Senador Benjamin Laran.	26.10.77	SENADOR OTTO LEHRMANN.	26.10.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 232/77: Dispõe sobre o nº 4.655, de 2 de junho de 1967, que dispõe sobre a legitimação arrendatária. Autor: Deputado Nelson Carneiro.	26.10.77	SENADOR HEITOR BRAGA.	26.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJ. DE LEI Nº 234/77: Alteração do Art. 624 da Consolidação das Leis do Trabalho. Senador Manoel Macedonio Torres.	26.10.77	SENADOR ITALVIO COELHO	26.10.77			
PROJ. DE LEI Nº 235/77: Alteração da concessão de férias de 30 dias para 35 dias, cujo período aquisitivo se inicia em 1º de maio de 1977. Senador Manoel Macedonio Torres.	26.10.77	SENADOR CRIS- TOS GUERCIÁ	26.10.77			
PROJ. DE LEI Nº 236/77: Alteração do Art. 733 da CLT, que estabelece o prazo de 30 dias para o empregado apresentar o pedido de rescisão. Senador ITALVIO COELHO.	26.10.77	SENADOR ITALVIO COELHO	26.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJ. DE LEI Nº 237/77: Alteração da Lei nº 1.224/64, que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados de comércio e indústria, no âmbito das empresas de administração pública, em favor de seus associados. Senador Manoel Macedonio Torres.	26.10.77	SENADOR DIRCEU CARNEIRO.	26.10.77			
PROJ. DE LEI Nº 238/77: Alteração da Lei nº 1.224/64, que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados de comércio e indústria, no âmbito das empresas de administração pública, em favor de seus associados. Senador Manoel Macedonio Torres.	26.10.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	26.10.77			
PROJ. DE LEI Nº 239/77: Alteração da Lei nº 1.224/64, que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados de comércio e indústria, no âmbito das empresas de administração pública, em favor de seus associados. Senador Manoel Macedonio Torres.	26.10.77					

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	2
Reuniões Extraordinárias	3
Projetos relatados	55
Projetos distribuídos	57
Projetos em diligência	1
Ofícios recebidos	30
Ofícios expedidos	5
Pedidos de vista	7
Emendas apresentadas	6
Subemendas apresentadas	-
Substitutos	4
Projetos de Resolução	3
Declarações de voto	14
Comparcamento de autoridades	-
Votos com restrições	9
Convites expedidos	-

Brasília, em 31 de outubro de 1977

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR WILSON GONÇALVES

ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 1977-DF (Câmara em nº 135, de 1977 — nº 202, de 21.06.77, na origem). AUTORIZA A CRIAÇÃO DE EMPRESA PÚBLICA, SOB A DENOMINAÇÃO DE EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL — EMTEA/DF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	15.09.77	SENADOR OSÍRES TEIXEIRA	15.09.77	FAVORÁVEL AO PROJETO.	APROVADO, EM RESTRIÇÃO DE VOTO, em 22.10.77, pelo Sr. Senador Itamar Franco.	06.10.77, c/ parte do Sr. Senador Itamar Franco.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 1977-DF (Câmara em nº 137, de 1977 — nº 303, de 21.06.77, na origem). DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	20.09.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	20.09.77	FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A SUSCITAÇÃO QUE APRESENTA A EMENDA Nº 1-CCJ.	APROVADO, EM 22.10.77.	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 1977-DF</u> (Mensagem nº 183, de 1977 — nº 304, de 31.08.77, na origem). ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO DISTRITO FEDERAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1978. <u>PARTES 1</u> - GABINETE DO GOVERNADOR E PROCURADORIA GERAL	01.09.77	SENADOR ADALBERTO SENA	16.09.77	FAVORÁVEL, C/ A EMENDA Nº 1-DF.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 2</u> - SECRETARIA DO GOVERNO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		SENADOR HEITOR DIAS	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 3</u> - SECRETARIA DE FINANÇAS		SENADOR ALEXANDRE COSTA	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 4</u> - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.		SENADOR CATTETE PINHEIRO	16.09.77	FAVORÁVEL, C/ AS EMENDAS Nºs 1 E 2-DF.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 5</u> - SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS		SENADOR HEITOR DIAS	16.09.77	FAVORÁVEL, C/ AS EMENDAS Nºs 1 E 2-DF.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 6</u> - SECRETARIA DE VIACÃO E OBRAS E SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ...		SENADOR ADALBERTO SENA	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 7</u> - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO		SENADOR AUGUSTO FRANCO	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 8</u> - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .		SENADOR CATTETE PINHEIRO	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 9</u> - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, RECEITA E TEXTO DA LEI ...		SENADOR MURILO PARAISO	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 1977-DF</u> (Mensagem nº 182, de 1977 — nº 305, de 31.08.77, na origem). APROVA O ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL PARA O TRIMÊNIO 1978/1980. <u>PARTES 1</u> - GABINETE DO GOVERNADOR E PROCURADORIA GERAL	01.09.77	SENADOR ADALBERTO SENA	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 2</u> - SECRETARIA DO GOVERNO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		SENADOR HEITOR DIAS	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 3</u> - SECRETARIA DE FINANÇAS		SENADOR ALEXANDRE COSTA	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 4</u> - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.		SENADOR CATTETE PINHEIRO	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 5</u> - SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS		SENADOR HEITOR DIAS	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 6</u> - SECRETARIA DE VIACÃO E OBRAS E SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ...		SENADOR ADALBERTO SENA	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 7</u> - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO		SENADOR AUGUSTO FRANCO	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 8</u> - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .		SENADOR CATTETE PINHEIRO	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	
<u>PARTES 9</u> - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, RECEITA E TEXTO DA LEI ...		SENADOR MURILO PARAISO	16.09.77	FAVORÁVEL.	APROVADO Em 20.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 1977-DF</u> (Mensagem nº 233, de 1977 — nº 332, de 20.10.77, na origem). AUTORIZA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL A EMISSÃO DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ATÉ O VALOR DE R\$ 140.000.000,00, PARA O FIM DE ...	27.10.77	SENADOR OSÍRES TEIXEIRA	27.10.77			

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

REUNIÕES ORDINÁRIAS	3
PROJETOS RECEBIDOS	1
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	1
PROJETOS RELATADOS	20
EMENDAS APRESENTADAS	5
SUBEMENDAS APRESENTADAS	1
VOTOS EM SEPARADO	1
VOTOS COM RESTRIÇÕES	1
OFÍCIOS RECEBIDOS	1
OFÍCIOS EXPEDIDOS	10

Brasília, 31 de outubro de 1977

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR MARCOS FREIRE

ASSISTENTE: DANIEL REIS DE SOUZA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>MESSAGEM Nº 218, de 1 977.</p> <p>Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em Cr\$7.098.139,00 (sete milhões, noventa e oito mil, cento e trinta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.</p>	26.09.77	Senador MURILO PARAISO	27.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 04.10.77	-
<p>MESSAGEM Nº 219, de 1 977.</p> <p>Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o PROCEPE - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas - Autarquia vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul - a elevar em Cr\$4.000.100,00 (quatro milhões, quatro mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.</p>	26.09.77	Senador OTÁVIO BECKER ***** Redistribuída ao Senador Orestes Quercia.	27.09.77 ***** 04.10.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 04.10.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>MESSAGEM Nº 220, de 1 977.</p> <p>Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$18.599.050,00 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e nove mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.</p>	26.09.77	Senador DINARTE MARIZ ***** Redistribuída ao Senador MURTON CABRAL	27.09.77 ***** 04.10.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 04.10.77	-
<p>MESSAGEM Nº 221, de 1 977.</p> <p>Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$187.582.324,00 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.</p>	26.09.77	Senador VASCONCELOS TORRES ***** Redistribuída ao Senador LUIZ CAVALCANTE	27.09.77 ***** 04.10.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 04.10.77	-
<p>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 01, de 1 977.</p> <p>Regula a locação predial urbana e dá outras providências.</p> <p>Autor: Poder Executivo</p>	04.10.77	Senador MURILO PARAISO	05.10.77			Em 7.10.77 foi para a SGL, para fins de designação do PLS nº 264/77. Aprovado através do Requerimento nº 1.77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 1 1976. Estabelece limites para reajustamentos de aluguéis em locações residenciais. Autor: Senador Agenor Maria.	04.10.77	Senador MURILO PARAISSO	05.10.77			Em 07.10.77 foi à SGM, para fins de apreciação do PLO nº 01/77. Aprovado através do requerimento nº 333/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 1 1975. Estabelece restrições à comercialização de drogas e medicamentos, na forma que especifica. Autor: Senador Orestes Quércia	01.07.77	Senador AUGUSTO FRANCO	01.08.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 11.10.77	Em 11.10.77 o Senador Orestes Quércia devolveu o Projeto à Comissão, Sem Voto em Separado
MESSAGEM Nº 196, de 1 1976. Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada o S.A.L-Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (CE) a elevar em Cr\$..... 453.700,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	15.08.77	Senador CATETE PINHEIRO	23.08.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 19.10.77	Há voto com restrições à Comissão Monetária, do Senador Domício Gondim.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MESSAGEM Nº 56, de 1 1977. Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada o Departamento de Água e Esgoto de Presidente Prudente (SP) a elevar em Cr\$... 1.306.529,00 (um milhão, trezentos e seis mil, quinhentos e vinte e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	15.09.77	Senador FRANCO LOPES	15.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 28.09.77	Há voto com restrições à Comissão Monetária, do Senador Domício Gondim.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, de 1 1977. Estabelece normas gerais para a instalação de novas indústrias nos centros mais populosos do País. Autor: Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados	09.08.77	Senador LUIZ CAVALCANTE	23.08.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 19.10.77	-
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 1 1977. Dispõe sobre a transferência do controle do capital de firmas nacionais para pessoas jurídicas estrangeiras. Autor: Deputado Humberto Lucena	10.06.77	Senador ROBERTO SATURNINO ***** Senador MILTON CABRAL (RELATOR DO VENCIDO).	16.06.77 ***** 19.10.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 19.10.77	Há voto vencido do Senador Agenor Maria, e voto em separado, vencido, do Senador Roberto Saturnino.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 1 977. Dispõe sobre o regime de tributação simplificada para as pessoas jurídicas de pequeno porte, estabelece isenção do imposto de renda em favor daquelas que auferem reduzida receita bruta, e dá outras providências. Autor: Poder Executivo	05.10.77	Senador MILTON CABRAL	05.10.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 19.10.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 1 975. Acrescenta dispositivos à Lei nº 5 991, de 17 de dezembro de 1 973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências". Autor: Senador Gilvan Rocha	05.05.77	Senador CATETE PINHEIRO	18.05.77	Parecer pela prejudicialidade.	Aprova o parecer, em 19.10.77	Tramita em conjunto com o PLS nº 91/76.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, de 1 976. Restringe a publicidade de medicamentos aos casos que especifica e dá outras providências. Autor: Senador Orestes Quércia	05.05.77	Senador CATETE PINHEIRO	18.05.77	Parecer pela prejudicialidade.	Aprova o parecer, em 19.10.77	Tramita em conjunto com o PLS nº 190/75.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 1 976. Veda alterações nas partes externas dos modelos de veículos automotores em uso decorridos 5 anos de seu lançamento no mercado consumidor do País. Autor: Senador Leite Chaves	16.06.77	Senador MILTON CABRAL	23.06.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 19.10.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 1977. Altera a redação do artigo 12 do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1 968. Autor: Senador Cattete Pinheiro	31.08.77	Senador ROBERTO SATURNINO ***** Redistribuído ao Senador FRAÇO MONTORO	13.09.77 ***** 23.09.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 19.10.77	-
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, de 1 977. Aprova o texto do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, celebrado em Washington, a 19 de junho de 1 970. Autor: Poder Executivo.	18.10.77	Senador MILTON CABRAL	18.10.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 19.10.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, de 1 977. Aprova o texto do Acordo de Comércio e Pagamentos entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista Federativa da Iugoslávia, assinado em Brasília, em 08 de julho de 1 977. Autor: Poder Executivo	18.10.77	Senador LUIZ CAVALCANTE	18.10.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 19.10.77	-
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, de 1 977. Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, em Brasília, a 28 de abril de 1 977. Autor: Poder Executivo	18.10.77	Senador ARNON DE MELLO	18.10.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 19.10.77	-
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 1 976. Inclui programa de melhoria de condições de habitabilidade dos trabalhadores nos projetos de financiamentos agropecuários. Autor: Deputado Henrique Brito	10.03.77	Senador VASCONCELOS TORRES	16.03.77	Parecer favorável ao projeto e às Emendas de nºs 1 e 2-CA, com a Emenda de nº 3-CE que oferece.	Concedido vista ao Senador Otair Becker, em 11.10.77	Lo Senador Otair Becker, em 11.10.77. -

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 1 977. Direção sobre a obrigatoriedade de indicadores no chamado "Telefone Medido". Autor: Deputado Nina Ribeiro	07.10.77	Senador MILTON CABRAL	07.10.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 1 977. Institui o seguro obrigatório nas garagens e estacionamento pagos. Autor: Deputado Alexandre Machado	30.09.77	Senador FRANCO MONTEIRO	05.10.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 1 977. Disciplina a venda, no comércio varejista, dos produtos acondicionados em pacotes padronizados. Autor: Senador Vasconcelos Torres	29.09.77	Senador LUIZ LO FARIAS	05.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARCEIRO DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, de 1 977. Medida sobre proteção das informações computadorizadas, e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro	30.09.77	Senador LUIZ CAVALCANTE	05.10.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 02, de 1 977. Declara feriado nacional o dia 12 de outubro. Autor: Deputado Jorge Arbage	19.10.77	Senador DINARTES LARIZ	24.10.77			Anexado ao PLS nº 306/76
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, de 1 976. Considera feriado nacional o dia consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Pa- drão do Brasil. Autor: Senador Vasconcelos Torres	19.10.77	Senador DINARTES LARIZ	24.10.77			Anexado ao PLS nº 02/77

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARCEIRO DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, de 1 975. Altera a redação do § 2º do Artigo 26 do Decreto-Lei nº 3 365, de 21 de junho de 1 941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Autor: Deputado Joaquim Bevilacqua	13.10.77	Senador MURILO PARAISO	24.10.77			Anexados aos PLS nºs 35 e 98/76 e ao PLS nº 257/75
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 1 976. Altera a redação do § 2º do art. 26 do Decreto-Lei nº 3 365, de 21 de junho de 1 941 (Lei por desapropriação por utilidade pública). Autor: Deputado Cantídio Sampaio	13.10.77	Senador MURILO PARAISO	24.10.77			Anexados aos PLS nºs 86/75, 98/76 e ao PLS 257/75
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 1 976. Altera as disposições do Decreto-Lei nº 3 365, de 21 de junho de 1 941, que dispõe sobre desapropriação por utilidade pública. Autor: Deputado Sívio Lopes	13.10.77	Senador MURILO PARAISO	24.10.77			Anexados aos PLS nºs 86/75, 35/76 e ao PLS 257/75

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 1 975. Modifica dispositivos no Decreto-lei nº 3 365, de 21 de junho de 1 941, que dispõe sobre desapropriação por utilidade pública. Autor: Senador Nelson Carneiro	13.10.77	Senador LUIZ LO PARAISO	24.10.77			Anexados aos HIO nºs 35 e 96/76 e 83/79
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 1 976. Dispõe sobre a obrigatoriedade de prévia aprovação oficial à fabricação em série de novos modelos de veículos auto-motores e dá outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres	13.10.77	Senador ROBERTO SATURNINO	24.10.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, de 1 977-COM-UNICIONAR. Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1 970, que institui o Plano de Integração Social-FIS. Autor: Senador Nelson Carneiro	20.10.77	Senador FRANCO MONTORO	24.10.77			
NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 1 977 Altera o artigo 11 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1 966, que dispõe sobre ações da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, e dá outras providências. Autor: Poder Executivo	27.10.77	Senador LUIZ CAVALCANTE	31.10.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 1 977 Determina a aplicação mínima de 20% da renda líquida da Loteria Esportiva nos municípios de procedência da receita. Autor: Senador Franco Montoro	27.10.77	Senador ARNON DE MELLO	27.10.77			

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	1
Reuniões Extraordinárias	2
Projetos relatados	18
Projetos distribuídos	20
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	-
Pedidos de vista	1
Emendas apresentadas	1
Subemendas apresentadas	-
Substitutos	-
Projetos de Resolução	6
Declarações de voto	-
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	2
Convites expedidos	-
Votos vencidos	1
Votos em separado	1
Projetos devolvidos	2

Brasília, em 31 de outubro de 1 977.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 19 77

PRESIDENTE: Senador JOÃO CALMON

ASSISTENTE: CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRA CRUZ

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 1 977, que "Transfere o Museu do Açúcar do Instituto do Açúcar e do Alcool para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e dá outras providências". AUTOR: Poder Executivo	01.09.77	Senador RUY SANTOS	22.09.77	Favorável.	Aprovado, em 05.10.77.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 1 977, que "Acrésceta dispositivos à Lei nº 3 577, de 04 de julho de 1 959". AUTOR: Deputado Francisco Amaral	08.09.77	Senador RUY SANTOS.	22.09.77	Favorável.	Aprovado, em 05.10.77.	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 1 977, que "Suprime-se o artigo 93 e o parágrafo único da Lei nº 5 988, de 14 de dezembro de 1 973". AUTOR: Senador Luiz Viana	12.05.77	Senador OTTO LEHMANN.	10.05.77	Favorável.	Aprovado, em 05.10.77.	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 1 976, que "Dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina "Direitos Humanos Fundamentais". AUTOR: Senador Itamar Franco	31.03.77 para reexame da matéria.	Senador OTTO LEHMANN.	01.09.77	Pela rejeição.	Aprovado, com voto vencido dos Srs. Senadores Evellio Vieira e Adalberto Sena, em 06.10.77.	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 1 977, que "Dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências". AUTOR: Senador Benjamin Farah	16.06.77	Senador OTTO LEHMANN.	23.09.77	Favorável.	Aprovado, em 06.10.77, com voto vencido do Senador Ruy Santos.	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 1 977, que "Altera o artigo 1º da Lei nº 5 063, de 31 de julho de 1 966". AUTOR: Senador Henrique de La Rocque	05.10.77					
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 1 977, que "Acrescenta dispositivo ao artigo 26 da Lei nº 5 540, de 28 de novembro de 1 968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, instituindo matéria obrigatória".	05.10.77					
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 1 976, que "Estabelece a obrigatoriedade de apresentação de música "ao vivo" nas emissoras de televisão e nas casas de diversões, e dá outras providências". AUTOR: Senador Vasconcelos Torres	05.10.77					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 1 976, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº ... de 14 de dezembro de 1 973, que regula os direitos autorais". AUTOR: Senador Vasconcelos Torres	05.10.77					
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 1 977, que "Limita o comércio de livros a estabelecimentos especializados no ramo, e dá outras providências". AUTOR: Senador Nilton Dias	20.10.77					
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 1 977, que "Dispõe sobre a exigência de prova de qualificação para a comercialização de obras de arte". AUTOR: Senador Vasconcelos Torres	27.10.77					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, de 1 977, que "Dispõe sobre o tombamento da sede da fazenda Santa Mônica, em Valença Estado do Rio de Janeiro, antiga propriedade do Barão de Prudente, onde Duque de Caxias morou na velhice, e viria a falecer, e de outras providências". AUTOR: Senador Otto Lehmann	27.10.77					
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 1 975, que " Acrescenta um parágrafo ao artigo 469 da Consolidação das Leis do Trabalho (Dis- põe sobre a transferência do empregado) e de outras providências". AUTOR: Senador Nelson Carneiro	27.10.77					
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 1 976, que " Acrescenta parágrafo ao artigo 469 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprova- da pelo Decreto-Lei nº 5 452, de 19 de maio de 1 943". AUTOR: Senador Mendes Canale (TRANSMITANDO CONJUNTAMENTE)						

DURANTE O MÊS DE OUTUBRO, FORAM REALIZADAS AS SEGUINTEs CONFERÊNCIAS:

- 1) Pelo Sr. ABGAR RENAULT, Ministro da Educação e Cultura no Governo de Nereu Ramos.
- 2) Pelo Sr. Professor AUGUSTO RUSCHI, Ecólogo.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	01
Reuniões Extraordinárias	02
Projetos Relatados	05
Comparecimento de autoridades	02
Convites expedidos	405

Brasília, 31 de outubro de 1 977.

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 19 77

PRESIDENTE: SENADOR DOMÍCIO GONDIM (EM EXERCÍCIO)

ASSISTENTE: CÂNDIDO HIPPERTT

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122/76</u> Acrescenta § 7º ao artigo 586 da Consolidação das Leis do Trabalho.	12.08.77	Senador HELVIDIO NUNES	22.08.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (26.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113/77</u> Tomba a casa em que morou o Duque de Caxias, na rua Conde de Bonfim, no Rio de Janeiro, e dá outras providências.	02.09.77	Senador CUNHA LIMA	16.09.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer, votação com restrições os Senadores Ruy Santos, Helvidio Nunes e Heitor Dias (26.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64/77</u> Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social, nº 3.807, de 1960, para o fim de instituir regime especial de assistência médico-social para crianças.	17.06.77	Senador ALEXANDRE COSTA	28.06.77	Parecer contrário	Aprovação do parecer (26.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104/77</u> Dispõe sobre a doação de terras aos ex-combatentes da FEB.	29.09.77	Senador ALEXANDRE COSTA	06.10.77	Parecer contrário	Aprovação do parecer (20.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135/77-DF</u> Autoriza a criação de empresa pública, sob a denominação de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER/DF, e dá outras providências.	06.10.77	Senador HEITOR DIAS	17.10.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (23.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41/76</u> Amplia a competência do SERPRO para prestar serviços à iniciativa privada.	29.09.77	Senador DANTON JOBIM	06.10.77			
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43/76</u> Acrescenta dispositivo ao art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores e dá outras providências.	05.10.77	Senador WILSON GONÇALVES	06.10.77	Parecer contrário	Aprovação do parecer (20.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72/77</u> Transfere o Museu do Açúcar do Instituto do Açúcar e do Alcool para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e dá outras providências.	06.10.77	Senador WILSON ERÂNXX DOMÍCIO GONDIM	20.10.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (20.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>OFÍCIO Nº 18/77</u> - Do Sr. Governador do Estado de São Paulo, solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de US \$20,000,000.00 (vinte milhões de dólares), a ser efetuado junto ao "the Bank of Tokyo Ltd", destinado à execução das obras pela Companhia do Metropolitano de São Paulo.	06.10.77	Senador WILSON GONÇALVES	06.10.77	Parecer favorável, nos termos do Projeto de Resolução apresentado	Aprovação do parecer (06.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244/75</u> Favorece, por 30 (trinta) dias, o prazo do parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.	27.10.77					
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269/75</u> Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União na parte que indica.	28.09.77	Senador ALEXANDRE COSTA	27.10.77	Parecer contrário	Aprovação do parecer, contra o voto do Senador Cunha Lima (27.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40/72</u> Dispõe sobre a propaganda comercial de produtos do consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidade nas respectivas embalagens e determina outras providências.	25.11.76	Senador MOURIVIL BAPTISTA	15.03.77	Parecer favorável ao Substitutivo, com as subemendas 1 e 2-CCJ	REJEIÇÃO do parecer e, consequentemente, do projeto, substitutivo e subemendas. É designado Relator do Vencido o Senador Cunha Lima. (27.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91/77</u> Dispõe sobre o regime de tributação simplificada para as pessoas jurídicas de pequeno porte, estabelece isenção do imposto de Renda em favor daquelas empresas que auferem reduzida receita bruta, e dá outras providências.	19.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer, com restrições do Senador Heitor Dias (27.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99/77</u> Concede pensão especial a JOÃO SUPREN FILHO, e dá outras providências.	24.10.77	Senador CUNHA LIMA	26.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26/77</u> Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.	02.09.77	Senador MATTOS LEÃO	15.09.77	Parecer favorável ao PLC-26 de 1977, com a emenda nº 3 - CLS, contrário às emendas nºs 1-CCJ e 2-CLS e pela prejudicialidade dos PLS 128 e 131, de 1976	Aprovação do parecer (27.10.77)	Tramitando com os PLS 128 e 131/76
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128/76</u> Dispõe sobre o exercício da profissão de Corretor de Imóveis.	02.09.77	Senador MATTOS LEÃO	15.09.77	Parecer favorável ao PLC-26 de 1977, com a emenda nº 3 - CLS, contrário às emendas nºs 1-CCJ e 2-CLS e pela prejudicialidade dos PLS 128 e 131, de 1976	Aprovação do parecer (27.10.77)	Tramitando com o PLS 131/76 e PLC-26/77
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131/76</u> Disciplina o exercício da profissão de Corretor de Imóveis em todo o território nacional.	02.09.77	Senador MATTOS LEÃO	15.09.77	Parecer favorável ao PLC-26 de 1977, com a emenda nº 3 - CLS, contrário às emendas nºs 1-CCJ e 2-CLS e pela prejudicialidade dos PLS 128 e 131, de 1976	Aprovação do parecer (27.10.77)	Tramitando com o PLS 128/76 e PLC-26/77

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214/75</u> Estabelece restrições à comercialização de drogas e medicamentos, na forma que especifica.	11.10.77	Senador WILSON GONÇALVES	26.10.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288/76</u> Reabre o prazo de que trata o artigo 11 da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, e dá outras providências.	20.10.77	Senador CUNHA LIMA	26.10.77			
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101/77</u> Regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina e dá outras providências.	26.10.77	Senador RUY SANTOS	27.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63/75</u> Dispõe sobre a remuneração dos profissionais diplomados em Direito.	07.10.77	Senador HEITOR DIAS	26.10.77			
<u>OFÍCIO "S" Nº 04/76</u> - Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, reiterando o Parecer Prévio emitido em 27 de agosto de 1974, pela aprovação das Contas Gerais do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1973.	17.03.77	Senador ALEXANDRE COSTA (redistribuído)	27.10.77			Tramitando com os OFS 19 e 26/74
<u>OFÍCIO "S" Nº 26/74</u> - Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando ao Senado Federal o Relatório sobre as Contas do Governo do Distrito Federal, no exercício de 1973, bem como o Projeto de Parecer Prévio que o acompanha.	17.03.77	Senador ALEXANDRE COSTA (redistribuído)	27.10.77			Tramitando com os OFS 04/76 e 19/74

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
OFÍCIO "S" Nº 19/74 - Do Sr. Governador do Distrito Federal, encaminhando ao Senado Federal o Balanço do Distrito Federal correspondente ao exercício de 1973, elaborado pela Coordenação de Contabilidade da Secretaria de Finanças.	17.03.77	Senador ALEXANDRE COSTA (redistribuído)	27.10.77		=	Tramitando com Os OES 04/76 e 26/74.
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27/77</u> Acrescenta parágrafo ao art. 4º do Decreto-lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências.	19.10.77	Senador ALEXANDRE COSTA	20.10.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154/77</u> Altera a redação do artigo 12 do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.	19.10.77	Senador MATTOS LEÃO	20.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89/77</u> Concede pensão especial a JOSÉ EDSON BEIRO DA SILVA, e dá outras providências.	11.10.77	Senador HELVÍDIO NUNES	17.10.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (20.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53/77-DF</u> Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimos destinados à elaboração e execução de programas de desenvolvimento urbano e dá outras providências.	11.05.77	Senador ROBERTO SAIURNINO	13.05.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (20.10.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155/76</u> Determina a revisão triestral do salário-mínimo e dá outras providências.	31.08.77	Senador MATTOS LEÃO (redistribuído)	20.10.77	Parecer contrário	Aprovação do parecer (20.10.77)	

SÍNTESE DOS TRABALHOS

REUNIÕES REALIZADAS.....	3
PROPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	14
PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS.....	20
PARECERES PROFERIDOS.....	17

Brasília, 31 de outubro de 1977

SUBSECRETARIA DAS COMISSÕES

SERVIÇOS DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR JESSÉ FREIRE

ASSISTENTE: DANIEL REIS DE SOUZA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, de 1 963. Institui jornada de trabalho de 6 horas, nas empresas de trabalho contínuo, por meio de turnos sucessivos ou de revezamento e dá outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	10.08.77	Senador BRAGA JÚNIOR	11.08.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 06.10.77	Há votos vencidos dos Senadores Nelson Carneiro e Franco Montoro.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 1 975 Isenta da responsabilidade solidária com o construtor, perante o INFS, o proprietário de casa destinada à sua moradia. Autor: Senador Orestes Quércia.	16.03.77	Senador LOURIVAL BAPTISTA	17.03.77	Parecer contrário.	Concedido vista ao Senador FRANCO MONTORO, em 06.10.77	Ao Senador Franco Montoro, em 06.10.77

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 1 975. Autoriza o aproveitamento dos cegos no Serviço Público e na empresa privada e determina outras providências. Autor: Deputado Rubem Medina	01.09.77	Senador RUY SANTOS	22.09.77	Parecer favorável na forma do Substitutivo do CS e contrário à submissão da CSCP.	Aprova o parecer, em 06.10.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 1 975. Dispõe sobre a inscrição dos funcionários municipais junto ao INFS. Autor: Senador Itamar Franco	10.08.77	Senador BRAGA JÚNIOR	11.08.77	Parecer contrário.	Concede vista ao Senador FRANCO MONTORO, em 06.10.77	Ao Senador Franco Montoro, em 06.10.77
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, de 1 976. Altera a redação da alínea "b" do artigo 580, da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Ruy Carneiro	10.08.77	Senador LOURIVAL BAPTISTA	11.08.77	Parecer contrário ao Projeto e ao PLS 144/76 em anexo.	Aprova o parecer, em 06.10.77	Há votos vencidos dos Senadores Nelson Carneiro e Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, de 1 976. Altera a redação da alínea "b" do artigo 580, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1 943. Autor: Senador Nelson Carneiro	10.08.77	Senador LOURIVAL BAPTISTA	11.08.77	Parecer contrário ao projeto e ao PLS 96/76, em anexo.	Aprova o parecer, em 06.10.77	Há votos vencidos dos Senadores, Nelson Carneiro e Franco Montoro.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 1 976. Acrescenta e modifica dispositivos no Decreto-lei nº 18, de 24 de agosto de 1 966, que dispõe sobre a profissão de aeronauta. Autor: Senador Nelson Carneiro	16.03.77	Senador JARAS PASSARI - NHO	17.03.77	Parecer favorável na forma do Substitutivo que oferece (Emenda nº 2-CLIS).	Aprova o parecer, em 06.10.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 1 976. Dispõe sobre o exercício da profissão de engraxate autônomo. Autor: Senador Vasconcelos Torres	16.03.77	Senador LOURIVAL BAPTISTA	17.03.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 06.10.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 1 976. Assegura diretos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada. Autor: Senador Franco Montoro	31.08.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (RELATOR DO VENCIDO)	22.09.77 ***** 06.10.77	Parecer favorável	Aprova o parecer, em 06.10.77	Há voto vencido do Senador Lourival Baptista e voto vencido, em separado, do Senador Ruy Santos.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 1 976. Altera a redação do § 1º, do artigo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Vasconcelos Torres	16.03.77	Senador ORESTES QUÉRCIA ***** Senador RUY SANTOS (RELATOR DO VENCIDO)	17.03.77 ***** 06.10.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 06.10.77	Há voto vencido do Senador Nelson Carneiro e voto vencido, em separado, do Senador Orestes Quêrcia.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 1 977. Assegura aos empregados optantes pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito aos juros e correção monetária, sobre o valor depositado, em qualquer hipótese de extinção do contrato de trabalho e das outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres	08.06.77	Senador ORESTES QUÉRCIA	22.06.77	Parecer por audiência do Ministério da Fazenda.	Aprova o parecer, em 06.10.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 05, de 1 977. Estende às entidades de fins educacionais e culturais a isenção prevista na Lei nº 3 577, de 4 de julho de 1 959. Autor: Senador Osires Teixeira	03.06.77	Senador ORESTES QUÉRCIA	22.06.77	Parecer por audiência do CISS e do INPS.	Aprova o parecer, em 06.10.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 1 977. Assegura à empregada gestante, despedida sem justa causa ou por culpa recíproca, o direito aos salários relativos ao período a que se refere o artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Vasconcelos Torres	15.09.77	Senador RUY SANTOS	22.09.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 06.10.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 1 977. Assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa. Autor: Senador Franco Montoro	28.04.77	Senador LENOIR VARGAS ***** SENADOR OSIRES TEIXEIRA (VISTA)	29.04.77 ***** 02.09.77	Parecer favorável, na forma da Emenda nº 1-CIS (Substitutivo) que oferece.	Concede vista ao Senador Osires Teixeira, em 01.09.77	Incluído nas pautas das reuniões dos dias 6, 10 e 27.10.77 e adiada a apreciação do voto do Sen. Osires Teixeira.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 1 976. Dispensa a concordância do empregador no caso da opção do empregado pelo sigla do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Franco Montoro	16.03.77	Senador LENOIR VARGAS ***** Senador FRANCO MONTORO (VISTA)	17.03.77 22.06.77	Parecer contrário.	Concede vista do projeto ao Senador Franco Montoro, em 22.06.77	Incluído nas pautas das reuniões dos dias 6, 10 e 27.10.77, e adiada a apreciação do voto do Senador Franco Montoro.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 1 971. Dispõe sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais e dá outras providências. Autor: Senador José Lindoso	05.10.77	Senador NELSON CARNEIRO ***** Senador RUY SANTOS (RELATOR DO VENCIDO)	07.10.77 ***** 27.10.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 27.10.77	Há votos vencidos dos Senadores Cunha Lima e voto vencido, em separado, do Senador Nelson Carneiro.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 1 976. Reformula critérios de reajustamento coletivo de salários das categorias profissionais e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro	29.09.77	Senador JARBAS PASSARINHO	07.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 1 976.</p> <p>Determina que os empregados de estações do interior farão jus a remuneração correspondente ao regime de "prontidão", pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho.</p> <p>Autor: Senador Franco Montoro</p>	26.09.77	Senador DOMÍGIO GONDIM	07.10.77	Parecer contrário.	Concede vista do projeto ao Senador Orestes Quêrcia, em 20.10.77	Ao Senador Orestes Quêrcia, em 20.10.77
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, de 1 977.</p> <p>Altera a redação do artigo 778 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1 943, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador José Lindoso</p>	29.09.77	Senador RUY SANTOS	07.10.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 20.10.77	-
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 1 977.</p> <p>Acrescenta parágrafo único ao artigo 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o horário no período do aviso prévio, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador José Lindoso</p>	29.09.77	Senador FRANCO MONTORO	07.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 1 977.</p> <p>Prorroga para 20 de junho de 1 978 o início da vigência e prazo de regulamentação da Lei nº 6 435, de 15 de julho de 1 977, que dispõe sobre a previdência privada, alterando, ainda, a redação de seu artigo 42, § 5º.</p> <p>Autor : Senador Leite Chaves</p>	05.10.77	Senador RUY SANTOS	07.10.77			Incluído na pauta da reunião do dia 20.10.77 e adiada a apreciação do parecer do Relator.
<p>LENSAGEM Nº 226, de 1 977.</p> <p>Do Sr. Presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal, para que seja autorizada a alienação de terras públicas no Território Federal de Roraima, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.</p>	27.09.77	Senador JARBAS PASSARINHO	07.10.77			
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 1 977.</p> <p>Acrescenta parágrafo ao artigo 143 do Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1 943, passando a ser 1º o parágrafo único.</p> <p>Autor: Senador Orestes Quêrcia</p>	13.10.77	Senador LEONIR VARGAS	20.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, de 1 974. Acrescenta parágrafo ao artigo 8º da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966 e dá outras providências. Autor: Senador Adalberto Sena	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 89, 164, 189, 197, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76, e 2/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 1 975. Altera o artigo 8º da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 128/74, 164, 189, 197, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76, e 2/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, de 1 975. Dá nova redação às letras "b" e "b" do inciso II, e ao inciso III do art. 8º; acrescenta parágrafo aos arts. 10 e 11, todos da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Heitor Dias.	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo que lhe foi apresentado pela CCJ, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 197, 198, 226/75 e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76 e 2/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 1 975. Acrescenta dispositivos ao artigo 8º, da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Autor: Senador Orestes Quêrcia	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 197, 226/75 e 15, 79, 200, 47, 251, 291 e 305/76, e 2/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 1 975. Acrescenta e modifica disposições na Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Orestes Quêrcia	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76, e 2/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 1 975. Dá nova redação e acrescenta dispositivo ao art. 8º, da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Autor: Senador Orestes Quêrcia	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 197 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290 e 305/76 e 2/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 1 975. Introduz modificações na Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Agenor Maria	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 197, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291, e 305/76, e, 2/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 1 976. Introduz modificações no Sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Orestes Quércia	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 197, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76, e, 2/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 1 976. Acrescenta dispositivos à Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Orestes Quércia	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 197, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76, e, 2/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 1 976. Altera a redação da alínea "e", do item II, e do item III, do artigo 8º, da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966. Autor: Senador Nelson Carneiro	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 197, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76, e, 2/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 1 976. Permite aos empregados a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a construção da casa própria. Autor: Senador Franco Montoro	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 197, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76, e, 2/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, de 1 976. Altera o artigo 8º, da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Nelson Carneiro	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 197, 198 e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76, e, 2/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 1 976.</p> <p>Introduz alterações na Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.</p> <p>Autor: Senador Nelson Carneiro</p>	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 193, 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 291 e 305/76, e, 2/77.
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 1 976.</p> <p>Introduz modificações na Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.</p> <p>Autor: Senador Vasconcelos Torres.</p>	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 193, e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290 e 305/76 e, 2/77.
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 1 976.</p> <p>Introduz alterações no regime de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para extinguir a opção e manter a estabilidade no emprego, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>Autor: Senador Vasconcelos Torres</p>	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 193, e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290 e 305/76, e, 2/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 02, de 1 977.</p> <p>Modifica o artigo 9º da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador Nelson Carneiro</p>	13.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao Substitutivo da CCJ apresentado ao PLS nº 164/75, e pela rejeição dos demais projetos em anexo.	Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Anexado aos PLS nºs 123/74, 89, 164, 159, 193, e 226/75, e 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 305/76.
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 1 975.</p> <p>Revigora, por 30 (trinta) dias, o prazo do parágrafo único do Artigo 1º do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1 967, que dispõe sobre a aplicação da Legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de Fins Filantrópicos.</p> <p>Autor: Senador Orestes Quércia</p>	20.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao PLS nº 117/77, em anexo.	Aprova o parecer, em 27.10.77	Há votos vencidos dos Senadores Cunha Lima, Nelson Carneiro e Orestes Quércia.
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 1 976.</p> <p>Dá nova redação ao § 1º do artigo 59 e ao § 2º do artigo 61, da Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>Autor: Senador Nelson Carneiro</p>	20.10.77	Senador LEÃO IR VARGAS	20.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, de 1 977</p> <p>Estabelece normas gerais para a instalação de novas indústrias nos centros mais populosos do País.</p> <p>Autor: Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados</p>	19.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 27.10.77	
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 1 977</p> <p>Dispõe sobre o revigoramento do exercício do direito previsto no Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1 967.</p> <p>Autor: Senador Nelson Carneiro</p>	20.10.77	Senador RUY SANTOS	20.10.77	Parecer contrário ao projeto e ao PLS 244/75, em anexo.	Aprova o parecer, em 27.10.77	Há votos vencidos dos Senadores Nelson Carneiro, Cunha Lima e Orestes Quêrcia.
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, de 1 977.</p> <p>Acrescenta parágrafo único ao artigo 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>Autor: Senador Nelson Carneiro</p>	20.10.77	Senador LOU RIVAL BAPTISTA.	20.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, de 1 977.</p> <p>Acrescenta § 2º, ao artigo 2º, da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1 975.</p> <p>Autor: Senador Nelson Carneiro</p>	20.10.77	Senador LOU RIVAL BAPTISTA	20.10.77			
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41 de 1 976.</p> <p>Altera o artigo 3º caput, do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade.</p> <p>Autor: Senador Leite Chaves</p>	14.10.77	Senador JARBAS PASSARINHO	20.10.77			Tramita em conjunto com os PLS 61/76, 130/76, 210/76 e 21/77.
<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 1 976.</p> <p>Dá nova redação ao Art. 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1 968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade.</p> <p>Autor: Senador Nelson Carneiro</p>	14.10.77	Senador JARBAS PASSARINHO	20.10.77			Tramita em conjunto com os PLS 41/76, 130/76, 210/76 e 21/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 1 976 Introduz alterações no Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1 968, que dispõe sobre o adicional de insalubridade e periculosidade. Autor: Senador Nelson Carneiro	14.10.77	Senador JARBAS PASSARINHO	20.10.77			Tramita em conjunto com os PLS 41/76, 61/76, 210/76 e 81/77).
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 1 976 Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1 968. Autor: Senador Nelson Carneiro	14.10.77	Senador JARBAS PASSARINHO	20.10.77			Tramita em conjunto com os PLS 41/76, 61/76, 130/76 e 81/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 1 977. Dispõe sobre critérios para a concessão de adicional de insalubridade aos trabalhadores. Autor: Senador Nelson Carneiro	14.10.77	Senador JARBAS PASSARINHO	20.10.77			Tramita em conjunto com os PLS 41/76, 61/76, 130/76 e 210/76.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 1 973. Dispõe sobre a aquisição de veículos automotor pro motorista profissional autônomo, nas condições que especifica, e dá outras providências. Autor: Senador Benjamin Parah	16.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO ***** Senador FRANCO MONTORO (VISTA)	17.03.77 ***** 28.04.77	Parecer contrário.	Concede vista do projeto ao Senador Franco Montoro, em 28.4.77	Incluído nas pautas dos dias 6/10, 20/10 e 27/10 e adiada sua apreciação por determinação da presidência.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 097, de 1975. Altera a redação do § 2º do artigo 67 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador Orestes Quércia (Anexados aos PLS nºs 169/75 e 217/75)	16.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO ***** Senador FRANCO MONTORO (VISTA)	16.03.77 ***** 28.04.77	Parecer contrário.	Concede vista do projeto ao Senador Franco Montoro em 28.04.77	Incluído nas pautas dos dias 6/10, 20/10 e 27/10 e adiada sua apreciação por determinação da presidência.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, de 1 975. Determina que os benefícios concedidos pelo INPS serão reajustados na base do reajustamento do salário-mínimo. Dá nova redação ao § 2º do artigo 67 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador Franco Montoro (Anexados aos PLS nºs 97/75 e 217/75)	16.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO ***** AO SENADOR FRANCO MONTORO (VISTA)	16.03.77 ***** 28.04.77	Parecer contrário.	Concede vista do projeto ao Sen. Franco Montoro, em 28.04.77	Incluído nas pautas dos dias 6/10, 20/10 e 27/10 e adiada sua apreciação por determinação da presidência.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 1 975. Altera a redação do § 2º do artigo 67 da Lei Orgânica da Previdência Social e dá outras providências. Autor: Senador Orestes Quêrcia (CES. Anexados aos PLS nºs 97/75 e 169/75)	16.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO ***** Senador FRANCO MONTORO (VISTA)	16.03.77 ***** 28.04.77	Parecer contrário.	Concede vista do projeto ao Senador Franco Montoro, em 28.04.77	Incluído nas pautas dos dias 6/10, 20/10 e 27/10 e adiada sua apreciação por determinação da presidência.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 1 976. Dispensa a concordância do empregador no caso da opção do empregado pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Franco Montoro	16.03.77	Senador LEMOIR VARGAS ***** Senador FRANCO MONTORO (VISTA)	17.03.77 ***** 22.06.77	Parecer contrário.	Concede vista do projeto ao Senador Franco Montoro em 22.06.77	Incluído nas pautas dos dias 6/10, 20/10 e 27/10 e adiada sua apreciação por determinação da presidência.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 1 977 Assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa. Autor: Senador Franco Montoro	28.04.77	Senador LEMOIR VARGAS ***** Senador OSIRIS TEIXEIRA (VISTA)	29.04.77 ***** 01.09.77	Parecer favorável, na forma do Substitutivo que oferece.	Concede vista do projeto ao Senador Osiris Teixeira, em 01.09.77	Incluído nas pautas dos dias 6/10, 20/10 e 27/10 e adiada sua apreciação por determinação da presidência.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 1 975. Considera crime contra a liberdade ou organização do Trabalho a não adoção, por parte da empresa, das providências e cautelas legais destinadas a evitar o acidente de trabalho. Autor: Senador Leite Chaves	16.03.77	Senador ORESTES QUÊRCIA ***** Senador DOMÍCIO GONDIM (RELATOR DO VENCIDO).	17.03.77 ***** 20.10.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 20.10.77	Há voto vencido do Senador Franco Montoro e voto vencido, em separado, do Senador Orestes Quêrcia.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 1 976. Rebre o prazo de que trata o artigo 11 da Lei nº 6 332, de 18 de maio de 1 976, e dá outras providências. Autor: Senador Otair Becker.	02.06.77	Senador ORESTES QUÊRCIA	02.06.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 20.10.77	Há votos vencidos dos Senadores Ray Santos e Domício Gondim.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 1 976. Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho em favor dos trabalhadores autônomos. Autor: Senador Franco Montoro	16.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO	16.03.77	Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CIS (Substitutivo) que oferece.	Aprova o parecer, em 20.10.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 1 977. Regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências. Autor: Poder Executivo	26.10.77	Senador NELSON CARTEIRO	27.10.77			

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	3
Reuniões Extraordinárias	-
Projetos relatados	38
Projetos distribuídos	36
Projetos em diligência	2
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	-
Pedidos de vista	19
Emendas apresentadas	-
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	2
Projetos de Resolução	-
Declarações de voto	-
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	1
Convites expedidos	1
Votos vencidos	18
Votos em separado	4

Brasília, em 31 de outubro de 1977.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR ADALBERTO SENA

ASSISTENTE: Maria Carmen C. Souza

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 727/77</u> Redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 204/77, que prorroga o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiro.	3.10.77	Senador Helvídio Nunes	3.10.77	Redação do vencido	Aprovado em 3.10.77	
<u>PARECER Nº 728/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 74/77, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	3.10.77	Senador Helvídio Nunes	3.10.77	Redação final	Aprovado em 3.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 729/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 77/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata (PE) a elevar em Cr\$ 522.100,00 (quinhentos e vinte e dois mil e cem cruzelros) o montante de sua dívida consolidada.	4.10.77	Senador Danton Jobim	4.10.77	Redação final	Aprovado em 4.10.77	
<u>PARECER Nº 730/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 79/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MT) a elevar em Cr\$..... 292.245.000,00 (duzentos e noventa e dois milhões e duzentos e quarenta e cinco mil cruzelros) o montante de sua dívida consolidada.	4.10.77	Senador Otto Lehmann	4.10.77	Redação final	Aprovado em 4.10.77	
<u>PARECER Nº 731/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 93/75, que obriga as empresas do Distrito Federal, que comerciam no ramo de carros novos e usados, a terem locais privativos de estacionamento e dá outras providências.	29.9.77	Senador Helvídio Nunes	3.10.77	Redação final	Aprovado em 5.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 754/77</u> Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 84/77 (nº 4.071-8/77, na Casa de origem), que concede promoção, pelo princípio de bravura, ao 2º Sargento do Exército Sílvio Delmar Holenbach.	6.10.77	Senador Otto Lehmann	6.10.77	Redação final	Aprovado em 6.10.77	
<u>PARECER Nº 755/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 92/77, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) para aplicação na Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO.	7.10.77	Senador Otto Lehmann	7.10.77	Redação final	Aprovado em 7.10.77	
<u>PARECER Nº 756/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 81/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$..... 1.340.998,51 (um milhão, trezentos e noventa mil, novecentos e noventa e oito cruzelros e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	7.10.77	Senador Otto Lehmann	7.10.77	Redação final	Aprovado em 7.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 757/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 87/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em Cr\$7.098.139,00 (sete milhões, noventa e oito mil, cento e trinta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	7.10.77	Senador Dirceu Cardoso	7.10.77	Redação final	Aprovado em 7.10.77	
<u>PARECER Nº 778/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 82/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul (PR) a elevar em Cr\$ 6.538.123,65 (seis milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e vinte e três cruzeiros e sessenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	10.10.77	Senador Danton Jobim	10.10.77	Redação final	Aprovado em 10.10.77	
<u>PARECER Nº 773/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 88/77, que autoriza o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas - PRONCAPE - Autarquia vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, a realizar operação de crédito de Cr\$..... 4.004.100,00 (quatro milhões, quatro mil e cem cruzeiros).	10.10.77	Senador Pelvídio Nunes	10.10.77	Redação final	Aprovado em 10.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 785/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 90/77, que autoriza o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$ 187.582.324,00 (cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	11.10.77	Senador Jarbas Passarinho	11.10.77	Redação final	Aprovado em 11.10.77	
<u>PARECER Nº 786/77</u> Redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 156/77, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e das outras providências.	11.10.77	Senador Pelvídio Nunes	13.10.77	Redação do vencido	Aprovado em 13.10.77	
<u>PARECER Nº 787/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 84/77, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 18.846.674,00 (dezoito milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, setenta e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	13.10.77	Senador Virgílio Távora	13.10.77	Redação final	Aprovado em 13.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 788/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 57/77, que dispõe sobre a participação obrigatória de brasileiros natos no capital das empresas do setor de abastecimento, na proporção que especifica, e dá outras providências.	13.10.77	Senador Dirceu Cardoso	13.10.77	Redação final	Aprovado em 13.10.77	
<u>PARECER Nº 789/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 78/77, que autoriza a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, do Município de Bandeirantes (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros).	13.10.77	Senador Virgílio Távora	13.10.77	Redação final	Aprovado em 13.10.77	
<u>PARECER Nº 790/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 173/75, que restabelece, em favor do aposentado que tenha retornado à atividade, o direito de receber os benefícios decorrentes da legislação sobre acidentes do trabalho.	6.10.77	Senador Helvídio Nunes	17.10.77	Redação final	Aprovado em 19.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 791/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 168/76, que dá nova redação às alíneas "a" e "b" do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1948.	11.10.77	Senador Danton Jobim	17.10.77	Redação final	Aprovado em 18.10.77	
<u>PARECER Nº 792/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 142/76, que regula a indenização à dependente, e dá outras providências.	6.10.77	Senador Otto Lehmann	17.10.77	Redação final	Aprovado em 19.10.77	
<u>PARECER Nº 793/77</u> Redação final do Projeto de Lei da Câmara 76/77 (nº 1.808-C/76, na Casa de origem), que adapta ao Código de Processo Civil a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, e dá outras providências.	19.10.77	Senador Helvídio Nunes	17.10.77	Redação final	Aprovado em 19.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 794/77</u> Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5/77 (nº 81-A/77, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - e de suas subsidiárias, relativas ao exercício de 1974.	13.10.77	Senador Danton Jobim	17.10.77	Redação final	Aprovado em 19.10.77	
<u>PARECER Nº 802/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 23/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Barretos (SP) a elevar em Cr\$..... 1.752.204,65 (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quatro cruzeiros e sessenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	20.10.77	Senador Otto Lehmann	20.10.77	Redação final	Aprovado em 20.10.77	
<u>PARECER Nº 808/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 26/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (PR) a elevar em Cr\$ 18.326.433,50 (dezoito milhões, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e três cruzeiros e cinquenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	20.10.77	Senador Helvídio Nunes	20.10.77	Redação final	Aprovado em 20.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 809/77</u> Redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 61/77, que dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar a ser aplicada por órgão competente.	18.10.77	Senador Helvídio Nunes	19.10.77	Redação do vencido	Aprovado em 21.10.77	
<u>PARECER Nº 810/77</u> Redação do vencido, para o 1º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 64/74, estabelecendo que, se o INPS não prestar assistência médica à gestante, deverá reembolsar o segurado pelas despesas comprovadamente realizadas.	19.10.77	Senador Helvídio Nunes	20.10.77	Redação do vencido	Aprovado em 21.10.77	
<u>PARECER Nº 837/77</u> Redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 141/77, que altera as contribuições e pensões que serão concedidas aos Deputados Federais e Senadores pelo Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.	20.10.77	Senador Otto Lehmann	20.10.77	Redação do vencido	Aprovado em 21.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 844/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 80/77, que dá nova redação ao art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	21.10.77	Senador Saldanha Derzi	24.10.77	Redação final	Aprovado em 24.10.77	
<u>PARECER Nº 863/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 89/77, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 18.599.050,00 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e nove mil e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	25.10.77	Senador Otto Lehmann	25.10.77	Redação final	Aprovado em 25.10.77	
<u>PARECER Nº 864/77</u> Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82/74 (nº 1.463-B/73, na Casa de origem), que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, arquitetura e agronomia. Autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Junta de Assistência Profissional, e dá outras providências.	26.10.77	Senador Danton Jobim	26.10.77	Redação do vencido	Aprovado em 27.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
Projeto de Resolução nº 85/77, que suspende a execução do art. 1º da Lei nº 2.532, de 20.10.71, do Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.						
Projeto de Resolução nº 91/77, que suspende a execução do Decreto nº 10.304, de 29 de dezembro de 1972, do Município de São Paulo.						
Projeto de Resolução nº 94/77, que suspende a execução do Art. 4º da Resolução nº 1.888, de 1965, do Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.						

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
Projeto de Lei do Senado nº 53/77-DF, que autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimos destinados à elaboração e execução de programas de desenvolvimento urbano e de outras providências.						

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	02
Reuniões Extraordinárias	18
Projetos relatados	29
Projetos distribuídos e não relatados	04

Brasília, em 31 de outubro de 1977

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR MAGALHÃES PINTO

ASSISTENTE: CÊNDIDO HIPPERTT

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MEMORANDUM Nº 221/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. CARLOS FREDERICO DUARTE (CONCALVES DA ROCHA), Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO.	14.09.77	Senador OTTO LEHMANN	03.10.77	-	-	Apreciada em reunião secreta (04.10.77)
MEMORANDUM Nº 222/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. LUIZ AUGUSTO PEREIRA GOMES MAIOR, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à REPÚBLICA DA IRLANDA.	26.09.77	Senador AUGUSTO FRANCO	03.10.77	-	-	Apreciada em reunião secreta (04.10.77)
MEMORANDUM Nº 223/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. VASCO MARIÉ, Ministro da Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao ESTADO DE ISRAEL.	28.09.77	Senador DANTON JOBIM	03.10.77	-	-	Apreciada em reunião secreta (04.10.77)
MEMORANDUM Nº 227/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. MIGUEL PAULO JOSÉ MARRAS DA SILVA PARANHOS DO RIO-BRANCO, Ministro da Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à REPÚBLICA FEDERATIVA SOCIALISTA DA ROMÊNIA.	29.09.77	Senador GILVAN ROCHA	03.10.77	-	-	Apreciada em reunião secreta (04.10.77)
MEMORANDUM Nº 230/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. ITALO ZAPPÀ, Embaixador do Brasil junto à República Popular de Moçambique, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao REINO DA BÉLGICA.	05.10.77	Senador AUGUSTO FRANCO	24.10.77	-	-	Apreciada em reunião secreta (25.10.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MESSAGEM Nº 236/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. FERNANDO PAULO SIMAS MIGNOLLES, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à REPÚBLICA DA COSTA RICA.	14.10.77	Senador DANTON JOBIM	24.10.77	-	-	Aprovação em reunião secreta (25.10.77)
MESSAGEM Nº 237/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. HÉLIO ANTONIO SCARABOTTOLI, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao REINO DA DINAMARCA.	14.10.77	Senador OTTO LEHMANN	17.10.77	-	-	Aprovação em reunião secreta (18.10.77)
MESSAGEM Nº 240/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. ANERS TEIXEIRA DE MENEZES, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à REPÚBLICA DA ISLÂNDIA.	19.10.77	Senador SALDANHA DERZI	24.10.77	-	-	Aprovação em reunião secreta (25.10.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/77 Aprova o texto do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, celebrado em Washington a 19 de junho de 1976.	04.10.77	Senador ITAMAR FRANCO	17.10.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (18.10.77)	
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23/77 Aprova o texto do Acordo de Comércio e Pagamentos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Socialista da Iugoslávia, assinado em Brasília, em 08 de julho de 1977.	04.10.77	Senador LEITE CHAVES	17.10.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (18.10.77)	
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24/77 Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, em Brasília, a 28 de abril de 1977.	11.10.77	Senador ALEXANDRE COSTA	17.10.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (18.10.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240/76</u> Altera a redação do § 1º, do artigo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.	27.10.77					
<u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26/77</u> Aprova o texto do Convênio de Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, em Brasília, a 17 de agosto de 1977.	26.10.77					
<u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25/77</u> Aprova o texto do Convênio de Assistência Médica para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, em Brasília, a 17 de agosto de 1977.	25.10.77					

SÍNTESE DOS TRABALHOS

REUNIÕES REALIZADAS..... 3
 PROPOSIÇÕES RECEBIDAS..... 10
 PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS..... 11
 PARECERES PROFERIDOS..... 11
 COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES... 2

Brasília, 31 de outubro de 1977

COMISSÃO DE SAÚDE

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR RUY SANTOS

ASSISTENTE: LÉDA FERREIRA DA ROCHA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 1975</u> Adressa dispositivos à Lei nº..... 5.091, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e de outras providências". SIGNIFICANDO EM CONJUNTO COM	19.10.77	SENADOR ALTE VIR LEAL	26.10.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1976</u> Que restringe a publicidade de medicina, nos casos que especifica a de outras providências.						

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 1977</u> Dispõe sobre a prestação de assistência médica a vítimas de acidente de trânsito e determina outras providências.	24.10.77	SENADOR LOURIVAL BAPTISTA	24.10.77			
<u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25/77</u> Aprova o texto do Convênio de Assistência Recíproca para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, em Brasília, a 17 de agosto de 1977.	25.10.77	(AVOCADO) SENADOR RUY SANTOS	25.10.77			
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 1977</u> Regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências.	26.10.77	(AVOCADO) SENADOR RUY SANTOS	27.10.77			

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR MILTON CABRAL

ASSISTENTE: LÉDA FERREIRA DA ROCHA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 1977</u> Altera dispositivos do Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969) e do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969) e dá outras providências.	27.10.77	SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA	27.10.77	Parecer favorável ao Projeto e a Emenda de Nº 1-CCJ.	Aprovado em 27.10.77.	

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR BENJAMIM FAZAN

ASSISTENTE: SÔNIA DE ANDRADE RILIXOTO

NÚMERO E TÍTULO	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROPOSTA DE LEI DA CÂMARA Nº 104/77:</u> Estabelece prazo para andamento a solução dos documentos de qualquer natureza protocolados nas repartições públicas federais.	26.09.77	Senador ITAMAR FRANCO	01.09.77	Favorável		Concedido vista ao Sr. Sen. HEITOR DIAS em 05.10.77
<u>PROPOSTA DE LEI DO SENADO Nº 140/77:</u> Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à concessão, e dá outras providências.	05.10.77	Senador SALDANHA PEREIRA	13.10.77			

NÚMERO E TÍTULO	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROPOSTA DE LEI DA CÂMARA Nº 101/77:</u> Altera o parágrafo único do artigo 100 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10.05.66, de 1949.	07.10.77	Senador DANTON JOBIM	13.10.77			
<u>PROPOSTA DE LEI DO SENADO Nº 9/77:</u> Determina o aproveitamento de aprendizados iniciais e finais, mediante a fixação de condições variáveis para o INPS; e <u>PROPOSTA DE LEI DO SENADO Nº 174/77:</u> Dispõe sobre o aproveitamento de mão de obra de pessoas com idade superior a 35 anos e dá outras providências.	09.10.77	Senador BENJAMIM FAZAN	16.09.77	Favorável		Concedido vista ao Sr. Sen. Heitor Dias. Devolvido sem voto em separado. Em 20.10.77
<u>PROPOSTA DE LEI DA CÂMARA Nº 103/77:</u> Torna o Conselho Permanente do Secretariado do Tribunal Nacional Eleitoral do Estado do Acre, e dá outras providências.	17.10.77	Senador SALDANHA PEREIRA	25.10.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101/77 :</u> Regulamenta a profissão de Bionômico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Bionômica, e dá outras providências.	26.10.77	Senador SALDANHA DERZI	27.10.77			
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66/77 :</u> Acréscita parágrafo único ao artigo 150 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Organização da Administração Federal, definindo o prazo para cumprimento ao objeto de lição.	15.09.77	Senador ITAMAR FRANCO	16.09.77	Favorável	Aprovado, em 05.10.77	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16/77 :</u> Introduz alterações na lei nº 1.046, de 13 de janeiro de 1952, que "dispõe sobre a contagem em folha de pagamento".	25.08.77	Senador MATOS LEÃO	08.09.77	Contrário	Aprovado, em 05.10.77	

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Extraordinárias	01
Projetos Relatados	02
Projetos Distribuídos	04
Pedidos de Vista	01

Brasília, em 31 de outubro de 1977.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 029, DE 1977</u> DÁ DENOMINAÇÃO À ESTAÇÃO DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE SANTO ÂNGELO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.	12.09.77	SENADOR BRAGA JÚNIOR	12.09.77	PELA REJEIÇÃO DO PROJETO.	<u>APROVADO</u> EM 18.10.77	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 027, DE 1977</u> ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 4º DO DECRETO-LEI Nº 991, DE 27 DE AGOSTO DE 1969, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE RODOVIAS FEDERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	13.09.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	13.09.77	PELA REJEIÇÃO DO PROJETO.	<u>APROVADO</u> EM 18.10.77	

Assinado: Senador Roberto Saturnino

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 070, DE 1977 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.108, DE 21 DE SETEMBRO DE 1966 (CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO).	15.09.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	16.09.77	PELA REJEIÇÃO DO PROJETO.	APROVADO EM 18.10.77	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 081, DE 1977 ATRIBUI À TELEBRÁS OU A SUAS SUBSIDIÁRIAS A INCUMBÊNCIA DE ELABORAR AS LISTAS TELEFÔNICAS.	15.09.77	SENADOR MATTOS LEÃO	16.09.77	PARECER FAVORÁVEL POR AUTORIZAR A PODER EXECUTIVO.	APROVADO EM 18.10.77	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 1976 INCLUI REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - ABRAVE - NO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. Autor: Senador Otto Lehmann	25.08.77	SENADOR MATTOS LEÃO	25.08.77	PELA REJEIÇÃO DO PROJETO.	APROVADO EM 18.10.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 098, DE 1977. ALTERA O ARTIGO 11 DO DECRETO-LEI Nº 67, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966, QUE DISPÕE SOBRE AÇÕES DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	24.10.77	SENADOR LOURIVAL BAPTISTA	24.10.77	FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA QUE APRESENTA DE Nº 1-CT.	Aprovado, em restrições da Senador Evandro Carrara.	27.10.77, com parte do Sr. Carrara.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

REUNIÕES ORDINÁRIAS	1
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	1
PROJETOS RECEBIDOS	1
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	1
PROJETOS RELATADOS	6
PROJETOS EM DILIGÊNCIA	1
EMENDAS APRESENTADAS	1

Brasília, 31 de outubro de 1977

SÍNTESE GERAL DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES PERMANENTES

DURANTE O MÊS DE OUTUBRO DE 1977

Reuniões Ordinárias	20	Projetos de Resolução	09
Reuniões Extraordinárias	28	Declarações de voto	20
Projetos relatados	204	Comparecimento de autoridades	04
Projetos distribuídos	157	Votos com restrições	32
Projetos em diligência	04	Convites expedidos	401
Atos recebidos	31	Convites recebidos	12
Atos expedidos	15		
Pedidos de Vista	30		
Emendas apresentadas	13		
Subemendas apresentadas	01		
Substitutivos	06		

Brasília, em 31 de outubro de 1977.

CLAUDIO CARLOS RODRIGUES COSTA
Chefe de Serviço das Comissões
Permanentes.

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1977

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
REQUERIMENTO Nº 15, de 1976-CN, que cria Comissão Mista de Inquérito incumbida de examinar e emitir relatório sobre a situação da mulher em todos os setores de atividades.	Pres.Sen. Gilvan Rocha V.Pres. Sen. Heitor Dias Rel. Dep. Lygia Lessa Bastos	6 meses	Reunião realizada em 5-10-77, para apreciação do relatório. Aprovado.
MESSAGEM Nº 97, de 1977-CN, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1573, de 5-9-1977, que dispõe sobre criação de cargos e empregos nas Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e das outras providências.	Pres.Sen. Benjamin Farah V.Pres.Sen. Murilo Paraiso Rel. Dep. Antônio Gomes	9-10-77	Parecer favorável, proferido em 5-10-77. Aprovado.
MESSAGEM Nº 99, de 1977-CN, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1574, de 19-9-1977, que altera o Anexo VII do Decreto-lei nº 1445, de 13-2-1976, que alterou o Anexo II do Decreto-lei nº 1341, de 22-8-1974.	Pres.Sen. Danton Jobim V.Pres.Sen. Luiz Cavalcante Rel. Dep. Baso Coimbra	29-10-77	Parecer favorável, proferido em 20-10-77. Aprovado. (Instalada em 11-10-77)
MESSAGEM Nº 100, de 1977-CN, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1575, de 23-9-1977, que autoriza o Ministro da Fazenda a conceder redução de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados para os produtos que mencionam, e as outras providências.	Pres. Dep. Silvio Abreu V. Pres. Dep. Moacyr Dailas Rel. Sen. Osires Teixeira	30-10-77	Instalada em 11-10-77. Parecer favorável, proferido em 20-10-77. Aprovado.
MESSAGEM Nº 103, de 1977-CN, do Sr. Presidente da República, submetendo a consideração do CN o texto do Decreto-lei nº 1576, de 6-10-1977, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Grupos Auxiliares da Justiça da Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios.	Pres.Sen. Benjamin Farah V.Pres.Sen. Renato Franco Rel. Dep.	9-11-77	Instalada em 21-10-77. Parecer favorável, proferido em 27-10-77. Aprovado.

NÚMERO E EXEMTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 19, de 1977-CM, que autoriza o Poder Executivo a emitir créditos suplementares aos programas constantes da Lei nº 6.395, de 9-12-1976.	Pres. Dep. Peixoto Filho V. Pres. Dep. Nasser Almaguer Rel. Sen. Italfrio Copelmo	23-10-77	Instalada em 5-10-77 Parecer favorável, proferido em 20-10-77, com declaração de voto do Sen. Murilo Paraiso e com restrições do Sen. Cunha Lima
PROJETO DE LEI Nº 20, de 1977-CM, que modifica o art. 4º da Lei nº 6.435, de 19-7-1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada.	Pres. Dep. Athila Coury V. Pres. Dep. Arolino Corrêa Rel. Sen. Lourival Baptista	5-11-77	Instalada em 18-10-77 Oferecidas 10 Emendas
PROJETO DE LEI Nº 21, de 1977-CM, que altera os arts. 5º, 1º e 16, suprimindo o parágrafo único deste último, da Lei nº 6.360, de 23-9-1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e as outras providências.	Pres. Dep. Fátio Fonseca V. Pres. Dep. Ademar Pereira Rel. Sen. Ray Santos	13-11-77	Instalada em 26-10-77
PROJETO DE LEI Nº 22, de 1977-CM, que cria cargos no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e dá outras providências.	Pres. Sen. Leite Chaves V. Pres. Sen. Saldanha Barreto Rel. Dep. Luiz Iraz	16-11-77	Instalada em 27-10-77
PROJETO DE LEI Nº 23, de 1977-CM, que autoriza a Petrobras a aplicar S.A. - Petrópolis, S., nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades.	Pres. Dep. Julio Viveiros V. Pres. Dep. Nasser Almaguer Rel. Sen. Virgílio Távora	16-11-77	Instalada em 31-10-77

SÍNTESE DOS TRABALHOS

COMISSÕES INSTALADAS	8
PARCERES FAVORÁVEIS	6
REMUÇÕES REALIZADAS	14
MEMBROS DAS COMISSÕES	222
AVULSOS ENCAMINHADOS AOS SRS. MEMBROS DAS COMISSÕES	308
OFÍCIOS RECEBIDOS	2
ATAS PUBLICADAS	14

Brasília, 14 de novembro de 1977

Paulo de Souza Costa
 Chefe de Serviço das Comissões
 Históricas, Especiais e de Inquérito

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA

18ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1977

Às dez horas do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e sete, na Sala "Rui Barbosa", sob a presidência do Sr. Senador Marcos Freire, Presidente, e, eventualmente, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Economia, com a presença dos Srs. Senadores Luiz Cavalcante, Murilo Paraíso, Franco Montoro, Orestes Quércia, Otair Becker, Milton Cabral, Roberto Saturnino e Dinarte Mariz.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Arnon de Mello e José Guimard.

É lida e aprovada, por unanimidade, a Ata da reunião anterior.

São relatadas as seguintes proposições constantes da pauta dos trabalhos:

Pelo Senador Murilo Paraíso:

Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução à Mensagem nº 152, de 1977, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Cambé (PR) a elevar em Cr\$ 10.100.199,05 (dez milhões, cem mil, cento e noventa e nove cruzeiros e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Sem debates, a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator:

Pelo Senador Vasconcelos Torres:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1977, que "dispõe sobre o comércio de armas de fogo e dá outras providências".

Em discussão o parecer, o Senador Dinarte Mariz pede vista do projeto e a presidência atende a sua solicitação.

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1977, que "dá nova redação ao caput do artigo 127 do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que "dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências".

Em discussão o parecer, o Senador Murilo Paraíso solicita vista do projeto, e a presidência deferiu o seu pedido.

Pelo Senador Dinarte Mariz:

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 213, de 1975-Complementar, que "acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11-9-75, que "altera disposições da Legislação que regula o Programa de Integração Social—PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP".

Em discussão o parecer, o Sr. Senador Orestes Quércia usa da palavra e declara que o objetivo principal da proposição, que é de sua autoria, trata de resguardar os interesses dos participantes do Fundo PIS—PASEP dos riscos a que estão sujeitos a sua aplicação em Bolsa de Valores.

A seguir, discute a matéria o Sr. Senador Milton Cabral que considera o projeto conflitante com a filosofia que criou o Fundo PIS—PASEP. Justificando o seu ponto de vista contrário à proposição, afirma que deveria ser debatida, também, na presente reunião, uma fórmula capaz de criar mecanismos para viabilizar a participação dos Srs. PIS—PASEP no capital das empresas.

Com a palavra, o Sr. Senador Roberto Saturnino manifesta-se contrário ao projeto de recursos do Fundo PIS—PASEP na aquisição de ações de empresas nacionais, mas ressalta, de preferência, das ações de empresas estrangeiras. Vota, portanto, favoravelmente à aprovação do projeto em exame, por considerar que, de um lado, atenderia à filosofia de participação dos trabalhadores no capital das empresas; e, de outro, atendia, também, à grande necessidade que as empresas brasileiras têm hoje, de reforçar o seu capital, para não ficar sempre dependendo de novos financiamentos. Se o desejo é de alocar os recursos do PIS—PASEP para o capital das empresas — acrescenta o Sr. Senador Roberto Saturnino — o caminho certo é a

compra de ações novas, pois, dessa forma, o dinheiro irá diretamente às empresas, e não o de se aplicar numa atividade eminentemente especulativa, como o é na Bolsa de Valores.

Em aparte, o Sr. Senador Dinarte Mariz ressalta que o risco que se corre no mercado primário é o mesmo no secundário. Entende o Senador potiguar que a empresa, na sua fase inicial, necessita de uma certa base para o seu desenvolvimento; enquanto que a escolhida para a compra de ações com os recursos do "Fundo" deverá ser sólida, portanto, em condições de assegurar um melhor rendimento ao capital empregado. Por esta razão, mantém o seu parecer, contrário ao projeto.

Prosseguindo a discussão da matéria, o Sr. Senador Otair Becker endossa as palavras proferidas pelo Sr. Senador Milton Cabral, e manifesta-se, também, favorável à criação de mecanismos que possibilitem e capitalização das empresas e proporcionem melhores condições ao empresário, para o bom desempenho de suas funções de gestor. Finalizando, declara-se favorável ao parecer do Relator, Senador Dinarte Mariz, pela rejeição do projeto.

Com a palavra, o Sr. Senador Luiz Cavalcante tece considerações à respeito do Projeto de Lei do Senado nº 154/75, de sua iniciativa, visando criar o Banco Nacional do Trabalhador, com recursos do Fundo PIS —PASEP. Pelas razões expendidas, paralelamente, vota pela aprovação do projeto ora em discussão, por considerar justo e oportuno o emprego desses recursos na constituição do capital de uma instituição bancária do próprio trabalhador.

Finalmente, discute a matéria, pela ordem, o Sr. Senador Murilo Paraíso, que vota com o Relator, Senador Dinarte Mariz, pela rejeição do projeto, por considerar salutar o emprego diversificado dos referidos recursos.

Encerrada a discussão, e colocado em votação: o parecer do Relator é aprovado, com votos vencidos dos Senadores Roberto Saturnino, Franco Montoro e Luiz Cavalcante.

Pelo Senador Dinarte Mariz:

Voto em Separado contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1976, que "determina a revisão trimestral do salário mínimo, e dá outras providências".

Em discussão a matéria, o Sr. Senador Roberto Saturnino afirma que o projeto possui duas razões maiores que militam a favor da sua aprovação. A primeira: ligada à questão da justiça social; pois o reajustamento sendo feito anualmente, com altos índices de inflação, provoca uma perda real dos salários durante o período, e o ideal é reduzir esse espaço de tempo; e, a segunda: é que a correção monetária para aqueles que ganham capital é feita trimestralmente.

Em aparte, o Sr. Senador Franco Montoro salienta que a valorização feita ano a ano causaria um impacto extraordinário, e o Governo, com justas razões, achou que o melhor seria a mini-desvalorização, exatamente o que pretende o projeto.

A seguir, o Sr. Senador Marcos Freire contradita as razões expendidas pelo Sr. Senador Dinarte Mariz, em seu voto em separado, e, nos seus argumentos, cita o reconhecimento que o próprio Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, fez em recente pronunciamento realizado no Plenário da Câmara dos Deputados, de que houve erro na publicação dos índices de custo de vida nos anos de 1972 e 1973, e, também, as críticas assinaladas pelo Deputado Herbert Levy, sobre o referido problema. Finalizando as suas considerações, o Presidente da Comissão de Economia solicita a atenção dos seus ilustres pares para o projeto em exame e ressalta que a proposição mereceu o apoio de associações de classe, tanto de trabalhadores como de empresários, inclusive do economista Rubens Vaz da Costa, ex-Superintendente da SUDENE; ex-Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; e, ex-Presidente do Banco Nacional da Habitação, cuja opinião considera insuspeita.

Prosseguindo, o Sr. Senador Otair Becker usa da palavra e declara que a decretação de salários mínimos anuais cria, de janeiro

Distribuídas às cédulas o Sr. Presidente convida o Sr. Deputado Igo Losso para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado.

Para Presidente:

Senador Leite Chaves	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Saldanha Derzi	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senadores Leite Chaves e Saldanha Derzi.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador Leite Chaves agradece em nome do Senador Saldanha Derzi e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Deputado Luiz Braz para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)
Evandro Correia (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvidio Nunes
José Sarney
Mattos Leão
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Gilvan Rocha
Lázaro Barboza
Danton Jobim

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho

Local: Anexo II — Térreo

Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálio Coelho	3. Mattos Leão
4. Murilo Paraíso	
5. Vasconcelos Torres	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Correia

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Heitor Dias	1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho	2. José Sarney
3. Dinarte Mariz	3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela	
5. Braga Junior	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Correia	2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema	2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvidio Nunes	6. Benedito Ferreira
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lázaro Barboza
3. Nelson Carneiro	3. Cunha Lima
4. Paulo Brossard	
5. Orestes Quêrcia	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Heitor Dias	1. Augusto Franco
2. Murilo Paraíso	2. José Sarney
3. Cattete Pinheiro	3. Braga Junior
4. Osires Teixeira	4. Altevir Leal
5. Saldanha Derzi	5. Luiz Cavalcante
6. Wilson Gonçalves	
7. Virgílio Távora	
8. Alexandre Costa	
MDB	
1. Itamar Franco	1. Evandro Carneira
2. Lázaro Barbosa	2. Nelson Carneiro
3. Adalberto Sena	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Milton Cabral	1. Cattete Pinheiro
2. Arnon de Mello	2. Augusto Franco
3. José Guimard	3. José Sarney
4. Luiz Cavalcante	4. Domicio Gondim
5. Murilo Paraíso	5. Jarbas Passarinho
6. Vasconcelos Torres	
7. Dinarte Mariz	
8. Otair Becker	
MDB	
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Marcos Freire	2. Orestes Quêrcia
3. Roberto Saturnino	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. Helvídio Nunes
2. Gustavo Capanema	2. Ruy Santos
3. João Calmon	3. Arnon de Mello
4. Otto Lehmann	4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho	
6. Cattete Pinheiro	
MDB	
1. Evelásio Vieira	1. Franco Montoro
2. Paulo Brossard	2. Itamar Franco
3. Adalberto Sena	

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Brossard

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Teotônio Vilela	1. Cattete Pinheiro
2. Alexandre Costa	2. Heitor Dias
3. Wilson Gonçalves	3. Lourival Baptista
4. Domicio Gondim	4. Daniel Krieger
5. Helvídio Nunes	5. José Guimard
6. Lenoir Vargas	6. José Sarney
7. Mattos Leão	7. Saldanha Derzi
8. Ruy Santos	
9. Braga Junior	
10. Tarso Dutra	
11. Virgílio Távora	
12. Magalhães Pinto	
MDB	
1. Paulo Brossard	1. Danton Jobim
2. Evelásio Vieira	2. Dirceu Cardoso
3. Gilvan Rocha	3. Evandro Carneira
4. Roberto Saturnino	
5. Cunha Lima	

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Orestes Quéricia

Titulares
ARENA

1. Jessé Freire
2. Ruy Santos
3. Lenoir Vargas
4. Jarbas Passarinho
5. Lourival Baptista
6. Accioly Filho

Suplentes

1. Braga Junior
2. Virgílio Távora
3. Osires Teixeira
4. Domicio Gondim

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricia
3. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Cunha Lima

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares
ARENA

1. Milton Cabral
2. Domicio Gondim
3. Arnon de Mello
4. Luiz Cavalcante
5. Jarbas Passarinho

Suplentes

1. José Guimard
2. Murilo Paraíso
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvidio Nunes

Titulares
ARENA

1. Helvidio Nunes
2. Otto Lehmann
3. Saldanha Derzi

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Arnon de Mello
3. Jarbas Passarinho

MDB

1. Danton Jobim
2. Adalberto Sena

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Lúcia Casimiro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares
ARENA

1. Magalhães Pinto
2. Alexandre Costa
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Saldanha Derzi
7. José Sarney
8. João Calmon
9. Augusto Franco
10. Otto Lehmann

Suplentes

1. Accioly Filho
2. Fausto Castelo-Branco
3. Helvidio Nunes
4. Domicio Gondim
5. Jarbas Passarinho
6. Luiz Cavalcante

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Nelson Carneiro

1. Marcos Freire
2. Paulo Brassard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares
ARENA

1. Altevir Leal
2. Ruy Santos
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Lourival Baptista

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Itálio Coelho
3. Osires Teixeira

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Benjamim Farah
2. Cunha Lima

Assistentes: Leila Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

ARENA**Suplentes**

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

ARENA**Suplentes**

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Mattos Leão

MDB

1. Benjamim Farah
2. Itamar Franco

1. Danton Jobim
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Laurival Baptista
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Laurival Baptista
5. Mattos Leão

ARENA**Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Carneira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;
Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1977**

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	SONIA
10:30	C.A.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLAUDIO COSTA	10:00	C.B.C.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.H.B.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
09:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	12:00	C.R.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.B.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.B.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

— Decreto-Lei nº 1.001/69

— Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

"Revista de Informação Legislativa" nº 26
439 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46 — 328 páginas

Preço: Cr\$ 30,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00